

LPH

Revista de História

LPH - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

L P H

Revista de História

LPH - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Reitor: João Luiz Martins

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Diretor: Ivan Antonio de Almeida

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Chefe: Sérgio Ricardo da Mata

COORDENAÇÃO DO LABORATÓRIO DE PESQUISAS HISTÓRICAS
Ronaldo Pereira de Jesus

CONSELHO EDITORIAL
Andréa Lisly Gonçalves
Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira
Valdei Lopes de Araújo

CONSELHO CONSULTIVO
Ângelo Alves Carrara (UFJF)
Antônio Carlos Jucá de Sampaio (UFRJ)
Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)
Iris Kantor (USP)
Júnia Furtado (UFMG)
Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)
Luiz Carlos Villalta (UFMG)
Stuart Schwartz (Yale University)

EDITORA: Helena Miranda Mollo

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Julio Fado

Publicação Anual
Pede-se permuta/ We demand exchange/ On demande échange
Tiragem desta edição: 300 exemplares

LPH - Revista de História. Departamento de História (LPH), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Ano 16 -nº16 - 2006
Mariana, MG: Departamento de História do ICHS UFOP, 2006 -.

Anual

ISSN -0103 - 7110

1. História - Periódicos. Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História do ICHS.



Sumário

Apresentação	7
Biografia: a reabilitação de um gênero histórico LUCIA MARIA PASCHOAL GUIMARÃES	9
Intertextualidades em Formação do Brasil contemporâneo: um mapa dos diálogos de Caio Prado Jr. com Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna MARIA LÚCIA ABAURRE GNERRE	27
Caio Prado Júnior e o sentido da continuidade RICARDO LUIZ DE SOUZA	79
O maravilhoso e o terrível nas visitas a Catas Altas e Curral Del Rei: poder episcopal e direito de padroado (1748-1764) PATRÍCIA FERREIRA DOS SANTOS	109
Homens de ouro: o métier de garimpeiro e os garimpos clandestinos em Mariana - Minas Gerais LUCIANO RODRIGUES COSTA	131

Para que(m) serve essa “história”?	
Um ensaio sobre o regionalismo político norte-mineiro	169
LAURINDO MÉKIE PEREIRA	
Igreja, estado e região: o MEB e as imagens do Nordeste	213
CLAUDIA SOUZA	
Transcrição	
Um prolegômeno do associativismo negro no Brasil	233
PETRÔNIO DOMINGUES	
Sobre os autores	247

Apresentação

O número 16 da **LPH-Revista de História** traz aos leitores um conjunto de artigos que perpassam uma interessante variedade de abordagens historiográficas. A aula magna proferida por Lucia Maria Paschoal Guimarães para o curso de História da UFOP abre este número, trazendo um tema clássico recentemente renovado pelo debate historiográfico: a biografia.

No ano de 2007 comemorou-se o centenário de Caio Prado Júnior, e aqui dois artigos lembram a obra do autor que revolucionou a historiografia brasileira e influenciou gerações de pesquisadores. Maria Lúcia A. Gnerre analisa em Intertextualidades em **Formação do Brasil contemporâneo** autores como Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna que influenciaram a composição desta obra. Já Ricardo Luiz de Souza perquire o sentido da colonização como conceito fundamental para a interpretação de Caio Prado Júnior sobre o desenvolvimento brasileiro.

Patrícia Ferreira dos Santos, Laurindo Méckie e Luciano Rodrigues Costa tratam de temas da história mineira, mas em contextos bastante diversos. Patrícia Santos discute a autoridade episcopal

através das atas de visita em Catas Altas e Curral Del Rei, no século XVIII. Luciano Costa retoma o tema do ouro, mas volta-se para a discussão do *métier* de garimpeiro atualmente em Mariana; e a contemporaneidade também é o tempo proposto por Laurindo Méckie, quando discute o papel dos discursos sobre o regionalismo norte-mineiro.

Claudia Souza em seu artigo Igreja, estado e Região: o MEB e as imagens do Nordeste trata das representações do Nordeste forjadas pelo Movimento de Educação de Base, na década de 1960, que, para a autora, revela-se dual, baseado no conceito de “dois Brasis”.

A transcrição documental deste número traz o Estatuto da Associação Cultural do Negro, fundada em 28 de dezembro de 1954, em São Paulo. Petrônio Domingues propõe que esta Associação será um pólo de afirmação racial, revelando uma significativa organização no que tange à conquista dos direitos dos negros no Brasil.

O debate está proposto e desejamos a todos uma excelente leitura.

OS EDITORES

Biografia: a reabilitação de um gênero histórico

LUCIA MARIA PASCHOAL GUIMARÃES

HÁ UNS DEZ OU QUINZE ANOS POR CERTO ESTARIA FORA DAS minhas cogitações eleger como tema de uma aula inaugural a problemática que propus ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto: *Biografia: a reabilitação de um gênero histórico*. Até bem pouco tempo a biografia era vista com suspeição pelos historiadores de ofício. Considerada um gênero menor e parente próximo do panegírico, freqüentado por amadores, na melhor das hipóteses admitia-se a sua prática por literatos e ensaístas.

A par disso, o grande homem como objeto da história andava definitivamente fora de moda. O gênero biográfico, portanto, constituía uma espécie de território interdito aos profissionais da área, de acordo com os cânones da historiografia francesa, cujas tendências são acompanhadas mais de perto aqui no Brasil e que serão o centro das nossas atenções. Diga-se de passagem, o historiador britânico Lawrence Stone, num texto agora famoso e que suscitou inclusive formidável polêmica, publicado em 1979 na revista **Past and Present**, já prenunciava sinais de uma possível

ressurreição da biografia individual, na esteira do movimento que denominou de *revival* da história narrativa¹.

De qualquer modo, diante do quadro de aversão aqui descrito, uma indagação é inevitável: o que teria mudado nesse meio tempo, levando a corporação dos historiadores a reabilitar um gênero tão repudiado?

Biografia e História durante muito tempo mantiveram *relações de alternativa*, conforme salienta Philippe Levilain. E o debate, ao que tudo indica, tem suas raízes na Grécia antiga. A História, por se dedicar à narrativa dos acontecimentos coletivos, diferenciava-se da biografia, que nas suas origens ligada ao panegírico, ocupava-se da descrição dos fatos e das atitudes de um indivíduo, *cujos sentido era sugerido pelo autor*². Esta característica, todavia, começaria a ser desfeita pelos romanos, a partir do longo reinado de Augusto, em virtude da dificuldade de se estabelecer a separação entre a pessoa do imperador e o Estado. Neste sentido, os modelos concebidos tanto por Suetônio — baseado na distinção entre vida pública e privada, quanto por Plutarco — calcado na idéia de louvar o homem que se destacava por suas virtudes, perdurariam por centenas de anos na historiografia ocidental. Inclusive durante a Idade Média, apesar do aparecimento da hagiografia, gênero que privilegiava a vida dos santos e distinguia a história sagrada da profana e a história política da escatológica.

Nos tempos modernos, ao lado de outras formas de escrita da história, as biografias eram percebidas como elementos essenciais na formação das elites dirigentes. Um homem culto não poderia prescindir da sua leitura, já que serviam de fonte de instrução moral, de conhecimento e de entretenimento. Cabe aqui abrir um rápido parêntese para lembrar que, até então, a história constituía um ramo da literatura, também freqüentado por filósofos e religiosos.

A emergência da história como campo de conhecimento autônomo coincide com a profissionalização dos estudos históricos.

Ambas datam do século XIX. É bem verdade que o estatuto científico da história sempre alvo de questionamento, uma vez que a disciplina nunca possuiu o rigor conceitual das ciências naturais. Estas concebiam o conhecimento sob a forma de generalizações e leis abstratas, enquanto o foco da ciência histórica centrava-se em pessoas e culturas concretas no tempo (...) *indivíduos de bochechas coradas, com paixões nos estômagos, que falavam idiomas, possuíam traços característicos e vitalidades como todos os homens*, conforme sentenciava Carlyle³.

Na esteira das ciências naturais, os historiadores assimilaram com otimismo a crença de que a investigação metodologicamente controlada tornaria possível o conhecimento objetivo. Tanto quanto outros cientistas, eles acreditavam que a verdade consistia na correspondência do conhecimento com uma determinada realidade, o que em última análise significava que o objeto da história era *revelar o passado tal como havia ocorrido*, de acordo com as palavras de Leopold Von Ranke. Para tanto, fazia-se necessário o levantamento exaustivo das fontes, de preferência nos arquivos oficiais, acompanhado de rigorosa análise crítica.

No fundo, ao se auto-definir como disciplina científica, a história provocou uma cisão não apenas entre o discurso científico e o literário, mas também entre historiadores de ofício e amadores. Entretanto, sua transformação em disciplina institucionalizada, ensinada e estudada nas universidades não trouxe descontinuidade em relação a antigas formas de escrita da história. A historiografia oitocentista assentava-se em fundamentos que remontavam aos grandes clássicos da antiguidade grega. Melhor dizendo, continuava a tomar como base a distinção formulada por Tucídides entre mito e verdade⁴. Além disso, em que pesem sua pretendida cientificidade e o caráter não retórico, o discurso histórico operava consoante a tradição, pressupondo que a história é sempre uma

narrativa. Donde se pode inferir que o rompimento entre a história científica do século XIX e as velhas tradições literárias foi muito menos profundo do que se poderia imaginar.

A história científica de Ranke compartilhava de três premissas básicas da tradição estabelecida desde Tucídides: em primeiro lugar, a aceitação de que a história retrata pessoas que realmente existiram, e ações que de fato aconteceram; em segundo, a idéia de que os atos humanos refletem a intenção de quem os pratica e que a tarefa do historiador consiste sobretudo em compreender tais intenções, de modo a construir uma narrativa coerente; e, finalmente, a concepção de tempo linear e diacrônica, em que os eventos singulares se sucedem em uma ordem cronológica. De acordo com Ranke, para o historiador, a lei se resume na estrita apresentação dos fatos. Mas que tipo de fatos mereceriam a sua atenção? Os políticos, naturalmente. Homem do tempo da *restauração* que sucedeu à Revolução francesa e à era napoleônica, no entendimento de Ranke o conceito de Estado repousava na realidade política da Prússia nos anos que precederam 1848. Anterior, portanto, ao estabelecimento das instituições representativas, à expansão acelerada da industrialização e seus desdobramentos sociais. Daí a ênfase conferida aos aspectos políticos, relativamente isolados das forças sociais e econômicas, bem como a dependência do historiador ao exame quase que exclusivo das fontes oficiais do Estado.

É possível contra-argumentar que por essa mesma época vozes dissonantes como Jules Michelet e Jacob Burkhardt já procuravam dar à História uma visão mais ampla. O primeiro voltava-se para (...) *aqueles que sofreram, trabalharam, definharam e morreram sem ter a possibilidade de descrever seus sofrimentos*, enquanto o segundo buscava interpretar a História como um campo em que interagiam três forças – o Estado, a Religião e a Cultura. E mesmo Karl Marx, apesar de não ter sido historiador, preocupava-se em

oferecer uma visão alternativa à concepção de Ranke, ao afirmar que as causas das mudanças históricas deveriam ser encontradas nas tensões existentes no interior das estruturas econômicas⁵.

Seja como for, o paradigma formulado por Ranke acabou por se universalizar, na altura da segunda metade do oitocentos e predominou até as duas primeiras décadas do século XX. E gênero biográfico, como ficou diante dessa cultura histórica da cientificidade? A história de vida dos grandes homens, desde que fundamentada nos testemunhos oficiais e organizada cronologicamente parecia responder de maneira satisfatória às exigências do modelo rankeano. Ademais, a História não podia prescindir dos seus heróis, conforme defendia Carlyle⁶. Estabeleceu-se, contudo, uma diferença entre biografias literárias e biografias históricas que, aliás, não se fundamentava na escrita ou no estilo, mas sim tomando por base a parte de ficção facultada às primeiras e proibida às segundas por razões de método. Ainda assim, os limites entre ambas se mostravam bastante imprecisos⁷.

Na virada do século XIX para o XX, o paradigma de rankeano começaria a ser questionado na França, na Bélgica, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e mesmo na Alemanha. Sob diferentes pontos de vista, atacava-se o dito *imperialismo* da história política, com seus reinados e gabinetes ministeriais, dominados por soberanos e homens de Estado. Paralelamente, postulava-se a incorporação ao discurso histórico de elementos econômicos e sociais. Na França, no âmbito das ciências sociais, argumentava-se que a velha história era muito estreita, centrada nos fatos particulares e na ação dos indivíduos, manifestações superficiais, o que no entender de Émile Durkheim acabava mascarando o objeto da história. O economista François Simiand chegou a afirmar que havia três ídolos na tribo dos historiadores que precisavam ser defenestrados: *o ídolo político, a exagerada importância às guerras e demais aconteci-*

mentos políticos e o ídolo individual. Tais censuras apontavam para uma mudança de perspectiva no olhar do historiador. Em outras palavras: implicavam no deslocamento do seu foco dos acontecimentos de natureza política ou militar e, por tabela, das grandes personagens, para os contextos em que se inseriam. Acrescente-se a isso a emergência das sociedades de massa que também pressionavam por uma historiografia de espectro mais amplo, atenta às camadas mais baixas da população e às condições sob as quais viviam. Vale aqui lembrar o exemplo do jornalista Jean de Pierrefeu, que trabalhou na cobertura da Primeira Grande Guerra, e em 1923 publicou uma obra polêmica enaltecendo o papel desempenhado por soldados e oficiais subalternos nas ações de combate, em detrimento da atuação dos generais e estadistas franceses, a quem se costumava atribuir a vitória naquele conflito. Segundo Philippe Levilain, tratava-se da primeira manifestação a favor dos *inconus de l'Histoire*: o soldado desconhecido levantara-se contra Joffre, Foch e Clemenceau⁸.

Mas foi a fundação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em 1929, liderada por Lucien Febvre e Marc Bloch que provocou o que Peter Burke chamou de *Revolução francesa da historiografia*⁹. Não vem ao caso, no momento, esmiuçar os detalhes, aliás, sobejamente conhecidos, da parceria que se estabeleceu entre Febvre e Bloch na Universidade de Estrasburgo, nos anos 1920-1933, ou do ambiente acadêmico propício à renovação intelectual e à cooperação interdisciplinar que ambos ali encontraram. Por ora, basta dizer que o programa por eles proposto combatia as linhas dominantes da historiografia tributária do historicismo alemão e da produção universitária francesa, sobretudo aquela oriunda da Sorbonne, orientada por Charles Langlois e Charles Seignobos. Deplorava o nível de superficialidade da história política, que privilegiava quadros temporais artificiais e inadequados, em detri-

mento da duração histórica autêntica e das diacronias múltiplas. Em contrapartida, defendia a cooperação com as ciências sociais e, sobretudo, a problematização dos estudos históricos. Tal qual Febvre enunciou no prefácio de seu estudo dedicado a Lutero, quando esclareceu que sua intenção não fora de escrever uma biografia de Martinho Lutero, mas sim de resolver um problema, qual seja, *o da relação entre o indivíduo e o grupo, entre a iniciativa pessoal e a necessidade social*. Como se percebe, embora revelasse o seu desprezo pelo gênero biográfico, Febvre não de mostrava indiferente ao papel das grandes personalidades na história.

Mas, em que pesem os aguerridos *combates* deflagrados pelos fundadores de *Annales*, os modos convencionais de produção do discurso historiográfico perduraram grosso modo até o final da II Guerra Mundial. Os grandes eventos, as causas daquele conflito, as vidas e as ações dos atores políticos e militares continuavam na ordem do dia. O que não é de se estranhar. Afinal, como já dizia Heródoto, a história é filha do seu tempo.

Na opinião de Lucien Febvre, *fazia-se história como velhas avós faziam tapeçaria. Em ponto miúdo*. Preocupados com minúcias e pormenores, os historiadores mostravam-se incapazes de propor grandes sínteses¹⁰. O certo é que movimento iniciado em Estrasburgo consolidou-se no pós-guerra, com a criação, em 1947, da VI Seção da École Pratique des Hautes Études, cuja presidência foi confiada a Febvre. Na mesma ocasião, ele assumiu o cargo de diretor do Centro de Pesquisas Históricas, uma espécie de laboratório vinculado à VI Seção. Lá reuniu amigos e discípulos, a exemplo de Fernand Braudel, a quem estimava como um filho, Charles Morazé e Robert Mandrou. Eles o auxiliariam tanto na administração do Centro, quanto na redação da revista, que mudou sua denominação para *Annales* e se tornou o principal veículo de divulgação oficial das experiências do grupo.

A publicação da tese *O Mediterrâneo no tempo de Felipe II* marcaria o início da era Braudel na VI Seção, embora Febvre se tivesse mantido ativo e influente até a sua morte em 1956. O “programa” proposto por Fernand Braudel apoiava-se na teoria dos ritmos do tempo e na noção de história total, fundamentado por maciças pesquisas econômicas e sociais. O que levaria a novas formas de escrita da história, algumas de viés notadamente marxista, direcionadas para a apreensão da totalidade, com ênfase nas estruturas de longa duração.

O conceito de história total, contudo, longe de dar conta das suas finalidades, deixava de lado diversos domínios que mereciam ser explorados, inclusive o do político, como bem assinalou Hervé Coteau-Bégarie¹¹. Do mesmo modo, a chamada *história imóvel*, ao privilegiar as permanências, apontava para uma homogeneidade artificial, ignorando mutações e agitações que são partes integrantes da estrutura. Por outro lado, em que pese a liderança carismática exercida por Braudel, outras tendências emergiram da VI Seção, salientando-se a história quantitativa, experimentada a princípio no campo econômico, e logo em seguida no social com o estudo das populações¹². Como se vê, diante desse panorama, não havia lugar para individualidades.

Mas a insatisfação crescente dos herdeiros da tradição de *Annales* para com as pesquisas fundamentadas no modelo braudeliiano e nos métodos quantitativos levaria a tribo dos historiadores e se tornar mais próxima da sociologia, da psicologia social e da antropologia. Surgia, assim, o movimento da *Nouvelle Histoire*. Da cooperação crescente com a psicologia social nasceria a noção de *mentalidade*, o que reduziu ainda mais a especificidade do indivíduo na história, empurrando a biografia para longe dos domínios de Clio. Por sua vez, da aproximação com a antropologia, os historiadores aprenderiam a importância do significado

da cultura, da linguagem, dos símbolos e rituais, tanto no comportamento social, quanto no político, levando a historiografia a novos avanços.

A prática do gênero biográfico, todavia, continuava fora das conjecturas da geração de historiadores que sucedeu aos fundadores de *Annales*. Basta lembrar que na conhecida série **Faire de l'Histoire** (1974), que aqui no Brasil tomou o nome de **História: Novos problemas, Novas abordagens, Novos objetos**, a biografia é solenemente ignorada entre os ditos novos objetos – entre os quais já se incluía o político. Do mesmo modo, a enciclopédia **La nouvelle histoire** (1978), dirigida por Pierre Nora e Jacques Le Goff, não apresentaria sequer uma entrada para o gênero. Por sinal, Le Goff, nos seus **Ensaaios de Ego-História** (1987) pôs-se em guarda contra o gênero¹³, e no prefácio da edição resumida de **La nouvelle histoire** declarou guerra contra a invasão das biografias no mercado do livro histórico, devido à sua natureza superficial, anedótica e anacrônica.

Apesar da repulsa declarada de Le Goff, uma das figuras mais emblemáticas da *Nouvelle Histoire*, aqui e ali apareciam pistas de que o gênero estava prestes a sair do limbo. No **Dicionário das Ciências Históricas** (1986), organizado por André Burguière, no verbete *história biográfica*, preparado por Guy Chaussinand-Nogaret, lê-se que o gosto acentuado do público leitor pelas biografias constituía um elemento importante para o seu renascimento. Fator que os historiadores deveriam levar em conta, mesmo aqueles mais intransigentes, que qualificavam o gênero de marginal ou de frívolo. Apesar das habituais reservas quanto a esse tipo de história que tinha por objeto a vida de uma única pessoa, Chaussinand-Nogaret apontava uma saída para o problema, ponderando que a ambição de dar conta da totalidade do passado não podia prescindir da história de vida dos grandes homens. Se atuação desses indivíduos não explicava tudo, examinar o papel por eles desempe-

nhado também fazia parte do *métier* do historiador. Afinal, certas personagens foram ao mesmo tempo testemunhas privilegiadas e reveladoras do seu tempo¹⁴.

Para além disso, Chaussinand-Nogaret passa a defender a necessidade de se introduzir métodos de trabalho alternativos, cuja eficácia maior ou menor haveria de trazer arejamento ao velho gênero, livrando-o de reproduzir abordagens tradicionais. Neste sentido, citava como exemplo a prosopografia ou biografia coletiva como uma forma fecunda de exploração dessa nova história. Ora, a biografia coletiva já era praticada no outro lado do canal da Mancha desde o século XVIII, para inventariar a aristocracia inglesa e suas elites. Por conseguinte, não se tratava de um método tão original quanto se tentava demonstrar, o que desqualifica o argumento de Chaussinand-Nogaret¹⁵. Por sinal, coletivas ou individuais, nos países anglo-saxões de um modo geral, na Grã-Bretanha em particular as biografias nunca constituíram um gênero interditado. Basta lembrar que o primeiro trabalho importante de Edward P. Thompson foi justamente a história de vida de um dos fundadores da Liga Socialista na Inglaterra, intitulada **William Morris: Romantic to revolutionary** (1955, 1970, 1994)¹⁶.

Os exemplos mais expressivos de que a historiografia francesa reabilitara o gênero não tardariam a aparecer. Esquecidos das censuras e das interdições do passado recente os herdeiros do movimento de *Annales* passaram a publicar muitas biografias, na maior parte das vezes precedidas por longas justificativas, diga-se de passagem, nem sempre convincentes¹⁷. Tais obras têm em comum o respeito às convenções do gênero, ou seja, sabem fazer o jogo da história de vida e ajustar seus dados segundo uma linha de tempo, ainda que evitem correr o risco do excesso de coerência inerente a qualquer tentativa biográfica, que o sociólogo Jean-Claude Passeron chamou de *utopia biográfica*.

A estrutura de alguns desses trabalhos ilustram certas escolhas que se oferecem à biografia em termos de agenciamento textual, o que sem dúvida lhe dá uma nova abordagem. Em **Guilherme, o Marechal** (1984), Georges Duby abre a narrativa com a morte do biografado. A discussão em torno das fontes disponíveis sobre o seu passamento e respectivas cerimônias fúnebres serve de gancho para o relato cronológico dos grandes acontecimentos da vida de Guilherme¹⁸. Já o estudo de Michel Vovelle, **Théodore Desorgues ou la désorganization** (1985) apresenta uma intriga linear, que vai da infância de Désorgues até o seu confinamento no asilo de alienados de Charenton, passando naturalmente por suas atividades de poeta oficial da Revolução Francesa¹⁹. Marc Ferro, por seu turno, no livro **Pétain** (1987), não aborda a vida inteira do conhecido oficial do exército francês e líder político. Limita o campo da sua pesquisa às ações do personagem durante a Segunda Guerra Mundial. O corte cronológico escolhido por Ferro (1940-1945) o obriga a retroceder diversas vezes no tempo, como é o caso da descrição detalhada da batalha de Verdun, no final do livro, a propósito do desejo manifestado pelo velho marechal, de ser enterrado no sítio onde se deu sua vitória militar mais célebre²⁰.

Até mesmo Jacques Le Goff, que se mostrara o crítico mais veemente do gênero, rendeu-se aos seus encantos. Em 1996, lançou **São Luís**, obra de estrutura ternária, em que expressa a intenção de fazer o que denomina de *biografia total*, uma proposta instigante, que parte da memória construída em torno do rei canonizado poucos anos depois de sua morte, mas que não guarda a melhor semelhança com o programa definido por Braudel²¹.

Não pretendo me alongar explorando outros exemplos por demais conhecidos, contudo gostaria de chamar a atenção para um outro aspecto relativo ao panorama historiográfico que também contribuiu para dar novo vigor ao gênero biográfico. Refiro-me

à sua prática pelos cultores da micro-história, que utilizam o método do estudo de caso examinar seus objetos de investigação. Vale aqui lembrar que essa corrente historiográfica surgida na Itália, por ocasião do lançamento da coleção dirigida por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, denominada **Microstorie**, publicada pela editora Einaudi, entre 1981 e 1988, opera com uma escala de observação reduzida, partindo da exploração exaustiva das fontes, da descrição etnográfica e da preocupação com a narrativa literária. Privilegiam-se quase sempre temáticas mais aptas a uma investigação micro-analítica, ou seja, assuntos ligados ao cotidiano de comunidades específicas – referidas geográfica ou sociologicamente – às situações-limites e às biografias ligadas à reconstituição de micro-contextos ou dedicadas a personagens extremos, geralmente protagonistas anônimos, figuras que por certo passariam despercebidas no turbilhão da história como um certo Martin Guerre, de Natalie Zemon Davies²², ou o moleiro Menochio, do livro **O queijo e os vermes** de Carlo Ginzburg²³.

Os modelos construídos pela historiografia francesa sempre tiveram grande receptividade no meio universitário brasileiro. Neste sentido, constata-se que, embora com algum atraso, a produção nacional tem acompanhado as mesmas tendências aqui analisadas. Entre 1984 e 1994, de acordo com o levantamento coordenado por Maria Helena Capelato junto aos Programas de Pós-Graduação de História, publicado pela ANPUH²⁴, foram defendidas 1326 teses e dissertações. Pelos resumos oferecidos, apenas cerca de 9 títulos se aproximavam do gênero biográfico.

Nos últimos dez anos o panorama se alterou. Embora não existam atualmente levantamentos exaustivos a esse respeito, é visível o avanço do gênero biográfico no Brasil. O movimento iniciou-se pela pena de escritores e ensaístas, como; Fernando Moraes (**Olga, Chatô, o rei do Brasil**)²⁵; Judith Patarra (**Iara**)²⁶; Jorge

Caldeira (**Noel Rosa**- de costas para o mar e **Mauá**: empresário do Império)²⁷; Rui Castro (**O anjo pornográfico**: a vida de Nelson Rodrigues, **Estrela solitária**: um brasileiro chamado Garrincha, obra lançada em 1995 e que até hoje é objeto de disputa judicial; **Carmen**: uma biografia. A vida de Carmen Miranda ...) ²⁸ e mais recentemente Marleine Cohen (**Juscelino Kubitschek**: o presidente bossa-nova)²⁹.

De maneira tímida, mas com estudos sólidos, a tribo dos historiadores de ofício aproximou-se do gênero, a exemplo de Luiz Mott (**Rosa Egipcíaca**: uma santa africana no Brasil)³⁰; de Eduardo Silva (**D. Oba II d'África**)³¹; de Lilia Schwarcz (**As barbas do imperador**: d. Pedro II, um monarca nos trópicos)³²; de Keila Grimberg (**O fiador dos brasileiros**: cidadania)³³; e de Júnia Ferreira Furtado (**Chica da Silva**)³⁴. Ao lado desses livros, saliento a coleção *Os que fazem a história*, da Editora da Fundação Getúlio Vargas, que dentre outros títulos publicou as biografias de Frei Caneca (Marco Morel); João do Rio, Nair de Tefé e José de Alencar (Antonio Edmilson Rodrigues); Ezequiel Corrêa dos Santos (Marcello Otávio Basile); Heitor Villa Lobos (Paulo Renato Guérios); José Bonifácio (Berenice Cavalcante); Antonio Vieira (Marcos Alexandre Motta); Silvio Romero (Maria Aparecida Rezende Mota)³⁵. Esta resumida enumeração de obras demonstra bem a vitalidade que o gênero vem alcançando no entre nós. Bem entendido que esses estudos, consoante os métodos das ciências sociais, não podem ser identificados como culto aos heróis ou obras de cunho comemorativo.

É incontestável o interesse crescente dos historiadores pelos estudos biográficos. As causas apontadas pelos especialistas apontam sobretudo para a insuficiência dos modelos macro-analíticos, o que teria levado a escrita da história a se voltar para concepções e práticas de outrora, revigoradas por certo, a exemplo do retorno

da história política, da narrativa, do acontecimento e, por conseguinte, da biografia ao território do historiador. Georg Iggers, ao fazer um balanço da historiografia no último quartel do século XX, além de confirmar essas, afirma que o desafio pós-modernista provocou grande impacto sobre o pensamento e a escrita da história. A sociedade e a cultura encontram-se em acelerada transformação, pondo em cheque antigas certezas, desde a crença no progresso até normas e valores tradicionais das classes médias. Isto se refletiu na historiografia. Seu objeto deslocou-se das estruturas sociais e processos para a análise da cultura no seu sentido amplo, privilegiando inclusive as ações do cotidiano.

Por outro lado, as mudanças que se operaram no âmbito político com o fim do socialismo real contribuíram para que a história retomasse seus objetos tradicionais, não apenas impulsionada pelos avanços das ciências sociais, mas também desafiada pela mídia, sobretudo a televisão e a Internet, que trouxeram os acontecimentos e seus respectivos protagonistas para o primeiro plano, exigindo uma nova postura dos historiadores³⁶.

Seja como for, neste começo de século XXI uma conjugação de fatores parece devolver à história a sua face humana, com renovada atenção para os indivíduos. A biografia assume assim uma função a meio caminho entre o particular e o coletivo, configurando-se como um exercício adequado para identificar uma figura num determinado meio, analisar as relações entre a intenção pessoal e forças convergentes ou concorrentes, ou ainda dar um balanço entre o herdado e o adquirido. O gênero ressurgiu no panorama historiográfico de um modo bem mais democrático, sem dúvida. Privilegiando os grandes vultos como São Luís – rei, estadista e santo, tanto quanto pessoas simples e desconhecidas, populares que por certo passariam despercebidos na multidão, a exemplo de um certo moleiro, chamado Menochio, que saiu do anonimato para entrar na história, graças à pena de Carlo Ginzburg.

Notas

- ¹ Neste trabalho usamos a edição de 1987. Ver Lawrence Stone, “The revival of narrative”. In: _____, **The past and present revisited**. Londres: Routledge & Paul Kegan, 1987, p. 96.
- ² Philippe Levilain, “Os protagonistas da história: a biografia”. In: René Rémond (org.), **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, p. 145-46.
- ³ Thomas Carlyle, “On heroes, hero-worship, and the heroic in History”. In: Fritz Stern (org.), **The varieties of history: from Voltaire to present**. Revised edition. Nova York (USA): The World Publishing Company, 1971, p.90.
- ⁴ Georg Iggers, **Historiography in the Twentieth Century**. From scientific objectivity to the postmodern challenge. Hanover and London: Wesleyan University Press, 1997, p. 3.
- ⁵ Cf Peter Burke, “O antigo regime na histórica e seus críticos”. In: _____, **A Revolução Francesa da historiografia: a escola dos Annales, 1929-1989**. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Editora da UNESP, 1991, p. 19.
- ⁶ Veja-se a esse respeito a inflamada defesa dos grandes personagens da História apresentada por Carlyle nas conferências “On heroes, hero-worship, and the heroic in History”. Cf. Thomas Carlyle, op. cit., p. 103.
- ⁷ Cf Philippe Levilain, op. cit., p.155-56
- ⁸ Idem, p.157.
- ⁹ Peter Burke, op, cit.

- ¹⁰ Lucien Febvre, “Frente ao vento. Manifesto dos novos Annales”. In: _____, **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1977, v.1, p.68.
- ¹¹ Cf Hervé Coteau-Bégarie, **Le phenomene “nouvelle historire”**. Stratégie et idéologie des nouveaux historiens. Paris: Economica, 1983, p. 102-104
- ¹² Idem, p. 107.
- ¹³ Jacques Le Goff, “O desejo pela história”. In: _____ et alii, **Ensaio de Ego-História**. Lisboa: Rio de Janeiro: Edições 70, 1989, p.232.
- ¹⁴ Cf Guy Chaussinand-Nogaret, “Biographique (Histoires)”. In: André Burguière (dir.), **Dictionnaire des Sciences Historiques**.
- ¹⁵ Ver a esse respeito, David Hackett Fischer, “Fallacies of motivation”. In: _____, **Historians’ fallacies**. Toward a logical thought. New Yorj (USA): Harper & Row Publishers, 1970, p. 187.
- ¹⁶ Ver, E.P. Thompson, **William Morris: Romantic to revolutionary**. Stanford (California, USA): Stanford University Press, 1994.
- ¹⁷ Ver, por exemplo, a justificativa apresentada por Jacques le Goff, na Introdução à biografia de São Luís. Jacques Le Goff, **São Luís**, Biografia, 1ª reimpressão. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999, p. 21-25.
- ¹⁸ Georges Duby, **Guilherme, o Marechal** ou o melhor cavaleiro do mundo. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- ¹⁹ Michel Vovelle, **Théodore Desorgues ou la désorganization**. (Aix-Paris : 1763-1808). Paris: Seuil, 1985.
- ²⁰ Marc Ferro, **Pétain**. Paris: Hachette- Pluriel, 1993.
- ²¹ Jacques Le Goff, **São Luís**, Biografia. Op. cit.
- ²² Natalie Zemon Davies, **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ²³ Carlo Ginzbur, **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ²⁴ Maria Helena Rolim Capelato (ccord.), **Produção histórica no Brasil: 1985-1994: catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em história**. São Paulo: Xamã, 1995.

- ²⁵ Fernando Morais, **Olga**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. _____, **Chatô**, o rei do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- ²⁶ Trata-se da história de vida de Iara Iavelberg, estudante de Psicologia da USP que em 1969 se tornou guerrilheira e companheira de Carlos Lamarca. Ver, Judith L. Patarra, **Iara**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.
- ²⁷ Jorge Caldeira, **Noel Rosa**- de costas para o mar. São Paulo: Brasiliense: 1982. _____, **Mauá**: empresário do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ²⁸ Ruy Castro, **Carmen**: uma biografia. A vida de Carmen Miranda ..., São Paulo: Companhia das letras, 2005; _____, **O anjo pornográfico**: a vida de Nelson Rodrigues, São Paulo: Companhia das Letras, 1992; _____, **Estrela solitária**: um brasileiro chamado Garrincha, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ²⁹ Marleine Cohen, **Juscelino Kubitschek**: o presidente bossa-nova. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005.
- ³⁰ Luiz Mott, **Rosa Egipcíaca**: uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Bertrand-Brasil, 1993.
- ³¹ Eduardo Silva, **D. Oba II d'África**,.... São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ³² Lilia Moritz Schwarcz, **As barbas do imperador**: d. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ³³ Keila Grinberg, **O fiador dos brasileiros**. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- ³⁴ Júnia Ferreira Furtado, **Chica da Silva e o contratador de diamantes**: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- ³⁵ Marco Morel, **Frei Caneca**: entre Marília e a pátria. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; Antonio Edmilson Rodrigues, **João do Rio**: a cidade e o poeta. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; _____, **José de Alencar**. O poeta armado do século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001; _____ **Nair**

de Tefé - vidas cruzadas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002; Marcello Otávio Basile, **Ezequiel Corrêa dos Santos**: Um jacobino na Corte imperial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001; Paulo Renato Guérios, **Heitor Villa-Lobos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003; Berenice Cavalcante, **José Bonifácio** - Razão e sensibilidade: uma história em três tempos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001; Marcos Alexandre Motta, **Anchieta**: dívida de papel. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. _____, **Antonio Vieira**: infalível naufrago, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001; Maria Aparecida Rezende Mota, **Silvio Romero**. Dilemas e combates no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

³⁶ Georg Iggers, op. cit., p. 135-138.



Intertextualidades em Formação do Brasil Contemporâneo:

Um mapa dos diálogos de Caio
Prado Jr. com Capistrano de Abreu,
Euclides da Cunha e Oliveira Vianna.

MARIA LÚCIA ABAURRE GNERRE

RESUMO

ESTE ARTIGO TEM COMO FOCO CENTRAL O TRAÇADO DE UM MAPA das intertextualidades entre **Formação do Brasil Contemporâneo** – importante obra de Caio Prado Jr. – e outras importantes obras que a antecedem. Dedicamo-nos ao trabalho de busca de marcas de outros textos no texto de Caio Prado Jr., marcas que se traduzem em metáforas, estilos, métodos, e mesmo no conteúdo da obra desse autor. Os textos selecionados para este cotejo são importantes obras publicadas nos primeiros anos do século XX: **Capítulos de História Colonial**, de Capistrano de Abreu, **Os Sertões e À Margem da História**, de Euclides da Cunha, e **Populações Meridionais do Brasil**, de Oliveira Vianna.

Palavras-chave: historiografia brasileira, Caio Prado Júnior, intertextualidades

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze one of the most important historiographical works in Brazilian History. We compare the historic narrative of **Formação do Brasil Contemporâneo** with other important texts in search of similar themes, imagery and metaphors. The texts selected for our analysis are some of the recognized important works from the beginning of the XXth century: **Capítulos de História Colonial**, one important work by Capistrano de Abreu; **Os Sertões, the masterpiece of Euclides da Cunha**, **À Margem da História**, another important work of this same writer, and **Populações Meridionais do Brasil**, the most important work of Oliveira Vianna.

Key words: historic narratives, Caio Prado Júnior, brazilian historiography

1. INTRODUÇÃO

Este artigo centra-se em um livro apenas dos muitos livros importantes escritos por Caio Prado Jr. Abordaremos algumas partes da obra **Formação do Brasil contemporâneo** (1942), nas quais o autor estabelece um diálogo com outros três importantes autores que escrevem no início do século XX: Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna.

Estes autores produzem suas obras em um período que antecede a escrita da famosa obra de Caio Prado Jr. (a última das publicações selecionadas para este cotejo é a obra de Oliveira Vianna, de 1922). Neste período anterior, no entanto, já estavam colocadas importantes questões sobre a nacionalidade brasileira que reverberam de diferentes formas em **Formação do Brasil contemporâneo**.

Se formos pensar nos grandes intérpretes do Brasil que escreveram suas obras na primeira metade do século XX, a obra de Caio Prado estaria temporalmente situada entre as obras da geração de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda¹. Antônio Candido, em seu célebre Prefácio à edição de 1967 de **Raízes do Brasil**, “O significado de Raízes do Brasil”, situa Caio Prado Jr. justamente como o último autor da famosa tríade de historiadores intérpretes do Brasil a publicar sua obra:

Os homens que estão hoje um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado e em função de três livros: Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Jr., publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os

que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo. (CANDIDO, Antônio, 1967, p.9)²

Assim, esta é a geração de autores da qual Caio Prado faz parte, e com a qual a geração de Antônio Candido teria aprendido a refletir sobre o Brasil. Mas estas importantes reflexões, que vêm à tona nas décadas de 1930 e 1940, também se relacionam com obras antecedentes, que começam a ser produzidas pela chamada “geração de 1870”.³

Dentre as obras produzidas por esta extensa geração (no sentido temporal – de 1870 a 1942), que se preocupou com a compreensão da nacionalidade Brasileira, a obra de Caio Prado Jr. se destaca por uma série de fatores. Um deles é a grande preocupação do autor em analisar, descrever, observar e estudar – de maneira sistemática e ordenada – todas as regiões que compõem o país. Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu, por exemplo, também têm, em suas obras, descrições extraordinárias, sendo que as de Euclides da Cunha beiram o inimaginável. Capistrano de Abreu, por sua vez, em **Capítulos de história colonial**, ao estudar o roteiro das entradas e bandeiras, acaba nos levando a um passeio pelos tantos rios do Brasil.⁴

Mas justamente por fundamentar-se do materialismo dialético, Caio Prado torna seu texto mais abrangente. Percorre o Brasil não apenas uma, mas várias vezes. Uma vez para tratar da população, dos seus movimentos no interior da colônia. Uma vez para descrever os lugares onde se instalou a grande lavoura, outra para descrever a agricultura de subsistência, outra vez ainda para descrever as minas, as vias de comunicação e transporte, a Amazônia e sua economia extrativista. A economia, a sociedade, a cultura de

todas as partes do país aparecem descritas em **Formação do Brasil contemporâneo**. A lógica do materialismo histórico é assim posta em prática especialmente no contexto da sociedade Brasileira, após o seu estudo intensivo.

O objetivo de Caio Prado é justamente observar um panorama geral da história do Brasil, para dela depurar um sentido:

Todo povo tem na sua evolução vista à distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto de fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação (PRADO JR., Caio. 1996 [1942], p. 7).

Segundo o autor, há um momento na história de uma nação em que se torna nítido este sentido que move seu desenvolvimento, que move todas as ações de seu povo e, principalmente, de seus governos. No caso brasileiro, este momento em que nosso sentido aflora seria justamente o final do século XVIII e o início do século XIX; um período de síntese, quando a colonização brasileira chega a seu limite e se torna evidente qual fora, até então, o sentido da colonização:

Se vamos à essência da nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do

país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia Brasileiras. (PRADO JR., Caio. 1996 [1942], p. 31).

Se há em Caio Prado o objetivo de encontrar uma formação social que nos constitui, ele a encontra no sentido da colonização. Constituímo-nos voltados para fora de nós mesmos e, segundo o autor, na década de 40 do século XX, ainda não havíamos conseguido reverter este sentido perverso que nos organiza desde a origem. Esta seria, ainda neste momento, a principal característica de uma nacionalidade brasileira pra Caio Prado Jr.

Formação do Brasil contemporâneo, portanto, é uma obra que apresenta, já em suas primeiras páginas, a teoria central do autor. O sentido do livro está expresso no seu capítulo inicial. Todos os outros capítulos, porém, são fundamentais para dar corpo, para dar sentido a esta teoria que já de início nos é anunciada. Assim, após nos apresentar o sentido, o autor nos leva por um extenso percurso através de diferentes regiões e períodos da história do Brasil.

Em capítulos desta obra, tais como “Povoamento” e “Meios de comunicação e transporte”, há um esforço por parte do autor em levar seus leitores a um verdadeiro “passeio” geográfico, geológico e sociológico pelo Brasil colonial. Esta visão de conjunto – espécie de panorâmica sobre a colônia, aliada à teoria histórica que Caio Prado denomina “O sentido da colonização” (apresentada no capítulo homônimo), constituem um conjunto de forma e conteúdos complementares. O sentido da colonização se anuncia como uma “forma” do Brasil (não é casual o uso da expressão “formação” no título)⁵, enquanto nos capítulos posteriores o autor nos mostra como esta forma se desdobra em diversos aspectos da colonização, ordenando toda a vida material desta.

Justamente nesta tarefa de caracterização, tanto das grandes questões, quanto dos pormenores do Brasil Colonial, Caio Prado recorre a outros importantes autores da sua geração e das gerações que o antecederam. Apresentaremos, a seguir, algumas considerações a respeito dessas intertextualidades⁶, que fazem parte dos resultados dessa pesquisa realizada entre os anos de 1999 e 2001, agora parcialmente publicada.

2. CAPISTRANO DE ABREU E O COMPASSO DAS BOIADAS

Capistrano de Abreu é o historiador mais citado por Caio Prado Jr. Gilberto Freyre também recebe muitas citações, porém nem sempre Caio Prado tende a concordar com o autor pernambucano⁷. Não é o caso de Capistrano. Sua presença em **Formação do Brasil contemporâneo** (doravante, **FBC**) pode ser sentida em pontos muito importantes desta obra, e freqüentemente veremos Caio tomar quase ao pé da letra observações e perspectivas elaboradas por Capistrano em **Capítulos de história colonial**.

Este livro, lançado em 1907 (portanto 35 anos antes da obra de Caio Prado Jr. em questão), levou mais de 30 anos para ser plenamente elaborado por seu autor. Segundo uma carta de Capistrano a Paulo Prado⁸, o primeiro teria começado a conceber seu maior projeto aos vinte e um anos, em 1874. Em meio, portanto, ao início das publicações da chamada geração de 1870. Mas a publicação do livro já ocorre em uma fase mais apurada da reflexão sobre o Brasil, para a qual certamente ele contribui muito, acompanhando Euclides no incansável estudo do Sertão e de sua importância na formação nacional.

Em uma observação geral, vemos que há como ponto de partida para o cotejo das duas obras um investimento por parte de seus autores na compreensão de certos pontos da história. Caio Prado, como notamos acima, se vê como um “observador” do Brasil colonial. Tem um interesse desmedido por fatos secundários que ficam tantas vezes escritos em letras diminutas em extensas notas de rodapé, mas que revelam uma reflexão vigorosa sobre assuntos como o vasto consumo de carne de porco, o abatimento para o consumo interno das fazendas, apenas das vacas (pois o boi, sim, era produto de venda), as posições sociais das mulheres e dos homens, os regimes de mutirão para iniciar lavouras, e assim por diante. Ora, são justamente estes aspectos da vida colonial herdados de descrições de cronistas que permitem aos historiadores o exercício da imaginação, e a experiência quase que de um sentimento das coisas que tanto os fascinaram.

Tal procedimento lembra em tudo o de Capistrano de Abreu. Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda⁹, por exemplo, outros autores que também influenciaram a obra de Caio Prado, têm em suas obras um estilo mais ensaístico, que valoriza menos os “detalhes da história”¹⁰ e mais suas teorias sobre tipos sociais ou pulsões que regem a história. Não é o caso de Capistrano de Abreu. Ele deixa a Caio Prado Jr. sobretudo uma atitude historiográfica, uma espécie de herança metodológica. Observar, re-observar diversas vezes certas formas de plantio (Caio Prado bate tantas vezes em teclas como a colonização dos açorianos em Santa Catarina, ou como o modo de vida dos desclassificados, que parece estar em busca de uma compreensão, mais do que empenhado na explicação para o leitor...), certos tipos de ações, a ponto de nelas se poder ver a razão dos homens que as executavam. É um estilo semelhante de fazer história que notamos entre estes dois autores, mas Capistrano o inaugura décadas antes. Um estilo que se faz presente,

por exemplo, no conhecimento e na citação dos nomes de vários riachos, serras e caminhos do sertão, como se lê na citação de **Capítulos de história colonial**:

O riacho do Terra Nova e do Brígida facilitaram a marcha para o Ceará. Pelo pontal e pela serra dos Dois Irmãos passaram os caminhos do Piauí. Nem o Parnaíba teve poder para conter a onda invasora: Pastos Bons foi povoado por baianos, e até meados do século XVIII teve comunicação exclusivamente com a Bahia. (ABREU, Capistrano. 2000 [1907] p.151).

A sensação que o leitor desenvolve ao ler esta obra é que o próprio autor, no século XVIII, reuniu seu rebanho, e, junto com outros, seguiu da Bahia em direção ao Ceará, tamanha a quantidade de informações sobre este roteiro. Na obra de Capistrano, assim como na de Caio Prado Jr., transparece um certo entusiasmo narrativo em certos comentários, possui descrições de rara beleza (como uma sobre as boiadas, que veremos a seguir), bem como pitadas de ironia.

Fora isso, há também as influências ainda mais palpáveis para analisarmos. A chamada ocupação do sertão, as formas de vida que surgiam no Brasil que dava as costas à metrópole, os sertões de Dentro e de Fora, e, por fim, o gado são elementos hoje tidos como importantes neste tão descrito processo de formação do Brasil, mas que foram principalmente pelas obras de Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha, elevados a esta condição.

Em **FBC**, por sua vez, o sertão é, juntamente com os indivíduos desclassificados da colônia¹¹, um elemento que ganha importância crescente no interior da obra. Ao longo dos capítulos vemos citações se multiplicarem e vemos sobretudo Caio Prado conferir um lirismo enorme às suas passagens relativas ao povo do sertão.

É na descrição do sertão que muitas vezes o autor acaba deixando sua escrita mais fluida, e seu estilo torna-se mais expressivo – herança, talvez, do interesse e da não economia de palavras com que Capistrano e Euclides da Cunha dedicaram-se ao tema. E não é à toa que estas descrições seguem uma escala crescente de aparições. O sertão acompanha os desclassificados; é o sertão que permite a formação destes indivíduos que contrariam a lógica primária a qual estamos fadados a seguir. Não como forma premeditada de resistência à metrópole, mas apenas como estratégia de sobrevivência, estes homens simplesmente não se integraram à produção em larga escala, aos incansáveis ciclos, e levaram suas vidas tocando boiadas para o abastecimento das cidades brasileiras. São eles também ao mesmo tempo integrados ao e excluídos do Sentido da Colonização.

Muitas passagens do texto de Caio Prado, que analisaremos a seguir, comparando-as com passagens de **Capítulos de história colonial** (doravante **CHC**), poderiam também perfeitamente ser cotejadas com trechos de Euclides de Cunha. Seleccionamos algumas para esta parte, e outras para a parte a seguir. Nosso critério foi apenas a semelhança textual e estilística de trechos de **FBC**, ora com passagens encontradas no texto de Capistrano de Abreu, ora com trechos de **Os sertões**. Este trecho, por exemplo, de Caio Prado é inspirado pela obra de Capistrano:

De ocupação efetiva do interior, à parte o caso excepcional de São Paulo, plantado no início do planalto e arredado da costa, encontramos apenas a marcha progressiva das fazendas de gado no sertão nordestino e a lenta e escassa penetração da bacia amazônica. (PRADO JR., Caio. 1996 [1942], p. 39).

Eis agora uma passagem de **CHC**, que trata a mesma questão, sob os mesmos referenciais:

Queixam-se os primeiros cronistas de andarem os contemporâneos arranhando a areia das costas como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior. Fazê-lo seria fácil em São Paulo, onde a caçada humana e desumana atraía e ocupava a atividade geral, na Amazônia, toda cortada de rios caudalosos e desimpedidos, com preciosos produtos vegetais, extraídos sem cultura. Nas outras zonas interiores o problema pedia solução diversa.

A solução foi o gado vacum. (ABREU, Capistrano. 2000 [1907] p.151).

A visão do gado como principal elemento de ocupação do território nacional pode ser considerada uma importante zona de intertextualidade entre a obra de Capistrano de Abreu e o texto de Caio Prado. Antes de discutir este tema, porém, seria importante ressaltarmos uma pequena mas interessante diferença entre as duas abordagens no que diz respeito ao ponto de vista de seus autores sobre a Amazônia. Note-se que o que Caio Prado ressalta é sua “lenta e escassa ocupação”. Para Capistrano, a Amazônia é uma terra cortada por rios caudalosos e desimpedidos, com preciosos produtos extrativos. Como veremos na parte a seguir, na qual compara-se a obra de Caio e a de Euclides, a visão de nosso autor aproxima-se muito da descrição euclidiana que aparece na obra **À margem da história**. A Amazônia é vista por estes autores de forma muito mais inóspita com relação à civilização do que para Capistrano, por exemplo.

De qualquer forma, é interessante notar o mesmo recorte, os mesmos elementos elencados nas duas passagens anteriores. O gado exerce para Caio Prado Jr. uma marcha progressiva, ou seja, reflete uma atividade humana que progride nesse mar de estagnação e interesses imediatos que é a colônia. Para Capistrano de

Abreu, é uma solução para a ocupação do sertão, algo finalmente compatível com aquela região. Este autor continua, em sua obra, o texto acima com uma grande lista de qualidades do gado vacum. E assim o gado aparece em ambas as obras. São rebanhos que trazem a povoação, que desviam os bandeirantes de seu sanguíneo caminho (muitos se tornam fazendeiros¹²) e que sobretudo trazem o conhecimento sobre como é o interior do Brasil, esta célebre terra ignota:

Um outro fator, também local, atua no sertão do nordeste, nesta interlândia dos maiores centros agrícolas do litoral da colônia, Bahia e Pernambuco, consumidores de carne que viria dos rebanhos que avançam por aquele sertão e o vão ocupando. (PRADO JR., Caio. 1996 [1942], p. 37).

O sertão vai sendo ocupado pelo gado, algo que Caio Prado ressalta como sendo mais uma qualidade desta atividade, se comparada com a mineração. Pelo ciclo do ouro, nosso autor não demonstra simpatia alguma. Assinala-o como sendo um dos episódios da história em que fica mais patente a lógica colonial. Mas – bem ou mal – há uma estreita relação entre as minas e o sertão onde é criado o gado. Fora este caráter abastecedor, é para o sertão, no manuseio do gado, que seguirão tantos dos faiscadores e desclassificados do ouro quando a febre termina e as minas se esgotam:

As regiões mineradoras não eram, em conjunto, favoráveis nem à agricultura nem à pecuária. O relevo acidentado, a natureza ingrata do solo se opunham a tais indústrias. Para o abastecimento da população que nelas se adensou, o que se fez com grande rapidez, teve de se recorrer a princípio a territórios não muito próximos. A carne, elemento essencial da

alimentação da colônia, foi fornecida pelo gado que vinha das fazendas estabelecidas ao longo do curso do médio São Francisco (Bahia). (PRADO JR., Caio. 1996 [1942], p. 57).

Já Capistrano vê uma relação diferente entre a ocupação do sertão pelos rebanhos e as minas, relação esta que em momento algum é citada por Caio. Em **CHC** não é o sertão que decorre das minas, mas sim o oposto:

Além do sentimento de orgulho inspirado pela riqueza, pelo afastamento de autoridades eficazes, pela impunidade, a criação de gado teve um efeito que repercutiu longamente. Graças a ela foi possível descobrir minas. Desde 1618 o autor dos Diálogos das Grandezas do Brasil dizia que o problema da mineração não consistia em encontrar metais (...) O problema na verdade consistia na dificuldade de alimentar os mineiros. (ABREU, Capistrano. 2000 [1907] p.158).

Capistrano não tinha a mesma aversão que demonstrava Caio Prado com relação à atividade mineradora. Na obra deste primeiro autor, notamos uma outra abordagem. Em seu Capítulo “O Sertão”, do qual se extraiu a grande maioria das passagens citadas neste artigo, a mineração leva consigo um caráter positivo por ser responsável pelo conhecimento do sertão. Sua obra, nesse aspecto, adquire um caráter mais épico, ausente em **FBC** (por uma opção ideológica e mesmo historiográfica de seu autor). São narradas as expedições de Bartolomeu Bueno, de Fernão Dias e seu filho, o gosto que tinha o rei de Portugal pelos paulistas, a penosa vida em Cuiabá, e tantos episódios vividos por clérigos e, na sua maioria, por paulistas plenos de orgulho e cobiça.

Caio Prado, por sua vez, tinha em comum com Capistrano de Abreu uma aversão com relação aos bandeirantes, caçadores “desu-

manos de humanos”. Mas, curiosamente, atribui a eles características positivas de participação na exploração de São Paulo e do sertão, que não atribui em momento algum à atividade mineradora.

Isto serve para ilustrar a forma que tomou a dispersão mineradora; de tão brusca e violenta que é, até perde contato com as fontes de onde brotou. Coisa muito diversa se passa com a penetração levada pelas fazendas de gado. Dos seus focos, cujo principal é a Bahia, as fazendas, e com elas o povoamento, vão se espairando paulatinamente para o interior. A sua expansão é por contigüidade, e as populações fixadas no sertão conservam um contato íntimo e geograficamente contínuo com seu centro irradiador. (PRADO JR., Caio. 1996 [1942], p. 55).

Os referenciais geográficos, por sua vez, são uma unanimidade entre os autores (a concordância, logicamente, parte sempre de Caio com relação a Capistrano). A Bahia, tendo como ponto de partida o médio São Francisco, é o ponto irradiador de boiadas. Vejamos a seguinte passagem de Capistrano:

A criação de gado primeiro se desenvolveu nas cercanias da cidade de Salvador; a conquista de Sergipe estendeu-se à margem direita do São Francisco. Na outra margem veio dar menos forte e menos acelerado movimento idêntico partindo de Pernambuco (...).

Foi o gado acompanhando o curso do São Francisco. O povoado maior, a Bahia, atraiu todo o da margem meridional, que para lá ia por um caminho paralelo à praia, limitado pela linha dos vaus. (ABREU, Capistrano. 2000 [1907] p.151).

Capítulos de história colonial trata de dois movimentos de povoamento do Sertão ligados ao gado. Caio Prado toma ao pé da

letra conceitos como este, mostrando a importância deste autor em sua obra. O que veremos a seguir representa um dos poucos diálogos diretos entre outros autores que vemos fora das notas de rodapé, em **FBC**:

Tudo isto, que se pode considerar sertão baiano porque é daí, em última instância, que partem os povoadores e suas fazendas de gado, e se estabelecem as comunicações, constitui o que Capistrano denominou com muita propriedade o “Sertão interior”, para distingui-lo do outro, o pernambucano, que seria o “externo”¹³. (PRADO JR., Caio.1996 [1942], p. 62-3.).

Na questão dos hábitos alimentares em diferentes regiões da colônia, é a Capistrano também que nosso autor recorre. Em tantas outras partes de **FBC**, referências a costumes, como esta a seguir, são herança direta de **CHC**.

Capistrano, observando esta maior predominância do milho na alimentação meridional, considera o emprego deste cereal como traço cultural que indica a influência paulista do sul. E ligando o consumo habitual do milho ao monjolo que se usa na pilação, associa-o aos lugares de águas correntes que acionam aquele aparelho. Nos Sertões do norte, onde a água é escassa, o mungunzá, que corresponde à canjica de milho paulista, só se usava nas casas-grandes, com escravos para a pilação. Esta associação de Capistrano é sumamente interessante; mas é preciso considerar outros fatores que contribuem para a maior difusão relativa do milho e da mandioca. (PRADO JR., Caio.1996 [1942], p. 166).

Mas é realmente o estudo das boiadas o maior legado de um autor ao outro. O gado é responsável em ambas as obras pelo de-

envolvimento de passagens poéticas, de uma fluidez extraordinária, como a passagem a seguir:

Mas se não a mais grandiosa e dramática, é a pecuária pelo menos a mais sugestiva para nossos olhos de hoje. Porque ela ainda aí está, idêntica ao passado, nestas boiadas que no presente como ontem palmilham o país, tangidas pelas estradas e cobrindo no seu passo lerdo as distâncias imensas que separam o Brasil; realizando o que só o aeroplano conseguiu em nossos dias repetir: a proeza de ignorar o espaço. Há séculos esta cena diuturna se mantém em todo país e neste longo decurso de tempo não se alterou; as mesmas boiadas que seu primeiro cronista (Antonil) descreve com tão vivas cores, poderiam ressurgir hoje a atravancarem as estradas para maior desespero dos automobilistas: estes não notariam diferença. (PRADO JR., Caio.1996 [1942], p.187).

As boiadas que ignoram o tempo são descritas por Caio Prado com uma poesia equivalente à de Euclides da Cunha. São boiadas que vão e vêm, em um movimento serpenteante, barroco, dando voltas no país. Alimentaram a sociedade monocultora das grandes propriedades escravistas, os mineradores empenhados apenas na busca do ouro. A partir do sertão, alimentaram as cidades, e aqueles que se voltavam apenas para as funções lucrativas para a metrópole, e que portanto não produziam seu sustento. Em **FBC** vemos as boiadas com uma função auxiliar do Sentido da Colonização, ao mesmo tempo em que o contrariavam, pois os vaqueiros eram também exemplos de trabalhadores pagos em meio a uma ordem escravista, exercendo uma atividade comercial interna em meio à colônia onde todo comércio deveria ser feito com sua metrópole.

As descrições que vemos nas duas obras nos deixam sempre a impressão de que boiadas guiam os homens rumo à ocupação do

sertão, o interior de uma colônia voltada para o exterior. Sempre lentamente, levando meses para atravessar paragens, à mercê da natureza, sendo obrigadas a, por vezes, dar enormes voltas para desviar de trechos turbulentos de rios. O conjunto de bois, pessoas e às vezes eqüinos adquire ritmo próprio, uno. Atrás destes, formam-se ranchos de pouso, resquícios de civilização nestes meandros do Brasil. É o “compasso do gado” de que nos fala Capistrano neste também belo trecho:

Ao compasso do afastamento do gado, novas passagens e novos caminhos iam sendo trilhados. Basta citar o de Jacobinas e a passagem do Juazeiro, pelo qual pautou-se uma estrada de ferro. Com o crescimento de Cachoeira e o impulso do plantio de fumo, abriu-se um ramal importante em busca do Baixo Paraguassu. (ABREU, Capistrano. 2000 [1907] p.152).

A boiada com seu ritmo lerdo, pausado, tem o compasso que lembra muito este tom geral de vida frouxa que caracteriza o país descrita por tantos cronistas¹⁴. A propósito de cronistas, esta é sem dúvida uma das maiores influências que Capistrano lega ao nosso autor. Adquire uma importância central na obra de Caio Prado Jr. um texto anônimo do fim do século XVIII, **Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí**.¹⁵ Este texto, que traz um relato bem acabado da economia colônia, foi publicado em 1902 pela **Revista do IHGB** justamente a pedido de Capistrano de Abreu. Ambos autores consideram este texto anônimo, pouco conhecido, como uma grande referência para a história da colônia. Além disso, o **livro Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**, de Antonil (pseudônimo utilizado pelo padre João Antônio Andreoni L.) é, como vemos na última citação de Caio Prado, e também em várias partes da obra de Capistrano¹⁶, uma

das principais referências para estas muitas páginas que ambos os autores dedicam ao sertão, ao gado, às minas. A seguinte passagem é ilustrativa disto:

Para obrigar os bois na água a seguirem o rumo certo, concebeu-se o engenhoso artil empregado no Nordeste, fruto, no dizer de Capistrano, de um “gênio anônimo”, e que consistia em se cobrir um dos tocadores de uma cabeça postiça de boi e efetuar a travessia fazendo as vezes de madrinha. Este processo não era conhecido no sul, e Saint-Hilaire viu na travessia do Paraíba perderem-se muitos animais que se deixavam levar pela correnteza abaixo. (PRADO JR., Caio. 1996 [1942], p.257, nota 44).

Nesta nota, Caio Prado herda de Capistrano não só a valorização da pecuária como forma de ocupação mas também todo este interesse pelo folclore e cultura popular. O nosso autor a cita como sendo um exemplo dado por Capistrano. Na obra de Capistrano, no entanto, vemos este mesmo trecho do homem que se disfarça de boi, porém nos damos conta de que a descrição original deste hábito é na verdade a de Antonil:

Sobre as [boiadas] que iam para a Bahia escreve o seguinte André João Antonil, anagrama do benemérito jesuíta João Antônio Andreoni:

“Constam as boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia, de cem, cento e cinqüenta, duzentas e trezentas cabeças de gado. (...) Nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando, mostra às reses o vau por onde hão de passar”. (ABREU, Capistrano. 2000 [1907] p.155)

Os homens vestem-se de bois. Ser um vaqueiro, como vemos no texto de ambos os autores, passa a ser uma denominação honorífica no Brasil¹⁷. Mas para ser vaqueiro é preciso viver com os bois, dormir tantas noites no pasto, principalmente as de chuva e trovoada, quando, segundo a tradição popular, a maioria dos bezerros costuma nascer. Os vaqueiros passam quase a falar como bois, chamando seu gado com o lento pronunciar de vogais, que lembra tanto o mugido, hábito ainda hoje observado em fazendas do interior. Mas o papel fundamental do vaqueiro, assinalado por Caio Prado Jr., é que ele, muitas vezes mulato, negro ou índio, constitui, como já dissemos, uma das poucas parcelas de trabalhadores que recebe, ainda que “em espécie”, por seu trabalho.

As boiadas, tão ressaltadas por Capistrano de Abreu, adquirem em **FBC** uma nova importância, ligada ao cerne de sua teoria. São mais um desdobramento do Sentido da Colonização que o contradiz.

3. A NATUREZA ANÍMICA DO BRASIL EM EUCLIDES DA CUNHA E CAIO PRADO JR.

Com relação à obra de Euclides da Cunha, encontramos em um cotejo entre a obra destes autores tanto semelhanças estilísticas quanto intertextualidades que dizem respeito ao conteúdo de seus textos. Uma importante característica estilístico-descritiva que Caio Prado teria herdado de Euclides da Cunha seria a atribuição de vida e de vontade própria à natureza compõe este país. Esta frase é exemplar desta natureza anímica:

A estas circunstâncias favoráveis, quis a natureza crescer um território litorâneo avantajado... (PRADO JR., Caio. 1996 [1942], p.41).

A natureza quis que o homem habitasse aquele pedaço do litoral nordestino descrito em **Formação do Brasil contemporâneo**. Este trecho da obra de Caio Prado guarda semelhanças com passagens de **Os sertões** (doravante **OS**), como esta:

A terra sobranceia o oceano, dominante, do fastígio das escarpas; e quem a alcança, como quem vinga a rampa de um majestoso palco, justifica todos os exageros descritivos (...) que fazem deste país região privilegiada, onde a natureza armou sua mais portentosa obra. (CUNHA, Euclides. 1988 [1902] p. 18).

Na obra dos dois autores, a natureza brasileira exerce um papel decisivo sobre a civilização. É um agente histórico e por isso também algo que, no caso brasileiro, representa uma enorme força ainda indomada pelo homem, e um grande trunfo desta nação.

Onde a natureza permitiu ser ocupada, ela o foi. Por isso, em **FBC**, o capítulo que se refere ao povoamento humano (“Correntes de Povoamento”) parte de uma descrição geográfica, topográfica e hidrográfica da terra. A natureza de Caio Prado é tão ou mais anímica que a de Euclides da Cunha. E a descrição de tal natureza na obra do primeiro autor herda muitos traços estilísticos e narrativos do segundo. A natureza é decisiva também em vários outros capítulos de **Formação do Brasil Contemporâneo**. “Correntes de Povoamento”, “Produções Extrativas”, “Vias de Comunicação e transporte” são exemplos de partes da obra que derivam da natureza e que se desenvolvem

a partir da sua descrição. Nestas partes, o homem é “acrescentado” por Caio Prado como uma peça sobre este tabuleiro, na mesma ordem que Euclides dá a seus capítulos – primeiro “A terra” e depois “O Homem”.

É importante ressaltar que é a natureza brasileira que aparece na obra dos dois autores como esse elemento prodigioso. Natureza e nacionalidade estariam amalgamadas, e a segunda tem na primeira seu grande trunfo. A passagem de Euclides da Cunha citada acima, em que o autor nos fala do Brasil como *região privilegiada, onde a natureza armou sua mais portentosa obra*, relaciona-se ainda, por exemplo, com a passagem seguinte de **Formação do Brasil Contemporâneo**:

Só se enxergava uma perspectiva: a remuneração farta do capital que a Europa aqui empalara. A terra era inexplorada e seus recursos, acumulados durante séculos, jaziam à flor do solo. (PRADO JR., Caio. 1996 [1942], p.41).

Ambas as citações dizem respeito a um imenso poder, ainda por ser “domado”, da natureza brasileira. Este poder — se e quando finalmente formos capazes de utilizar a serviço da nação, nos poderá dar chance de mudar a rota trágica descrita nas duas obras em que o Brasil está posicionado. Há talvez em Caio Prado um ímpeto similar ao de Euclides de tornar-se o historiador capaz de, nas palavras de Edgar de Decca, realizar a tarefa de *arrancar a máscara da civilidade por trás da qual se escondia, com extrema hipocrisia, a barbárie nacional*¹⁸ e explicitar o mau uso secular que este arremedo de civilização e barbárie tem feito de toda a riqueza contida neste pedaço do planeta.

Mas se há uma região ainda mais indomável do Brasil que exerce um fascínio descritivo sobre os dois autores esta é a

Amazônia. Presentes na obra de Euclides **À margem da história** (“Terra sem História” 1909) e em **FBC**, no capítulo sobre produções extrativas, as descrições sobre a Amazônia, dos dois autores, guardam incríveis semelhanças. Vejamos a seguinte passagem, de Caio Prado Jr.:

É certo que a agricultura se procurou estabelecer, e não faltaram, neste sentido, esforços da administração e dos colonos mais esclarecidos, que percebiam a necessidade de uma base mais sólida de riqueza que a precária indústria extrativa que praticavam. Mas para isto não bastava a boa vontade. Na mata espessa e semi-aquática que borda a bacia do grande rio; em terreno submetido a um regime fluvial cuja irregularidade, com o volume enorme de águas que arrasta, assume proporções catastróficas alagando áreas imensas, os igapós, deslocando grandes tratos de solo que são arrancados à margem e arrastados pela correnteza; Esta remodelação fisiográfica ininterrupta de um território longe ainda de qualquer forma de equilíbrio, o Homem se amesquinha, se anula. A luta requer esforços quase ilimitados, se quiser ir além da dócil submissão às contingências naturais. (PRADO JR., Caio. 1996 [1942], p.212).

Há uma grande semelhança no recorte, nos termos, no enfoque que Caio Prado dá à questão da Amazônia com a passagem que Euclides da Cunha escreve décadas antes, como se observa nos trechos abaixo:

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: O Homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – Quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem (...) Os

mesmos rios ainda não se firmaram nos leitos; parecem tatear uma situação de equilíbrio derivando, divagantes, em meandros instáveis, contorcidos em sacados, cujos istmos a revezes se rompem e se soldam em desesperadora formação de ilhas e de lagos de seis meses, até criando formas topográficas novas em que estes dois aspectos se confundem. (CUNHA, Euclides. 1999 [1909], p.2).

O rio, multífluvo nas grandes enchentes, vinga as ribanceiras e desafoga-se nos plainos desimpedidos. Desarraigas florestas inteiras, atulhando de troncos e esgalhos as depressões numerosas da várzea; nos remansos da planícies inundadas, decantam-se-lhe as águas carregadas de detritos, numa colmatagem plenamente generalizada. Baixam as águas e nota-se que o terreno cresceu; e alteia-se de cheia em cheia, aprumando-se as barreiras altas, exsicando-se os pantanais e “igapós”, esboçando-se os “firmes” ondeantes, para logo invadidos da flora triunfal (...). Até que num só assalto de enchente, todo esse delta lateral se abata. (CUNHA, Euclides. 1999 [1909], p.8).

O rio de Caio Prado é sem dúvida o mesmo de Euclides. Sua instabilidade alagadiça, o enorme volume de águas que nos dois autores culmina em uma mesma conclusão: o homem é ali um intruso. E dessa inadaptabilidade do homem sedentário ao rio deriva, nas duas obras, a inadaptabilidade do rio à nação. Não há civilização coesa baseada no trabalho que se adapte a tamanha instabilidade natural. Este enfoque – é importante ressaltar – não era unanimidade entre os escritores que influenciaram Caio Prado. Conforme analisamos anteriormente, Capistrano de Abreu, que também colabora com a “formação” da obra em questão, fala da Amazônia como região *toda cortada de rios caudalosos e desimpedidos*; seria um pedaço do interior do Brasil mais fácil de ser ocupado do que o agreste sertão.

Caio Prado, no entanto, vê como única possibilidade de relação entre a civilização e o rio uma luta de esforços ilimitados. Segue assim, próximo à perspectiva euclidiana, descrevendo a tentativa inócua de ocupação da região:

Os resultados que apresenta são, em conjunto, parcos. A instabilidade e incerteza de vida que aquelas formas de atividade determinaram; o complexo problema da assimilação de grandes massas indígenas que indiretamente provocam, fazem da colonização amazônica muito mais que uma aventura, que a constituição de uma sociedade estável e organizada. Os caracteres gerais da colonização brasileira, esta empresa exploradora dos trópicos, se revelam aí em toda sua crueza e brutalidade. Não viriam atenuá-los, como em outras partes da colônia, elementos paralelos e concorrentes que frutificariam com o tempo, dando formas sociais mais orgânicas e elevadas. A evolução brasileira, de simples colônia tropical para nação, tão difícil e dolorosa, e cujo processo mesmo em nossos dias ainda não se completou, seria lá muito retardada. A Amazônia ficou, neste sentido, muito atrás das demais regiões ocupadas e colonizadas do território brasileiro. (PRADO JR., Caio. 1996 [1942], p.215).

São grandes as semelhanças descritivas entre os textos de Caio Prado e passagens do texto de Euclides da Cunha. A instabilidade do rio de Caio corresponde à volubilidade retratada por Euclides, e daí deriva a visão da inadaptabilidade da Amazônia ao processo de formação nacional nos dois textos. Vejamos a seguinte passagem de “Terra sem História”:

Neste ponto, o rio que sobre todos desafia nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios. É um estranho adversário entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra.

A volubilidade do rio contagia o homem. No Amazonas, em geral, sucede isto: o observador errante que lhe percorre a bacia em busca de variados aspectos, sente, ao cabo de centenas de milhas, a impressão de circular no itinerário fechado, onde se lhe deparam as mesmas praias ou barreiras, ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios; o observador imóvel que lhe estaciona às margens sobressalteia-se, intermitentemente diante de transfigurações inopinadas. Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo. Diante do homem errante, a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o.

A adaptação exercita-se pelo nomadismo.

Daí, em grande parte a paralisia completa das gentes que ali vagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril. (CUNHA, Euclides. 1999 [1909], p.12).

A Amazônia torna-se um entrave para o processo de evolução da colônia. Se o processo é lento no restante do país, aí se encontra ainda mais retardado. A instabilidade é a grande característica ressaltada em ambos os textos. Esta instabilidade que contagia o homem, que o convida ao nomadismo como única forma de sobrevivência, que age como um lento veneno sobre aqueles que lá visam estabelecer-se. Ao nomadismo corresponde o extrativismo como forma de sobrevivência. Essa atividade não traz consigo possibilidade alguma de atenuar o Sentido da Colonização através do implemento mínimo de qualquer organização social minimamente evoluída. Por isso mesmo, é esta região amesquinhadora do homem que dá vazão à manifestação mais crua do Sentido da Colonização. Vemos no capítulo “Produções extrativas” muitas descrições que confirmam esta afirmativa.

Podemos notar, no entanto, que nas citações diretas que Caio faz, em meio a seu texto, a Euclides da Cunha, é sempre o Euclides de **OS** que é citado. Não podemos garantir, apesar de haver sérias possibilidades, que Caio tenha efetivamente entrado em contato com o texto que cotejamos. Mas mesmo em **OS** vemos Euclides, embora muito mais discretamente, manifestar este mesmo ponto de vista sobre a Amazônia:

Ali, no pleno dos estios quentes, quando se diluem, mortas nos ares parados as últimas lufadas de leste, o termômetro é substituído pelo igrômetro na definição do clima. As existências derivam numa alternativa dolorosa de vazantes e enchentes dos grandes rios. Estas alteiam-se sempre de um modo assombrador. O Amazonas refeito salta fora do leito, levanta-se em poucos dias o nível das águas, de dezessete metros...

A enchente é uma parada na vida. Preso nas malhas dos igarapés, o homem aguarda, então, com estoicismo raro ante a fatalidade incoercível, o termo daquele inverno paradoxal de temperaturas altas. (CUNHA, Euclides. 1988 [1902] p. 69). Tal regime acarreta o parasitismo franco. O homem bebe o leite da vida sugando os vasos túmidos das sinfonias. (CUNHA, Euclides. 1988 [1902] p. 70).

É importante refletirmos sobre a opinião de Caio, face à Euclides, com relação ao maior rio do planeta. Na primeira leitura que fazemos da questão amazônica nestes textos, vemos dois autores extremamente preocupados, que chegam a insultar a natureza desse pedaço do planeta (tais insultos derivam, talvez, da falta de respostas possíveis, e da preocupação – principalmente por parte de Caio Prado¹⁹ – quanto ao que esta terra misteriosa pode gerar para o país). “*Amesquinhadora* do homem, *volúvel*, *dolorosas vazantes*”, são alguns dos adjetivos e metáforas usados nestes textos;

ao contrário, por exemplo, de Capistrano de Abreu, que ressalta a caudaliosidade dos rios amazônicos.

Mas o insulto certamente não esconde um enorme fascínio descritivo. A questão amazônica gera nos dois textos interessantes metáforas. Aliás, vemos aí uma possível confirmação da herança de Caio Prado relativa ao texto de Euclides da Cunha, “Terra sem História”. O aparato metafórico do qual o autor se vale para a descrição da Amazônia corresponde tal e qual a muitas das imagens que aparecem nas passagens que aqui recortamos. Vejamos alguns exemplos: Na primeira citação do texto de Caio Prado sobre o tema, é a luta a grande metáfora que o autor usa para descrever a ocupação da Amazônia, dando a ela um tom de total literalidade: *A luta requer esforços quase ilimitados, se quiser ir além da dócil submissão às contingências naturais.*²⁰ A luta é também figura presente na obra de Euclides, e também funciona, dentro do texto “Terra sem História”, como algo literal: *o rio que sobre todos desafia nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios. É um estranho adversário*²¹. É como se o Amazonas euclidiano desafiasse o homem a uma luta. E é sem dúvida adversário superior, que luta também com suas próprias margens: *O rio, multíflo nas grandes enchentes, vinga as ribanceiras (...) Até que num só assalto de enchente, todo esse delta lateral se abata.*²² O rio se vinga da terra que procura tomar espaço em seu leito, e, como em uma luta de boxe, nocauteia em um só assalto as terras que o circundam.

O motivo desta luta entre Amazônia e homem é, nos dois textos, o mesmo. No texto de Caio Prado, vemos a metáfora da Amazônia como um mundo em um estágio primordial de evolução, em que, certamente, o homem não estaria preparado para surgir. A Amazônia aparece como algo pré-humano, testemunha de um tempo em que a terra ainda não se organizou, não entrou em equilíbrio: *nesta remodelação fisiográfica ininterrupta de um*

*território longe ainda de qualquer forma de equilíbrio, o homem se amesquinha, se anula.*²³ O desequilíbrio da Amazônia na obra de Caio Prado, aliás, corre tal e qual o desequilíbrio e a instabilidade de toda colônia, que se desenvolve de ciclo em ciclo, às margens de suas necessidades internas. Certamente, na metáfora amazônica de Euclides também há um nexos com a civilização que se desenvolve no Brasil. Vemos, na sua narrativa, o mesmo motivo vigoroso para a luta em que se lança o Amazonas contra seus ocupantes. Este pedaço da terra é também, no texto de Euclides, algo que não pertence ao tempo em que os homens habitam o planeta. É algo que os precede, uma terra em desordem natural: *O Homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – Quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem.*²⁴ Notamos assim, em Euclides, a mesma imagem: a Amazônia como território pré-histórico, ou melhor, pré-humano. Esta imagem está relacionada à metáfora da luta entre homem e rio, rio e margem. Ou melhor, dela decorre a derrota do homem – trata-se de um território que ainda não está preparado para recebê-lo e que por isso o repele (daí que no texto de Caio Prado o homem se amesquinha e se anula, e no texto de Euclides ele é um intruso impertinente). Ora, esta caracterização tão parecida, através de imagens que são praticamente as mesmas, representa provavelmente uma incorporação, por parte de Caio, deste texto de Euclides – além de **Os sertões** que, como veremos, é citado diretamente.

Dando continuidade ao cotejo entre os textos, vejamos agora outro aspecto que merece atenção. O fascínio descritivo pelo Sertão e seus habitantes suplanta ainda nas duas obras o tema amazônico. Sua natureza é tão cheia de hecatombes quanto a Amazônia. Não a água mas, como se sabe, a falta dela é a peculiaridade periódica desse território geográfico e cultural

chamado Sertão. Para o Sertão, no entanto, o homem muitas vezes “quase-branco” (ao menos lá ainda há na população traços de colonizadores; eles não desaparecem, como na Amazônia) conseguiu dar uma resposta civilizatória. Esta resposta, nas palavras de Capistrano, foi o gado (ainda que a civilização que emerge no agreste junto com o gado seja a mais tosca possível). E é na descrição da população sertaneja que vemos belos trechos de Caio, tão em sintonia com os adjetivos que Euclides antes lhe atribuíra.

Todas estas vias que se destinam sobretudo, como notei, à condução de gado, (...) Mas além desta função, elas tiveram outra de grande relevo na história da formação brasileira. Elas articulam o sertão, e ligam intimamente as populações aí estabelecidas (...) As vias de comunicação descritas contribuem para caldear e fundir todos elementos díspares que entraram na composição da população sertaneja e que, provindos originalmente de pontos diversos e largamente afastados, se foram aos poucos comunicando e pondo-se em contato. As estradas que vimos marcam na carta as grandes linhas ao longo das quais se desenvolveu tal processo de caldeamento e fusão, do qual resultaria o tipo étnico que embora oriundo de raças tão distintas e variando consideravelmente de um para outro indivíduo, guarda contudo, no conjunto, uma unidade inconfundível que se marca dentro da própria população brasileira. (PRADO JR., Caio.1996 [1942], p.243).

As páginas de Euclides, além de também falarem ao leitor sobre tantas coisas “vistas”, estão repletas de termos como “fusão” e “elementos díspares” quando se referem à população desta região. São uma fonte de inspiração para Caio Prado Jr., como vemos nas passagens de **OS** transcritas a seguir:

Entretanto a observação cuidadosa do sertanejo do norte mostra atenuado esse antagonismo de tendências e uma quase fixidez nos caracteres fisiológicos do tipo emergente.

(...) A verdade, porém, é que todo elemento étnico forte “tende a subordinar ao seu destino o elemento mais fraco ante o qual se acha”, encontra na mestiçagem um caso perturbador. (CUNHA, Euclides. 1988 [1902] p. 95).

É que neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização.

Ora nossos rudes patrícios dos Sertões do norte forraram-se a esta última. O abandono em que jazeram teve função benéfica. Libertou-os da adaptação penosíssima a um estágio social superior, e simultaneamente evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados.

A fusão entre eles operou-se em circunstâncias mais compatíveis com os elementos inferiores. O fator étnico preeminente transmitindo-lhes as tendências civilizatórias não lhes impôs a civilização. (CUNHA, Euclides. 1988 [1902] p. 96).

Euclides da Cunha, como muitos homens de seu tempo, herda conceitos como o de hierarquia inter-raças. Mas por ora não pretendemos discutir este aspecto que se percebe na passagem acima. O que nos interessa profundamente é sobretudo a terminologia, a idéia do sertão como lugar que dá origem ao mais bem acabado processo de miscigenação, pois a fusão é o que dá homogeneidade aos elementos. O sertanejo é, segundo estes autores, um tipo característico, fruto do isolamento de três séculos de indivíduos das três raças. Caio nos fala dele como portador de uma unidade inconfundível dentre a população brasileira. Este processo de fusão, no entanto, é ainda mais característico pelo fato que vemos na passagem selecionada referente à p. 96 de OS. Dada a natureza

áspera do sertão, são os elementos étnicos inferiores (entenda-se menos civilizados) que sobressaem.

Euclides é um crítico da civilização. Escreve ele ainda no texto citado acima de **Os sertões**: *Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos.*²⁵

Ora, para este autor a civilização não é travestida de adjetivos superiores, é uma condenação, um fardo. No sertão, porém, a adaptação ao meio faz do homem um tosco. Cria-se um outro tipo de civilização, baseada não na razão mas na força, e em outras características peculiares. É este um tema praticamente já delimitado por Euclides, que Caio reproduz em passagens interessantes como a que segue:

O sertão constituiu sempre, de fato, refúgio para negros e mestiços provindos do litoral: escapos da justiça, que sobre eles pesava mais que sobre as outras categorias da população, ou recalcados pelo regime de vida desfavorável que lhes proporcionam os centros mais ativos e policiados da costa. O sertão oferece a liberdade, o afastamento de uma autoridade incômoda e pesada. Aí a lei é a do mais forte, do mais capaz, e não a de classes favorecidas. Representa por isso uma válvula de escapamento para todos elementos inadaptáveis ou inadaptados que procuram fugir à vida organizada dos grandes centros de povoamento da colônia. (PRADO JR., Caio.1996 [1942], p.113-4).

No sertão podem dominar aqueles que em outras partes da colônia são dominados. A população que lá se encontrava no século XIX tinha suas próprias leis. A idéia de “válvula de escapamento” corresponde a certas idéias contidas neste trecho da obra de Euclides da Cunha, que pode ser considerado outra provável fonte de inspiração para **FBC**:

Ora, toda essa população perdida num recanto dos Sertões lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada, e realizando, por isso mesmo, a máxima intensidade de cruzamento uniforme capaz de justificar o aparecimento de um tipo mestiço bem definido, completo.

Enquanto mil causas perturbadoras complicavam a mestiçagem no litoral revolvido pelas imigrações e pela guerra; e noutros pontos centrais outros empecos irrompiam no rastro das bandeiras – ali a população indígena, aliada aos raros mocambos foragidos. (CUNHA, Euclides. 1988 [1902] p. 90).

No interior do Brasil, o sertão representa, nos dois textos, um isolamento insular (uma redundância, aliás), oceânico. Parece mesmo menor a distância de um oceano – o atlântico – que separa a metrópole e o litoral mais civilizado da colônia, do que a distância que separa este trecho da colônia do Sertão. A população, portanto, que reproduz-se neste isolamento, afastada dos grandes pólos, torna-se como que uma categoria à parte dentro da colônia. Uma espécie endêmica, que evoluiu isoladamente, e que por isso tomou caracteres próprios. Os dois autores descrevem a população sertaneja como algo que se forma a partir de uma combinação de elementos próprios – alguns comuns ao restante da colônia, outros absolutamente singulares – e que ao longo dos séculos toma características especiais, decorrentes desta somatória de foragidos, índios, e a terra áspera. É uma formação dentro do Brasil em formação, uma dobra no interior na colônia dobrada para fora de si.

E se o sertão, nos dois livros, representa um refúgio, sobretudo para desclassificados sociais, é ele também integrado na ordem civilizatória, a sua *válvula de escape*. Este termo, no texto de Caio Prado, nos traz à mente a imagem da sociedade brasileira (no caso a colonial) como panela de pressão, motor em explosão, dique prestes a rachar. A necessidade da válvula de escape é sintoma da desagregação iminente.

4. NEBULOSAS E ASTERÓIDES: REFERÊNCIAS A F. J. OLIVEIRA VIANNA

Um dos textos que talvez mais tenha influenciado alguns aspectos analíticos e discursivos de **Formação do Brasil contemporâneo** é a obra de Oliveira Vianna, **Populações meridionais do Brasil**²⁶, cuja primeira edição data de 1922. Antes de mais nada, é preciso ressaltar que existem diferenças político-ideológicas e historiográficas muito grandes entre os dois autores. Ao ler a obra de Vianna, chama-nos atenção em primeiro lugar o sincero deslumbramento, o tom elogioso com que o autor descreve os dirigentes dos domínios rurais do sudeste – os paulistas por sua aristocracia, os mineiros por seu tom democrático e os cariocas, senhores cultos, letrados, vivendo no IV século da colonização próximos à corte aqui estabelecida.

Os senhores rurais do sudeste são descritos em **Populações meridionais do Brasil** como portadores de altíssimas qualidades morais, dotados de poder e respeito pela temperança com que conseguem administrar centenas de vidas sob seu domínio. *A família fazendeira, tal como nos aparece no IV século, é realmente a mais bela escola de educação moral do nosso povo.*²⁷

Para este autor, o senhor de engenho é um verdadeiro aristocrata, dono de uma mentalidade própria. Ele representa na história do Brasil uma classe superior: *Essa aristocracia se constitui como veremos o centro da polarização dos elementos arianos da nacionalidade*²⁸. A escravidão, por sua vez, é vista na ótica do autor como uma necessidade imposta aos primeiros corajosos sesmeiros, que não dispunham de mão-de-obra livre para tocar o grande empreendimento agrícola que é o engenho de cana. A abolição, por sua vez seria um “golpe” a esta tão nobre classe. O índio é caracterizado pela sua *indolência e indomesticabilidade*²⁹. Existe

ainda nesta obra uma série de comentários sobre os mestiços, os agregados e pequenos produtores rurais, que deixam transparecer pontos de vista do autor com os quais Caio Prado certamente não concordaria. Muitas relações sociais são explicadas por O. Vianna simplesmente por características psicológicas ou supostamente decorrentes de elementos somáticos.

Assim, partiremos para uma comparação entre a obra citada de O. Vianna e **Formação do Brasil contemporâneo**. Certamente, não são as opiniões do primeiro autor, como as listadas acima, que Caio Prado Jr. incorpora a seu texto. São, sobretudo, sugestões do ponto de vista analítico – elementos de análise social muito bem desenvolvidos em **Populações meridionais do Brasil** que vemos reaparecer quase idênticos em **FBC**. Essas sugestões analíticas traduzem-se sobretudo na montagem de metáforas organicistas como forma eficiente de compreender a sociedade colonial. Principalmente a Física e a Botânica fornecem elementos que servem aos dois textos como base de análise, por exemplo, para o povoamento do Brasil colonial. O. Vianna discorre em sua introdução sobre sua escolha consciente pelo recurso às ciências naturais como forma de compreensão da história:

É preciso que varias ciencias, auxiliares da exegese histórica, completem com seus dados as insuficiencias ou obscuridades dos textos documentários, ou expliquem pelo mecanismo das suas leis poderosas aquilo que estes não podem fixar nas suas paginas mortas. O culto do documento escripto, o fetichismo literalista é hoje corrigido nos seus inconvenientes e nas suas insuficiencias pela contribuição que a philosophia da história trazem as sciencias da natureza e as sciencias da sociedade. (VIANNA, Oliveira. 1933 [1922] p.IX.).

Este recurso do autor às ciências chamadas naturais remonta em boa medida ao método sociológico de É. Durkheim, apresentado principalmente em **As regras do método sociológico**.³⁰ Durkheim, nesta obra, propõe justamente um método de investigação sociológica com regras específicas. Tais regras pautam-se na idéia de que as formas e funções dos itens que compõem a sociedade se comportam de uma maneira orgânica. Assim, “as leis poderosas” das ciências naturais passam a valer como instrumentos explicativos importantes de formações históricas constantes da obra dos dois autores que pretendemos comparar. Como já dissemos, as duas principais ciências a fornecer um arcabouço imagético para O. Vianna e Caio Prado Jr. são A Física e a Biologia. Vamos começar nossa análise dos textos a partir das interessantes metáforas físicas/ astronômicas. Curiosamente, no texto de Caio Prado Jr., é principalmente nos capítulos dedicados ao povoamento (a principal temática de O. Vianna) que surge a maioria destas metáforas:

Esta diferença determina uma estrutura de povoamento inteiramente diversa no Centro-Sul, setor da mineração, e no sertão do nordeste. No primeiro o que vamos encontrar quando cessam a expansão mineradora, as explorações e novas descobertas que se sucedem continuamente, provocando migrações e deslocamentos bruscos da população; quando, numa palavra, se sedimenta e estabiliza o povoamento – e isto se verifica cerca de meados do século XVIII –, o que vamos encontrar então é uma nebulosa de estabelecimentos mais ou menos separados e isolados uns dos outros. (PRADO JR., Caio.1996 [1942], p.56).

Mais adiante, na mesma página, eis que ressurge a nebulosa como forma perfeita de definição, associada a outras expressões derivadas da Física:

Aquela nebulosa de estabelecimentos mineradores se agrupa em três núcleos de maior densidade. Cada qual constituirá, administrativamente, uma capitania: Minas Gerais, Goiás, Mato grosso. Analisemo-los nesta ordem, que é a de seu aparecimento e entrada em cena da História.

Em Minas Gerais, o centro de condensação (para empregar um termo emprestado à física e que a distribuição do povoamento que ora analisamos sugere tão vivamente) está localizado numa faixa que se estende de sul a norte, da bacia do rio grande às proximidades das nascentes do Jequitinhonha. (PRADO JR., Caio.1996 [1942], p.56).

Esta terminologia, que vemos tão bem elaborada no texto de Caio Prado Jr., foi provavelmente inspirada em passagens como esta, de O.Vianna:

Os grandes senhores ruraes, que, atraídos pela vida das cidades gravitavam, como asteróides em torno do pequeno núcleo fidalgo. (VIANNA, Oliveira. 1933 [1922] p.17.).

Os elementos espaciais, a gravidade, a linguagem dos corpos, são adotados pelos dois autores em diversas partes de seus textos. São a fonte de inspiração para imagens marcantes, de grande poder explicativo. A imagem dos senhores rurais que gravitavam como asteróides em torno de um núcleo talvez tenha inspirado a imagem da nebulosa de estabelecimentos mineradores que se agrupam em torno de três núcleos. A seguinte passagem do texto de Caio Prado utiliza-se diretamente desta idéia orbital:

Se apesar de tudo isto a bacia amazônica entrou na órbita da colonização luso-brasileira e fugiu à dominação espanhola (...). (PRADO JR.,Caio.1996 [1942], p.68).

E segue-se, no texto de O. Vianna, um desfilar de termos da Física/Astrofísica, demonstrando o fascínio metafórico exercido por estas ciências no interior de seu texto:

Depois da analyse da organização social vicentista, o movimento da bandeiras, do fim do II século em deante, o seu “espantoso ondular” se torna perfeitamente compreensível (...). É verdade que a causa aparente e immediata desse movimento é a atracção magnética exercida pela legenda da Serra das Esmeraldas. Essa fascinação não bastaria porém para determinar tão admirável irradiação conquistadora. (VIANNA, Oliveira. 1933 [1922] p.99-100.).

Mas é sobretudo o uso metafórico de uma lei da física que no texto de Caio Prado Jr. é instrumento para explicar o movimento populacional de minas no capítulo “Correntes de Povoamento”, que vem atestar o fato de que nosso autor inspira-se em explicações semelhantes também referentes a movimentos populacionais, encontradas em O. Vianna:

Analisemos agora este movimento centrífugo da população mineira com mais pormenores. (PRADO JR.,Caio.1996 [1942], p.76).

Em suma, o movimento centrífugo da população mineira, em direção sobretudo de Leste, Sul e oeste, acha-se no momento que nos ocupa em franco processo. (PRADO JR.,Caio.1996 [1942], p.81).

A visualização, por Caio Prado Jr., de um movimento centrífugo populacional para traduzir ou compreender a dispersão da população mineira remete a uma elaborada análise que faz

O.Vianna justamente de movimentos populacionais na colônia. É uma imagem poderosa, que nos faz pensar numa hélice arremessando para longe das cidades a população colonial ou aglomerando-a com seu poder de sucção:

D'ahi esse conflicto interessantíssimo, que assistimos, durante todo o período colonial, entre o espírito peninsular e o novo meio, isto é, entre a velha tendência européa, de caracter visivelmente centrípeto, e a nova tendencia americana de caracter visivelmente centrífugo: a primeira atrahindo as classes superiores da colônia para as cidades e os seus encantos; a segunda impelindo essas mesmas classes para os campos e seu rude isolamento. (VIANNA, Oliveira. 1933 [1922] pp.14-5).

Estes movimentos da Física desdobram-se por todo o primeiro capítulo de O. Vianna, “Formação do typo rural”. A dicotomia entre centrífugo/centrípeto é justamente a base de sua caracterização da classe rural do sudeste³¹:

É este irremediavel antagonismo entre a vida urbana e a vida rural que acaba por dar, afinal, victória á tendencia centrífuga, própria ao meio americano. (O.Vianna, op.cit. p.20).

Essa dispersão da nobreza colonial pelo interior rural é vigorosamente intensificada pela collaboração de outros agentes possantes de centrifugismo urbano. É, primeiro, a penetração dos Sertões em busca dos índios. É, depois, a expansão pastoril nos planaltos. É por fim a conquista das minas. Tudo isso concorre poderosamente para deslocar e dispersar a população para fora da periphéria das cidades e das circunvizinhanças dos centros urbanos. (VIANNA, Oliveira. 1933 [1922] p.21.).

As forças físicas e os termos astronômicos servem nos dois textos à explicação de movimentos populacionais, de bandeiras, de movimentos colonizadores. Servem à criação de metáforas que fornecem ao leitor imagens impressionantes dos movimentos internos da colônia. Caio Prado certamente se deu conta do poder explicativo derivado destas metáforas organicistas, e, talvez não concordando com algumas de suas aplicações por parte de O. Vianna as incorpora ao texto de **FBC**.

Uma segunda e importantíssima fonte de inspiração metafórica são os elementos derivados da Biologia, em particular da Botânica. No capítulo intitulado “Organização Social”³² – termo que também aparece no texto de O. Vianna –, componente da parte final de **FBC**, vemos a metáfora botânica tomar enorme força. Da idéia de vegetal é que se chegará ao conceito de desclassificados sociais. E, note-se, este percurso que associa populações que vegetam à idéia de desclassificação não é único de Caio Prado. Ele ocorre tal e qual em **Populações meridionais do Brasil** (doravante vamos chamar de **PMB**). A mesma terminologia da desclassificação social fora inaugurada por O. Vianna três décadas antes. Mas, como veremos, é Caio Prado que vai enriquecer, e muito, a metáfora botânica associada à sociedade brasileira.

A questão central deste capítulo de **FBC** é justamente a compreensão do funcionamento da sociedade colonial no momento do início de sua desagregação. É a metáfora da célula (associada à metáfora vegetal) que vai dar conta desta estrutura. A célula inicial constitutiva da sociedade colonial é formada pelos elementos bem classificados – senhores (o núcleo) e escravos. Acontece que esta célula inicial que assim se organizava nos primeiros séculos da colonização começa no momento de ruptura social estudada por Caio Prado (o início do século XIX), a ser invadida por um corpo estranho – a legião de desclassificados sociais. Vejamos, inicialmente, esta passagem:

Constituído assim numa sólida base econômica, e centralizando a vida social da colônia, o grande domínio adquirirá aos poucos os demais caracteres que o definirão. De simples unidade produtiva, torna-se desde logo célula orgânica da sociedade colonial (...) O senhor deixará de ser o simples proprietário que explora comercialmente suas terras e seu povo; o escravo também não será simples mão de obra explorada. Se trabalha para aquele, e até forçado pelo açoite do feitor ou pelo tronco da senzala, também conta com ele, e dele depende para os demais atos e necessidades de sua existência; toda ela se desenrola, do nascimento à morte, freqüentemente por gerações sucessivas, na órbita do senhor e seu domínio, pequeno mundo fechado em função do qual se sofre e se goza. (PRADO JR., Caio.1996 [1942], p.288).

Essa interessante passagem do texto de Caio Prado Jr., onde caracteres físicos e biológicos se fundem é ilustrativa da importância da metáfora biológica dentro deste capítulo que engendra quase toda a análise da estrutura social por Caio Prado Jr. Se pensarmos que a célula também tem um núcleo, a idéia de órbita pode também ser atribuída a ela (em O. Vianna encontra-se também uma passagem relacionada ao domínio rural como algo nuclear³³).

A célula é um corpo fechado. A ela podemos associar, na obra de Caio Prado, a idéia de círculo fechado, ou mesmo de ciclos econômicos. Caio Prado, neste mesmo capítulo, alterna justamente a idéia de célula orgânica referente ao grande domínio, com a idéia da circularidade:

E assim, todo aquele que se conserva fora daquele estreito círculo de traçado pela grande lavoura, e são quase todos além do senhor e seus escravos não encontra pela frente perspectiva alguma. (PRADO JR., Caio.1996 [1942], p.285).

A célula, o corpo coeso, circular, passa a ser então invadida por corpos estranhos, que são resultantes do próprio modo de funcionamento da colônia e das possibilidades restritas impostas por esta organização celular. A circularidade das grandes propriedades é refém de um outro círculo maior, o círculo traçado pelos ciclos econômicos. Dos ciclos de que a colônia encontrava-se refém em função do próprio sentido da colonização, determinando qual é o produto da vez para ser produzido em função do mercado externo:

Em capítulo anterior já assinalai esta evolução por arrancos, por ciclos que se alternam no tempo e no espaço, prosperidade e ruína, e que resume a história do Brasil colônia. As repercussões sociais de uma tal história foram nefastas: em cada fase descendente desfaz-se um pedaço da estrutura colonial, desagrega-se a parte da sociedade atingida pela crise. Um número mais ou menos avultado de indivíduos desagrega-se, perde suas raízes e base vital de sua subsistência. Passará então a vegetar à margem da ordem social. Em nenhuma época e lugar isto se torna mais catastrófico e atinge mais profunda e extensamente a colônia, que no momento preciso em que abordamos a nossa história, e nos distritos da mineração. Vamos encontrar aí um número considerável destes indivíduos desamparados evidentemente deslocados, para quem não existe o dia de amanhã, sem ocupação normal, fixa e decentemente remuneradora; ou desocupados inteiramente, alternando o recurso à caridade com o crime. O vadio na sua expressão mais pura. (PRADO JR.,Caio.1996 [1942], p.285).

Esta idéia do vadio como desenraizado é uma expressão da metáfora botânica muito bem utilizada dentro deste texto. O indivíduo se desprende da sociedade com a chegada de um novo ciclo e é abandonado pelo círculo a que pertencia. A sociedade dos ci-

elos econômicos passa como um rio na cheia, desbarrancando suas margens, destruindo seu próprio leito. Aliás, é justamente esta a expressão utilizada – à margem – para estes indivíduos desclassificados. Eles são abandonados como plantas desenraizadas pela cheia em uma margem à qual não pertenciam antes. E para expressar este abandono em que passam a viver, o autor recorre mais uma vez à planta, que é uma forma de vida que não se locomove; **vegetar** é o termo que exprime sua tosca sobrevivência.

Ocorre que todas estas expressões – a metáfora vegetal em suas diversas manifestações, a idéia de desclassificação social e a imagem dos indivíduos à margem, encontramos-as exatamente iguais no texto de O. Vianna. Claro que não com toda a força explicativa que adquirem associadas à compreensão econômica e social de Caio Prado. Mas elas estão lá, e provavelmente do texto de **PMB** surge a inspiração imagética para esta parte tão importante de **FBC**:

Os que não conseguem um grande domínio agrícola, com farta escravaria ou tendo-o conseguido, fracassam, ficam à margem, nesse grupo indefinido da plebe, entre a escravaria e a mestiçagem. – “Nesse Estado, vive com suma indigência quem não negocia, ou carece de escravos” – confessa Frei Gaspar. Premidos pelos preconceitos sociais e pela necessidade, esses desclassificados se abysmam nas zonas obscuras dessa sociedade ruralizada. Fazem-se clientes dos grandes latifundiários. Em torno destes, ao lado da capangagem dos mamelucos, entram a vegetar em silêncio, até que a eclosão deslumbrante das “bandeiras” os arremesse, transfigurados, no tumulto das minas. (VIANNA, Oliveira. 1933 [1922] p. 74).

Nesta passagem vemos pela primeira vez, no texto de O. Vianna, a referência aos desclassificados, que recorrerá nos parágrafos

seguintes. Provavelmente, o largo uso do termo em **FBC** fora inspirado por passagens de **Populações Meridionais do Brasil**, obra na qual, é importante assinalar, o autor refere-se aos primeiros séculos da colonização, e seus desclassificados são principalmente os chamados agregados das fazendas – categoria que lhe é muito cara. Os desclassificados de Caio Prado referem-se principalmente aos “desclassificados do ouro”, mas a idéia de desclassificação é nos dois textos a mesma. Ocorreria uma reapropriação, por parte de Caio Prado, de uma idéia que no seu texto transforma-se, toma um referencial ampliado. Há ainda outra imagem relacionada à desclassificação que vemos no texto de O. Vianna e que se repete em **FBC**: a idéia de massa social. Este é o corpo coeso que invade o círculo colonial de Caio Prado. Vejamos este trecho de **PMB**:

O sesmeiro vicentista está collocado entre as pontas de um verdadeiro dilemma: – tem que escolher entre a vida vegetativa dos decahidos, ou a cultura em grande escala. Dadas as condições especiaes daquela sociedade, esse dilemma se transforma nesse outro: ou a desclassificação social ou a posse de uma grande massa operária. (VIANNA, Oliveira. 1933 [1922] p. 77).

É interessante notar, no texto de Vianna, a forma como a questão da desclassificação é apresentada, na perspectiva dos senhores rurais. A desclassificação seria um fruto da sua decadência, ou incapacidade administrativa. Muito diferente é a desclassificação do mestiço: *O mestiço na sociedade colonial é um desclassificado permanente*.³⁴ Ao desclassificado mestiço é que se associará de maneira definitiva a idéia de desplantado (tão similar aos desenraizados de Caio Prado Jr.) e, posteriormente, a idéia de formação de uma massa social instável:

Por ahi se vê que o mestiço é na sociedade colonial, um nômade. Liberto do trabalho rural, egresso dos engenhos, mal fixo a terra, a sua instabilidade é evidente. É um desplantado, um deslocado, um infixo. Por isso seu nomadismo de caçador se transforma facilmente no nomadismo de guerreiro sertanista. (VIANNA, Oliveira. 1933 [1922] p. 90.).

As bandeiras serão uma ocupação provisória para os mestiços desclassificados, assim como a defesa das fazendas, ou o garimpo:

Toda essa massa de mestiços ociosos e inúteis, que vemos pullular, como um transbordo das senzalas, nas terras dos latifúndios tem agora á sua actividade uma applicação superior. Della é que vão sahir os elementos combatentes, indispensáveis á defesa do domínio. (...) Eliminae-o. Para logo os engenhos e os curraes se submergiriam no tumulto da barbaria tropical. (VIANNA, Oliveira. 1933 [1922] pp. 91-2.).

Todas essas passagens que citamos em seqüência do texto de O. Vianna têm como objetivo caracterizar a maneira como nos é apresentada neste livro a idéia de massa de desclassificados, associada à metáfora da planta e à barbárie. Estas associações repetem-se em **Formação do Brasil contemporâneo**, e desenvolvem-se de maneira notável nesse texto. Ganham mais significados que em seu texto de origem e uma importância central na teoria de Caio Prado; são as massas de desclassificados que viverão à margem do Sentido da Colonização. As massas desenraizadas, que vemos em passagens com a que citaremos a seguir, adquirem importância fundamental no trabalho de Caio Prado em função do próprio recorte histórico que o autor opta por fazer:

No torvelinho das paixões e reivindicações então desencadeadas, pelo rompimento do equilíbrio social e político que provoca a transição de colônia para Império livre aquela massa deslocada, indefinida, mal enquadrada na ordem social, e na realidade produto e vítima dela, se lançará na luta com toda a violência de instintos longamente refeedos, e com muitas tintas da barbárie ainda tão próxima que lhe corria nas veias em grandes correntes. Não resta a menor dúvida que as agitações anteriores e posteriores à Independência, as do tormentoso período da minoridade do primeiro decênio do segundo império, todas elas ainda tão mal estudadas são fruto em grande parte daquela situação que acabamos de analisar. É naquele elemento desenraizado da população brasileira que se recrutará a maior parte da força para a luta das facções políticas que se formam; e ela servirá de aríete das reivindicações populares contra a estrutura maciça do Império, que apesar da força do empuxo, resistirá aos seus golpes. (...)

Vimos as condições gerais em que se constitui aquela massa popular - a expressão não é exagerada -, que vive mais ou menos à margem da ordem social: a carência de ocupações normais e estáveis capazes de absorver, fixar e dar uma base segura de vida à grande maioria da população livre da colônia. (PRADO JR., Caio.1996 [1942], p.289).

Neste notável trecho, onde o autor por duas vezes faz uso do termo *massa* para referir-se à população, da metáfora vegetal das raízes, e onde identificamos também a presença da Física – seja na própria idéia de *massa* que se desloca, seja na *força de empuxo* –, temos quase que uma síntese de influências metafóricas, no caso herdadas muito provavelmente de O. Vianna. Uma síntese da importância dessas metáforas na obra de Caio Prado. É um trecho importante também do ponto de vista historiográfico, pois vemos

descrita a transição da colônia para império, período em que os desclassificados atuam claramente como elemento desagregador da ordem colonial, e como força que se insurgirá, também, contra a ordem imperial. Podemos deduzir daí que a ordem imperial representa na ótica de Caio Prado um elemento de permanência do Sentido da Colonização, enquanto a massa desenraizada é um elemento que atua contra este mesmo Sentido. Vale lembrar, mais uma vez, que seu desenraizamento é fruto dos ciclos econômicos e da falta de opção gerada pelo sistema colonial, duas resultantes do mesmo Sentido. O. Vianna lembra bem, assim como Caio, que muitas vezes essa mesma massa teve utilidade para o fortalecimento desta ordem contra a qual ela mesma se baterá, com força de aríete.

Notas

- ¹ Vale lembrar aqui a data de publicação de algumas importantes obras destes autores. Gilberto Freyre publica a primeira edição de *Casa Grande & Senzala* em 1933, e *Sobrados em Mocambos* em 1936, mesmo ano aliás, da primeira edição de *Raízes do Brasil* -obra canônica de Sérgio Buarque de Holanda.
- ² CANDIDO, Antônio. **O significado de Raízes do Brasil**, In: *HOLANDA*, Sérgio Buarque, 1995, p. 9.
- ³ A respeito deste conceito de “geração de 1870”, e as repercussões de suas obras, ver SKIDMORE, Thomas. 1976.
- ⁴ Cf, capítulo **O Sertão**, de *Capítulos de História Colonial*. ABREU, Capistrano. 2000 [1907].
- ⁵ Sobre o conceito de formação que Caio Prado se utiliza em sua obra, cf. GNERRE, Maria Lucia Abaurre. 2001, pp- 17-56.
- ⁶ O conceito de intertextualidade baseia-se no pressuposto de que não existe nenhum texto completamente original. A partir desse pressuposto, definem-se a intertextualidade explícita (citações, epígrafes, paráfrases e outras referências diretas a outros autores e textos) e a intertextualidade implícita (os ecos de outros textos que se podem reconhecer em um texto sob análise). O conceito ganha grande impulso conceitual a partir, por exemplo, de M. Bakhtin, que no livro *Estética da Palavra* considera a intertextualidade como relacionada ao conceito de polifonia – a existência, em um texto, de outras vozes escondidas. A escrita de um autor pode ser considerada,

assim, como uma escrita que se constrói sobre outra ou outras escritas, como uma espécie de mosaico de citações ou alusões que em alguns casos o autor pode fazer de maneira mais ou menos inconsciente. Jaques Derrida e Gerard Genette são alguns dos autores também considerados importantes nesta caracterização da intertextualidade, e na discussão de como se pode trabalhar com esta polifonia textual. Cf. BAKTIN, Mikhail. 1992.

⁷ Principalmente com relação à metáfora da Casa Grande, enquanto teoria explicativa capaz de servir para diversas regiões do Brasil, há importantes pontos de discordância entre estes autores. A este respeito, cf. GNERRE, 2001, pp. 177-180.

⁸ Ver ABREU, Capistrano. “**Explicação** - Normas da quarta edição (1954)”, *op. cit.*, p. 3.

⁹ Gilberto Freyre tem interesse maior em suas obras por certos micro fatos, ainda que o uso posterior que faça destes seja um pouco diverso.

¹⁰ A este respeito do estilo destes autores, em contraposição ao estilo “caio-pradiano”, cf GNERRE, 2001, pp 131-156.

¹¹ O conceito de desclassificados que surge na obra de Caio Prado Jr, e tem vida longa e importantes desdobramentos historiográficos à partir da obra de Laura de Melo e Souza, **Os Desclassificados do Ouro**.

¹² Ainda que, segundo Capistrano, não percam seu desprezo pela gente originária dos Sertões, gente que supostamente deu origem à guerra dos emboabas.

¹³ Capistrano sugere a hipótese muito interessante de diferenças da população sertaneja de um e outro sertão. No ponto em que se acham os estudos históricos atuais, nada se pode afirmar a este respeito. O que não padece dúvidas é o tipo característico do sertanejo em geral, em oposição as demais populações da colônia.

¹⁴ De tudo isso resultará, para a colônia, em conjunto, um tom geral de inércia. Paira na atmosfera em que a população colonial se move, ou antes, “descansa”, um vírus generalizado de preguiça, de moleza, que a todos, com raras exceções, atinge. (PRADO JR.,Caio.1996 [1942], p.349).

- ¹⁵ O texto do **Roteiro do Maranhão** foi publicado em 1900 pela revista do IHGB (V. 62 - T2) e faz parte de uma série de publicações de escritos coloniais cuja edição se fazia necessária, naquele momento, para que os historiadores pudessem formar nossa história nacional. Segundo consta na última página do texto publicado em 1900, este teria sido copiado pelo Frei Vicente Salgado, em 1800, “bem e exactamente” como o texto do manuscrito, que fora encontrado na Secretaria dos Negócios Ultramarinos de Lisboa.
- ¹⁶ Ver pp. 184, 185, 186 de **Capítulos de História Colonial**. Estes são trechos em que Capistrano dedica especial atenção à **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**.
- ¹⁷ Ver ABREU, Capistrano, 2000 [1907], p. 154 e PRADO JR., Caio. 1996 [1942]., p. 191 , nota 13.
- ¹⁸ DECCA, Edgar, **Literatura em ruínas ou ruínas da literatura?** In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. 2001, p. 167.
- ¹⁹ Pois Caio Prado envolve-se durante toda sua vida com a política, na busca de saídas futuras para o país. Euclides opta por outra postura (mas talvez não ainda no momento em que escreve *OS*).
- ²⁰ PRADO JR., Caio. 1996 [1942], p 212.
- ²¹ CUNHA, Euclides. 1999 [1909], p.12.
- ²² CUNHA, Euclides. 1999 [1909], p.8.
- ²³ PRADO JR., Caio. 1996 [1942], p 212.
- ²⁴ CUNHA, Euclides. 1999 [1909], p.2.
- ²⁵ CUNHA, Euclides. 1988 [1902] p. 96.
- ²⁶ VIANNA, Oliveira, 1933 [1922].
- ²⁷ VIANNA, Oliveira, 1933 [1922], p.51.
- ²⁸ VIANNA, Oliveira, 1933 [1922]., p.47.
- ²⁹ VIANNA, Oliveira, 1933 [1922], p.83.
- ³⁰ DURKHEIN, Èmile, 1963.
- ³¹ O termo classe, que utilizamos aqui, tem em boa medida o aval do autor, pois aparece muito mais vezes no texto de O. Vianna do que no de Caio Prado, por exemplo.

³² Neste capítulo vemos também uma referência direta de Caio Prado a O. Vianna na nota da p. 287, onde o autor diz que Vianna e Freyre teriam sido os primeiros a analisar as relações sociais dentro das casas de fazenda. Ele cita **Populações Meridionais do Brasil**.

³³ *O latifúndio os concentra [os três elementos étnicos] e os dispõe na ordem mais favorável á sua mistura. Pondo em contacto imediato e local as tres raças elle se faz um esplêndido núcleo de elaboração do mestiço* (VIANNA, Oliveira, 1933 [1922], p. 86).

³⁴ VIANNA, Oliveira, 1933 [1922], p.89.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História colonial**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

ANÔNIMO. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhí. Rio de Janeiro: **Revista IHGB**, tomo 62, 1900.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Á margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1992.

BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 41ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Sobrados e mucambos**. 12ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2000.

GNERRE, Maria Lucia Abaurre. **A forma e a nação: estilo histo-**

- riográfico em Formação do Brasil Contemporâneo.** Campinas, SP: [s.n.], 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** 26^a. ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PRADO JR., Caio. **A formação do Brasil Contemporâneo: Colônia – 24^a reimpressão,** São Paulo: Brasiliense, 1996.
- SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- VIANNA, F.J. Oliveira. **Populações meridionais do Brasil: primeiro volume - populações do centro sul.** 3^a ed., Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933.



Caio Prado Júnior e o sentido da continuidade

RICARDO LUIZ DE SOUZA

RESUMO

A OBRA E O PENSAMENTO DE CAIO PRADO JÚNIOR TOMAM COMO fundamento o conceito de sentido da colonização, a partir do qual ele formula como objetivo compreender os objetivos básicos da colonização e as estruturas centrais da formação histórica brasileira. A partir de tal conceito, é possível, porém, definirmos em sua obra a existência de um sentido da continuidade, na medida em que as estruturas coloniais perduram, segundo ele, em pleno Brasil contemporâneo, sendo a superação de tais estruturas a tarefa a ser assumida e executada pelas forças progressistas.

Palavras-chave: história, colônia, agricultura.

ABSTRACT

The workmanship and the thought of Caio Prado Júnior take as bedding the felt concept of of the settling, from which it formulates as objective to understand the basic objectives of the settling and the structures central offices of the Brazilian historical formation. From such concept, he is possible, however, to define in its workmanship the existence of a direction of the continuity, in the measure where the colonial structures last, according to it, in full Brazil contemporary, being the overcoming of such structures the task to be assumed and executed by the progressive forces.

Key words: history, colony, agriculture

QUESTÕES DE MÉTODO

Nos títulos de duas das mais importantes obras publicadas por Caio Prado Júnior – os textos que estabeleceram sua reputação como historiador e afirmaram seu pioneirismo – figuram as palavras *evolução* e *formação* e, nestas palavras, temos o núcleo do método por ele utilizado, bem como dos objetivos por ele propostos. Isto porque, perceber o sentido da evolução de um povo deve ser, para ele, o objetivo máximo de todo historiador:

É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador (PRADO JÚNIOR, 1976:19).

Visando alcançar tais objetivos, os três processos privilegiados por Caio Prado em sua análise do processo de formação histórica brasileira são, segundo Ianni, “o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado” (IANNI, 1994:54). E, ainda, em relação à metodologia utilizada pelo autor, Rego menciona a “vocação para o concreto” perceptível em sua obra na maneira como ele “articulava categorias abstratas com descrições detalhadas sobre as condições sociais concretas de organização do Brasil”(REGO, 2000:24).

Tal “vocação para o concreto manifesta-se, por exemplo, quando, em carta escrita em 1960, Caio Prado rememora suas leituras euclidianas, e afirma: “**Os sertões** de Euclides da Cunha

não dão, em conjunto, a meu ver, uma idéia rigorosamente adequada dos sertões reais do Nordeste...Efetivamente o grande literato e primoroso estilista que foi Euclides da Cunha, se imprimira muito mais nos Sertões, que o observador e analista social” (*Apud* IUMATTI, 1999:161). O problema euclideano seria, portanto, a insuficiência de análise concreta, empírica, da realidade, embora referindo-se, por sua vez, ao processo de elaboração de **Formação do Brasil contemporâneo**, Iglésias acentue: “O texto é fruto de reflexão e larga pesquisa. Esta, parece-nos, foi feita sobretudo com documentos impressos. Caio usa fontes primárias mas impressas. Não parece ser freqüentador de arquivos, no manuseio de folhas soltas”(IGLÉSIAS, 1982:25).

Temos, portanto, um historiador pouco voltado para o levantamento de dados e fontes primárias, ao contrário, por exemplo, de um Capistrano de Abreu e de um Varnhagen — que, neste sentido, foi obsessivo — para citarmos alguns de seus antecessores ilustres, sendo esta uma despreocupação que deriva, talvez, da confluência entre história e filosofia presente na obra do autor e acentuada por Reis: “Embora Caio Prado não tenha obtido muito sucesso com suas obras filosóficas, pode-se, talvez, afirmar que predominava nele o espírito filosófico sobre o do historiador. Todas as suas obras são de síntese, e nelas ele se pergunta sobre o sentido da história brasileira”(REIS, 1999:181).

Caio Prado inovou, porém, em sua preocupação de estudar as matrizes estruturais da sociedade brasileira e de seu desenvolvimento histórico, privilegiando o estudo das contradições estruturais, dos grupos sociais enquanto agentes históricos e dos fatores geradores de tensão e mudança. E ele inovou igualmente quando, recusando a referência constante ao paradigma europeu adotada,

segundo Odália, por autores como Varnhagem e Oliveira Vianna em seu afã de compreender o Brasil, pauta sua obra pela análise da especificidade nacional: “Deslocando o problema para a compreensão do que era ou é a sociedade brasileira, Caio Prado Júnior retorna à legítima vocação do historiador, que é a de buscar as raízes de uma formação econômico-social específica” (ODÁLIA, 1989:113).

A análise do processo de formação da nacionalidade, por outro lado é, como este próprio processo, um autêntico *work in progress*. Silva Dias sintetiza, neste sentido, a intenção e o método de Caio Prado: “Preocupava-se em concretizar a formação econômica, material e geográfica da futura nacionalidade. Era preciso esperar o decurso de um processo contraditório, eminentemente econômico e social para apreender a infra-estrutura, sem deturpar a interpretação do processo histórico” (DIAS, 1989:398). E a militância de Caio Prado, por fim, tomou como base seu otimismo acerca da viabilidade da união entre teoria e prática. Segundo Iumatti, “ele imaginava ser factível desenvolver e aperfeiçoar uma teoria política que se aplicasse à especificidade da experiência histórica brasileira e apontasse as soluções práticas de que o País precisava” (IUMATTI, 1998:49).

ESCRAVIDÃO E QUESTÃO RACIAL

Caio Prado historiciza o preconceito racial. Este tem para ele, segundo Ricupero, origens históricas e sociais, e não biológicas. E Ricupero conclui: “Ou seja, ele não é, para o historiador paulista, o produto da pretensa animosidade que sempre teria existido entre os grupos étnicos, mas de certas condições históricas e sociais,

portanto, modificáveis” (RICUPERO, 2000:144). E ainda, contrariando a tendência dominante na historiografia de sua época, ele recusa-se a ver o escravo como um ser passivo, acentuando, pelo contrário:

Não se julgue a normal e aparente quietação dos escravos (perturbada, aliás, pelas fugas, formação de quilombos, insurreições mesmo por vezes) fosse expressão de um conformismo total. É uma revolta constante que lavra surdamente entre eles, e que não se manifesta mais porque a comprime todo o peso e força organizada da ordem estabelecida (PRADO JÚNIOR, 1975:45).

Apesar disto, o escravo é visto por ele como um ser socialmente degradado e pertencente a uma cultura e a um povo inferior, mais que inferiorizado. São, segundo Vainfas, “povos que Caio desqualifica um pouco por causa da escravidão, outro tanto pela inferioridade cultural e racial que lhes atribuía antes de tudo” (VAINFAS, 1999:15). A escravidão, para o negro e para o indígena, significou a passagem abrupta e forçada da barbárie para a escravidão. Segundo Caio Prado, assistimos em seu contexto, “ao recrutamento de povos bárbaros e semibárbaros, arrancados do seu *habitat* natural e incluídos, sem transição, numa civilização inteiramente estranha” (PRADO JÚNIOR, 1976:272). E o escravo, ainda, obliterou o negro como agente cultural, o que o autor acentua para marcar suas divergências com Gilberto Freyre e com a valorização da contribuição cultural deste. A escravidão, para ele, inviabilizou tal contribuição: “O escravo enche o cenário, e permitiu ao negro apenas que apontasse em raras oportunidades” (PRADO JÚNIOR, 1976:139).

A contribuição do negro e do índio é definida por Caio Prado como meramente passiva, decorrente, apenas, de sua presença, em uma conclusão, porém, que não se limita a eles, incluindo, também, os homens livres, todos exercendo, na perspectiva do autor, um papel político insignificante. E, acentuando a perspectiva do autor, Barreira ressalta, “há, neste ponto, uma impossibilidade para o autor de pensar a *questão da diferença* no interior dos movimentos populares, em virtude da fixação da idéia de *homogêneo* e de *totalitário social* (BARREIRA, 1989:108).

Caio Prado não incorre, porém, no erro de homogeneizar o negro ou o indígena; pelo contrário, ressalta sua diversidade, opondo-a à relativa homogeneidade do colonizador branco, majoritariamente europeu, e exemplifica tal diversidade com as diferentes posturas de submissão e revolta perante a dominação a qual seus membros estiveram submetidos (PRADO JÚNIOR, 1976:85). A conclusão a que ele chega, contudo, é: o índio tende ao desaparecimento; à integração definitiva que significará sua obliteração enquanto raça distinta. Tal processo deve-se, segundo ele, aos cruzamentos sucessivos e a fatores sociopáticos tais como o uso excessivo de aguardente e a ação de moléstias contagiosas. Mas deve-se, ao fim e ao cabo, à inferioridade cultural dos indígenas, gerando conseqüências que sempre se dão quando raças de níveis culturais muito distintos entram em contato, que é o domínio e desaparecimento da raça situada em patamar inferior. Conclui, então, o autor: “E não fosse o cruzamento praticado em larga escala entre nós e que permitiu a perpetuação do sangue indígena, este fatalmente estaria condenado à extinção total” (PRADO JÚNIOR, 1976:106).

Se a miscigenação é, neste sentido, fator de desaparecimento das “raças inferiores” que dela participam, encontramos na obra de Caio Prado, segundo Tucci Carneiro, o seu elogio: “O cruzamento das raças é visto como uma solução para o complexo problema da inter-assimilação das três etnias que concorreram para a formação brasileira” (CARNEIRO, 1989:351). Caio Prado ressalta, concomitantemente, a intensidade singular com a qual a miscigenação se deu no Brasil, o que torna impossível a análise da ação isolada de cada uma das diferentes raças que formaram o povo brasileiro, afirmando: “Mas são juntas que devem figurar; juntas e mesclando-se sem limites, numa orgia de sexualismo desenfreado que faria da população brasileira um dos mais variegados conjuntos étnicos que a Humanidade jamais conheceu” (PRADO JÚNIOR, 1976:107).

A passividade das mulheres negras e indígenas e a ação sem limites do português são, para ele, os fatores que geraram tal processo: “A impetuosidade característica do português e a ausência total de freios morais completam o quadro: as uniões mistas se tornaram a regra” (PRADO JÚNIOR, 1976:109). Mas a miscigenação, para Caio Prado, não foi o mal em si e assim dissocia-se dos “racistas brasileiros” e de suas idéias a respeito da “eliminação étnica”, fazendo alusão à crença nas virtudes da eugenia, ainda de largo curso no período de publicação de **Formação do Brasil contemporâneo**. A questão, para ele, é outra: “O que pesou muito mais na formação brasileira é o baixo nível destas massas escravizadas que constituirão a imensa maioria da população do país” (PRADO JÚNIOR, 1976:276).

Façamos, aqui, um paralelo com Azevedo Amaral, autor que se coloca, em termos políticos, no pólo oposto ao de Caio Prado. Nes-

te autor, a análise da questão racial fornece subsídios diretos à construção do autoritarismo, com racismo e doutrina política fundindo-se de maneira orgânica e direta (SOUZA, 2005:78). E Azevedo Amaral faz a crítica da miscigenação e de seus efeitos na formação histórica brasileira, analisando a inserção do mestiço na sociedade colonial: “A organização da economia colonial não proporcionava nos seus quadros lugar adequado às atividades desse grupo cada vez maior de elementos representativos da mestiçagem” (AMARAL, 1941:32). Há, porém, uma questão a ser ressaltada. Se Caio Prado não faz a crise da miscigenação e erige-se em crítico dos pressupostos raciais que fundamentam a obra de Amaral, ele, contudo, partilha de suas premissas e aproxima-se de suas conclusões ao analisar o papel desempenhado pelo mestiço no desenvolvimento da pecuária e na proliferação de fazendas de gado:

Mão-de-obra não falta, e não havendo escravos, bastam destes mestiços de índios, mulatos ou pretos que abundam nos sertões, e que, ociosos em regra e avessos em princípio ao trabalho, tem uma inclinação especial para a vida aventureira e de esforço intermitente que exigem as atividades da fazenda (PRADO JÚNIOR, 1976:191).

A principal consequência negativa da escravidão deu-se, entretanto, em termos culturais, em termos do que poderíamos chamar de mentalidade. Isto porque, por sua abrangência e pelo status social ínfimo concedido ao escravo, a escravidão transformou o trabalho em atividade degradante: “Torna-se muito restrito o terreno reservado ao trabalho livre, tal o poder absorvente da escravidão. E a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito do trabalho, que se torna ocupação pejorativa e desabonadora” (PRA-

DO JÚNIOR, 1976:278). A indolência que, segundo o autor, caracteriza historicamente o brasileiro deriva, portanto, da influência da escravidão, mas tem suas raízes, também, na influência do indígena, derivando de sua formação racial, pois. Se a preguiça e ócio são vistos como características de identidade, suas origens, portanto, são complexas:

Mas se a escravidão, nas suas várias repercussões, é a responsável principal por isto, há outros fatores de segundo plano que não deixam de ter o seu papel. O principal deles é a contribuição do sangue indígena, considerável como sabemos. A indolência do índio brasileiro tornou-se proverbial, e de certo modo a observação é exata (PRADO JÚNIOR, 1976:348).

O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO E SUA CONTINUIDADE

Coube a Caio Prado, segundo Novais, a primazia no sentido de caracterizar a colonização como fenômeno essencialmente comercial e como um departamento da expansão comercial européia. Com uma conseqüência: “É sem dúvida a formulação dessa categoria (ou descoberta deste “sentido”) que permitiu ao autor definir os dois setores básicos (exportação, subsistência) a partir dos quais analisa a estrutura econômica da colônia” (NOVAIS, 1969:259). E o processo de colonização é efetivamente definido por Caio Prado como uma “vasta empresa comercial” que teve, na escravidão, seu alicerce duradouro, o que o leva a concluir: “Muito poucos elementos novos se incorporarão a este cimento original da sociedade brasileira, cuja trama ficará assim reduzida quase exclusivamente aos tênues e sumários laços que resultam do

trabalho servil” (PRADO JÚNIOR, 1976:341). Assim, o que ele chama de *sentido da colonização* moldou, segundo Caio Prado, a estrutura sócio-econômica brasileira, o que o autor deixa claro a partir da seguinte afirmativa: “A economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual ou familiar, e da estrutura parcelária da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado” (PRADO JÚNIOR, 1979:170).

O sentido da colonização foi direcionado a partir das riquezas disponíveis: “Aqui, uma só riqueza: os recursos naturais; daí uma só forma de exploração: a agricultura ou a pecuária, subordinadas ambas à posse fundiária” (PRADO JÚNIOR, 1975:16). A partir de sua exploração deu-se, ainda, o processo de povoamento que é, para Caio Prado, a chave para a compreensão da história brasileira: “O povoamento é e sempre foi o capítulo mais importante e fundamental da nossa vida coletiva. Afinal de contas, toda a história do Brasil não é senão a história do povoamento e ocupação de um grande território semideserto” (PRADO JÚNIOR, 1975:209). E a extensão territorial alcançada pela colônia é, ao mesmo, promessa e peso a ser carregado:

Obra considerável e fator básico da grandeza futura do Brasil; mas, ao mesmo tempo, ônus tremendo que pesará sobre a colônia e depois sobre a nação, provocando como provocou esta disseminação pasmosa e sem paralelo que aparta e isola os indivíduos, cinde o povoamento em núcleos esparsos de contato e comunicação difíceis, muitas vezes até impossíveis (PRADO JÚNIOR, 1976:37).

Por outro lado, a propriedade rural foi, para ele, a chave para o exercício do poder no período colonial, o que o leva a afirmar: “Se dentro do sistema político vigente na colônia só descobrimos a soberania, o poder político da Coroa, vamos encontrá-lo, de fato, investido nos proprietários rurais, que o exercem através das administrações municipais” (PRADO JÚNIOR, 1975:30).

A explicação dada pelo autor ao sentido da colonização – expressão que funciona como eixo de sua obra – pode ser melhor compreendida se a contrastarmos com as explicações elaboradas por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque; intérpretes do Brasil que formam, no pensamento social brasileiro, uma tríade, como propõe Antonio Cândido, que, articulando um evidente contraste com o pensamento de Gilberto Freyre, acentua o caráter desmistificador do pensamento de Caio Prado. Tal obra, segundo ele, “desmistificava a aura que envolvia certos conceitos como patriarcado ou elite rural, apresentando uma visão ao mesmo tempo objetiva e radical, que encarna as tendências mais avançadas do pensamento renovador dos anos 1930 (CÂNDIDO, 1987:191). E uma distinção fundamental entre os autores pode ser traçada a partir da seguinte observação de Slenes: “A ênfase de Prado na dissolução moral do escravo e, em seguida, na devassidão geral de todos os grupos sociais obedecia a uma estratégia política: contribuía à condenação do legado sócioeconômico do sistema colonial português, que Freyre, apesar da ambigüidade de sua análise, insistia em defender” (SLENES, 1999:30)

Já Gorender ressalta a singularidade da análise do patriarcalismo levada a cabo pelo autor: “O peculiar na sua abordagem consiste em que o patriarcalismo, embora seja dito que brotava do regime econômico, recebe significado unicamente de fenômeno superestrutural ou, se quiser, de epifenômeno cultural” (GORENDER,

1985:280). Não obstante tais diferenças, Caio Prado retoma os parâmetros freyreanos em sua descrição das relações de poder constituídas no contexto do patriarcalismo, ao acentuar:

Constitui-se assim no grande domínio um conjunto de relações diferentes das de simples propriedade escravista e exploração econômica. Relações mais amenas, mais humanas, que envolvem toda sorte de sentimentos afetivos. E se de um lado estas novas relações abrandam e atenuam o poder absoluto e o rigor da autoridade do proprietário, doutro elas a reforçam, porque a tornam mais consentida e aceita por todos (PRADO JÚNIOR, 1976:289).

E o pensamento de Caio Prado possui, por sua vez, consonâncias com o de Sérgio Buarque, por exemplo, na relação entre o campo e a cidade estabelecida por ambos. Esta (a cidade) surge em continuidade, e não em oposição ao campo, como acentua Almeida, “até porque esse campo ‘rural’ teve, desde o início, uma ligação umbilical e dependente com o acúmulo de capital que se fazia nos centros, em seus burgos, e em benefício da burguesia local” (ALMEIDA, 1996:19).

Mas a diferença básica entre Caio Prado e Freyre reside nas perspectivas opostas a partir das quais cada um avalia a ação de Portugal e a herança legada pelos portugueses ao Brasil. Se Freyre tem, com frequência, uma visão apologética do papel desempenhado pela Coroa portuguesa no Brasil, a condenação levada a cabo por Caio Prado no que tange a tal papel é integral, sem atenuantes, e a incapacidade, negligência e inércia, que, segundo ele, foi por ela demonstrada em Minas Gerais, retrata-a. Há mais, porém: “Se no terreno da eficiência é este o retrato da adminis-

tração colonial, não é ele mais avantajado no da moralidade. De alto a baixo da escala administrativa, com raras exceções, é a mais grosseira imoralidade e corrupção que domina desbragadamente” (PRADO JÚNIOR, 1976:335). E, da mesma forma, a ação dos contratadores em Minas Gerais exemplifica, para Caio Prado, a mistura predatória entre interesses particulares e públicos que marcou a ação da Coroa, já que “o poder público, que tem ou deve ter em mira circunstâncias e interesses que não o de simples arrecadador de rendas, não é o particular cujo único objetivo é cobrir-se do que pagou pelo contrato e ainda embolsar um lucro apreciável” (PRADO JÚNIOR, 1976:322).

Qual era, segundo Caio Prado, o objetivo almejado pelos portugueses no Brasil? “O que estes aspiravam para sua colônia americana é que fosse uma simples produtora e fornecedora de gêneros úteis ao comércio metropolitano e que se pudessem vender com grandes lucros nos mercados europeus” (PRADO JÚNIOR, 1977a:55). Daí o sentido da colonização: “Todas as suas atividades giram em torno deste fim precípua de fornecer ao comércio internacional alguns produtos tropicais de alto valor mercantil, metais e pedras preciosas. O mais é secundário, acessório, e serve apenas para tornar possível a realização daquele fim” (PRADO JÚNIOR, 1977a:103). E ainda, em relação ao que chama de “distribuição geográfica e social do elemento branco na população brasileira”, Caio Prado acentua: “O que a respeito sabemos é que quando não se dirigem para os postos da administração ou profissões liberais, e quando não podia o recém vindo, por falta de recursos, tornar-se desde logo proprietário ou fazendeiro, são em regra as ocupações comerciais que procuram” (PRADO JÚNIOR, 1976:88).

Caracteriza a formação social brasileira, tanto no período colonial quanto no Império, seu caráter disperso, baseado em unidades produtoras auto-suficientes e com escasso contato com o meio social mais amplo. Segundo ele, “exatamente como o engenho de açúcar, a fazenda de café é um mundo em miniatura quase independente e isolado do exterior, e vivendo inteiramente para a produção do seu gênero” (PRADO JÚNIOR, 1977a:167). Tal caráter, assim, se foi estruturado no período colonial, permaneceu sendo historicamente dominante, o que faz com que, em conferência pronunciada em 1946, o autor veja o Brasil com desalento: “Com a exceção de algumas aglomerações urbanas, e raríssimas zonas rurais, o resto do país é um triste testemunho de ruínas e de decadência precoce. Resultado necessário e fatal dos nossos efêmeros períodos de prosperidade” (PRADO JÚNIOR, 1975:212). Temos, portanto, uma continuidade entre o presente e o passado colonial que é formulada com a maior clareza possível, e que faz ser possível definirmos, na obra do autor, não apenas um sentido da colonização mas, também, um sentido da continuidade que encontra-se intimamente relacionado a este. Afirma, então, Caio Prado:

O acentuado grau de concentração da propriedade fundiária que caracteriza a generalidade da estrutura agrária brasileira, é reflexo da natureza de nossa economia, tal como resulta da formação do país desde ps primórdios da colonização, e como se perpetuou, em suas linhas gerais e fundamentais, até os nossos dias (PRADO JÚNIOR, 1979:47).

Presente e passado se fundem com o primeiro retomando o segundo, e, neste contexto, o regime militar incorpora elementos históricos que estruturaram o período colonial, o que Caio Prado constata em texto escrito em 1978: “Se houve alguma modi-

ficção de 1964 a esta parte, foi no sentido de consolidar, repetir sob novas formas e estender os velhos padrões, no fundamental, do passado colonial, isto é, o fornecimento e disponibilidade de mão-de-obra de fácil exploração e custo mínimo” (PRADO JÚNIOR, 1979:9). E o fundamental, para ele, é promover a ruptura com este passado, representado por uma estrutura socioeconômica voltada para o atendimento de interesses externos a partir de “contingentes populacionais incorporados ao sistema pela força na qualidade exclusiva de simples fornecedores de mão-de-obra” (PRADO JÚNIOR, 1979:12).

Tal continuidade se dá em termos excludentes: “Numa palavra, a utilização da terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população” (PRADO JÚNIOR, 1979:50). E, dentro do sentido da continuidade proposto pelo autor, o vínculo com o passado se dá em termos de manutenção de relações trabalhistas vinculadas a “restos escravistas ou servis, e relações semi-escravistas ou semi-servis”, gerando uma relação de proximidade e continuidade na qual “o tipo de relações de trabalho que precederam as atuais, e que aliás ainda se acham muito próximas no tempo, pouco mais de duas gerações, foi o trabalho escravo” (PRADO JÚNIOR, 1979:67).

Tais sobrevivências, contudo, não se dão em contradição ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Pelo contrário, favoreceu na medida em que “longe de constituírem obstáculos ao progresso e desenvolvimento do capitalismo, lhe tem sido altamente favorável, pois contribuem para a compressão da remuneração do trabalho,

ampliando com isso a parte da mais-valia, e favorecendo por conseguinte a acumulação capitalista” (PRADO JÚNIOR, 1977b:97).

Quais são então, segundo Caio Prado, os principais efeitos da herança colonial brasileira?

Constituímos, ainda, numa perspectiva ampla e geral em que desaparecem as situações excepcionais relativamente escassas, um aglomerado humano heterogêneo e inorgânico, sem estruturação econômica adequada, e em que as atividades produtivas de grande significação e expressão não se acham devidamente entrosadas com as necessidades próprias da massa da população (PRADO JÚNIOR 1977b:158).

A herança colonial manteve, proclamada a Independência e pelas décadas afora, o descompasso entre meio urbano e meio rural: “Vive-se em regra, nos centros urbanos brasileiros, tão afastado do que se passa nos setores rurais, que é só muito vagamente que se têm notícias da profundidade da crise social que aí lavra latente” (PRADO JÚNIOR, 1979:128). E serviu como obstáculo intransponível ao processo de industrialização, tendo faltado ao Brasil, durante o Império, o que Caio Prado chama de condição essencial de vida para a indústria fabril: “um mercado amplo e em contínua expansão, o que as condições sociais e econômicas da grande massa da população brasileira não podiam oferecer” (PRADO JÚNIOR, 1977a:199).

Constatados, pois, seus efeitos, a questão colocada por Caio Prado é como superar tal herança, ou seja, como romper o sentido dado à história do Brasil pela herança colonial. E quais são, então, os caminhos propostos?

O sentido da evolução e a dinâmica do processo evolutivo da economia agrária brasileira se encontra na apuração da relação de emprego, ou seja, a complementação da transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e que implica e compreende a superação completa e definitiva do miserável estatuto social e econômico do trabalhador rural que herdamos do passado colonial e escravocrata do País, e que se prolonga sobretudo nos ínfimos padrões materiais da população trabalhadora do campo (PRADO JÚNIOR, 1979:159).

Caio Prado define a existência de dois setores na economia brasileira; um, vinculado aos produtos de exportação, e o outro, voltado para a fornecimento dos meios de subsistência para os trabalhadores ligados ao primeiro setor (PRADO JÚNIOR, 1977a:41). E, a partir de tal constatação, o sentido da continuidade é enfaticamente afirmado pelo autor: “Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial brasileiro continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais” (PRADO JÚNIOR, 1977b:89). Mas, se o capitalismo brasileiro herdou a estrutura colonial de dominação e espoliação, é através dele, contudo, que tais estruturas poderão ser superadas: “É no interior do próprio capitalismo, e nas contradições específicas por ele geradas que se encontram os fatores capazes de levar à superação e eliminação do que sobra de colonialismo nas relações de trabalho e produção da economia brasileira e no estatuto do trabalhador rural” (PRADO JÚNIOR, 1977b:100).

A alternativa proposta pelo autor é eminentemente nacionalista, com o nacionalismo fundamentando sua análise econômica, como acentua Iglésias:

Aponta o entrave ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, pela decadência e subordinação em que se acham do sistema internacional do capitalismo trustificado. Mostra a necessidade para os países periféricos de uma teoria econômica que seja expressão autêntica de suas experiências, fundada pois em seu processo histórico (IGLÉSIAS, 1982:37).

O nacionalismo de Caio Prado leva-o, nos anos 50, a estabelecer uma dicotomia. Segundo Ricupero, “Caio vê o ‘desenvolvimento para fora’, principalmente através da exportação de matérias-primas, como o grande problema do Brasil, naturalmente a ser corrigido através de um ‘desenvolvimento para dentro’, onde a industrialização tem papel predominante” (RICUPERO, 1997:66). E, neste sentido, ainda, um companheiro de militância define a saída proposta pelo autor: “A solução seria – sustentava Caio Prado – o Brasil fabricar no próprio país os artigos de que necessitava e criar, pela elevação do nível de vida de nossa população rural, o mercado interno para sua própria indústria” (CHAVES NETO, 1977:140).

Caio Prado chega a apontar para um processo de internalização dos fatores decisivos do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, ao afirmar:

O crescimento quantitativo e qualitativo da população e sua integração num todo social orgânico, corresponde à ampliação e diversificação das necessidades econômicas, e, pois, à formação e desenvolvimento de um mercado interno que se irá emparelhar e tende mesmo a superar o externo, de início o único existente (PRADO JÚNIOR, 1977b:82).

Mas, não obstante tal análise, para Caio Prado, o sentido da colonização tornou o Brasil vulnerável à intervenção do capital estrangeiro: “Esta é a circunstância principal que tornará o Brasil tão vulnerável à penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a esta fase do seu desenvolvimento” (PRADO JÚNIOR, 1977a:270). E intervenção que termina por atualizar o antigo estatuto colonial, dando a ele uma dimensão de continuidade. Tal situação condena o Brasil à heteronomia e a uma inserção dependente no cenário internacional: “É assim que se conta a verdadeira história econômica moderna. O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece” (PRADO JÚNIOR, 1977a:279). Tal continuidade, por fim, registra-se no desenho da estrutura agrária brasileira, mas formata, também, o processo de industrialização, que desenvolve-se à margem e à revelia dos interesses nacionais e a partir de decisões oriundas de centros externos aos quais a economia nacional está subordinado: “É ao acaso – acaso para nós – dos impulsos e iniciativas desses centros que se está desenvolvendo e se desenvolverá sempre mais, a persistirem as circunstâncias vigentes, o processo de industrialização do Brasil. Não é difícil avaliar o que isso significa em matéria de deformação daquele processo” (PRADO JÚNIOR, 1977a:324).

O imperialismo, em síntese, não oferece nenhuma perspectiva aceitável ao Brasil. Nele, “não passaremos nunca de retardatários cada vez mais distanciados, um complemento periférico e simples apêndice daqueles centros” (PRADO JÚNIOR, 1977a:330). Em síntese, fora de um ideário e de uma ação política nacionalistas, para Caio Prado, não há salvação.

A AGRICULTURA, O PASSADO E O FUTURO

A estrutura agrária brasileira representa melhor que nenhuma outra, na análise de Caio Prado, o sentido da continuidade, o que Rego acentua em seu estudo sobre o autor: “O fato relevante e conclusivo é que, mesmo com as transformações ocorridas na dinâmica exportadora de nossa economia e nas relações de trabalho, a ‘natureza estrutural da grande exportação’ não foi afetada” (REGO, 2000:57). Já Ricupero acentua a influência do conceito leninista de via prussiana sobre a análise da questão agrária do autor, vista por ele como o ponto nevrálgico da economia brasileira. Tal análise tinha como característica o desenvolvimento capitalista adaptando-se à rotina e às tradições da grande propriedade rural, tal como já acontecera na Alemanha dos Junkers (RICUPERO, 2000:184). Fazendo isso, contudo, ainda segundo Ricupero, ele termina praticamente por ignorar o universo urbano e o significado da industrialização no Brasil. Tal fato se reflete no acanhamento de seu programa político, elaborado, em sua maior parte, nos anos 60, e que propõe basicamente “a melhoria das condições de vida do trabalhador rural, mudança que abriria caminho para a superação definitiva da situação colonial e transformação do Brasil em Nação integrada” (RICUPERO, 2000:222).

Para melhor situarmos, neste aspecto fundamental, a análise elaborada por Caio Prado, tomemos a descrição que Rodrigues faz da trajetória deste no PCB:

Com cerca de 25 anos, foi vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora, em São Paulo. Depois do malogro do levante, ficou preso dois anos. Solto, foi para Paris onde viveu de 1937 a 1939. Nas eleições de janeiro de 1947, foi eleito deputado pelo PCB, em São Paulo. Embora ligado ao Partido, e apre-

sar de ser reconhecido como o mais importante historiador marxista brasileiro, não teve posição de destaque na direção do PCB, da qual divergia no que diz respeito à caracterização da agricultura brasileira como semifeudal (RODRIGUES, 1986:392).

De fato, a estrutura fundiária brasileira difere do feudalismo, segundo Caio Prado, em um ponto crucial: Este se caracteriza exploração parcelária da terra, ocupada e trabalhada por pequenos produtores. Já o contexto histórico brasileiro apresenta características inteiramente distintas: “A grande propriedade rural brasileira tem origem histórica diferente, e se constituiu na base da exploração comercial em larga escala, isto é, não-parcelária, e realizada com o braço escravo introduzido conjuntamente com essa exploração, e por ela e para ela” (PRADO JÚNIOR, 1977b:45).

Neste contexto, a agricultura brasileira desenvolveu-se, no período colonial, em ritmo de barbárie: “Processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase da ocupação; mas que começavam já, pela insistência neles, em fazer sentir seus efeitos devastadores” (PRADO JÚNIOR, 1976:135). A rotina e a ignorância foram assim, segundo Caio Prado, as principais características da agricultura colonial, e o principal responsável por tal situação foi “o sistema geral da colonização fundada no trabalho ineficiente e quase sempre semibárbaro do escravo africano” (PRADO JÚNIOR, 1976:139). Superar a herança colonial de forma a romper o sentido da continuidade surge aqui, mais uma vez, como tarefa primordial, mas as estratégias propostas pelo autor mudam consideravelmente em um espaço de poucos anos, com o golpe de 64 surgindo como elemento catalisador de tal mudança.

O trabalho assalariado agrícola é visto por ele, em 1946, como um mal: “O salariado, se não tem inconvenientes particulares quando se trata de indústria, é altamente danoso na agricultura, cujo trabalho não é puramente mecânico e controlável, como em outras atividades” (PRADO JÚNIOR, 1975:218). E a reforma agrária é vista como a solução que permitirá, por fim, a erradicação de uma herança nefasta: “A reforma agrária pelo retalhamento forçado dos grandes domínios representa assim a linha progressista da evolução econômica e social do campo brasileiro, e se destina a varrer as últimas sobrevivências da herança colonial e escravista que ainda pesam sobre nós” (PRADO JÚNIOR, 1975:246).

Caio Prado define reforma agrária como “a elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida, o que está longe ainda de ser o caso em boa parte do Brasil” (PRADO JÚNIOR, 1979:88). E ele define, a partir daí, seu objetivo, que é “proporcionar e facilitar ao máximo o acesso à propriedade da terra pelos trabalhadores rurais, permitindo-lhes com isso a utilização própria da terra” (PRADO JÚNIOR, 1979:105). E o que ele entende por questão agrária?

E ela se resume nisto que a grande maioria da população rural brasileira, a sua quase totalidade, com exclusão unicamente de uma pequena minoria de grandes proprietários e fazendeiros, embora ligada à terra e obrigada a nela exercer sua atividade, tirando daí seu sustento, se encontra privada da livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência (PRADO JÚNIOR, 1979:32).

Em 1960, Caio Prado define a concentração fundiária como questão primordial: “Decorrem daí os ínfimos padrões de existên-

cia daquela considerável parcela da população brasileira — padrões materiais, e como consequência, também culturais” (PRADO JÚNIOR, 1979:15). E mesmo as precárias condições de trabalho relacionadas às atividades industriais, e o baixo nível de vida, verificado nas áreas urbanas, tem suas origens na questão agrária e suas soluções, portanto, estão a ela relacionadas. Devem-se, em síntese, “ao potencial de mão-de-obra de baixo custo que o campo oferece e que concorre permanentemente no mercado de trabalho urbano, deprimindo-lhe o preço” (PRADO JÚNIOR, 1979:18).

A reorganização da sociedade e da economia nacional — da vida brasileira, em síntese — passa, segundo Caio Prado, pelo campo. Passa pelo retalhamento da propriedade fundiária e pela adoção de medidas de amparo efetivo, técnico e financeiro ao campesinato. E o autor conclui:

É somente assim que se assegurará o seu pleno desenvolvimento, e o encaminhamento da reestruturação de nossa economia agrária em novas bases, superando-se com isso, definitivamente, o estágio ultrapassado no plano atual de nossa evolução, e já anacrônico, da grande propriedade de tipo colonial (PRADO JÚNIOR, 1977a:256).

Em **A revolução brasileira**, publicado seis anos depois, já assistimos, porém, a uma radical inversão de prioridades e, aqui, o autor acentua: “A reivindicação pela terra se liga, entre nós, quando ocorre, a circunstâncias muito particulares e específicas de lugar e momento. E tem sua solução, por isso, em reformas ou transformações também de natureza muito particular e específica” (PRADO JÚNIOR, 1977b:52). Aqui, as relações de trabalho já são definidas como predominantes na agropecuária brasileira, com uma conse-

quência: “Decorre daí que o conflito básico nela presente – como aliás se verifica nos fatos — gira em torno da reivindicação, pelos trabalhadores empregados, de condições mais favoráveis de trabalho, como sejam melhor remuneração, segurança no emprego, tratamento adequado, etc.” (PRADO JÚNIOR, 1977b:137).

O baixo nível cultural do agricultor brasileiro surge como empecilho para seu engajamento em reformas estruturais ligados à questão fundiária: “Faltar-lhe-iam mesmo, em regra, qualidades e condições para isso e para seu estabelecimento por conta própria: tradição cultural, conhecimentos, experiência, iniciativa, já para não falar em recursos materiais. E é a isso que corresponderia sua reivindicação pela posse e ocupação da terra” (PRADO JÚNIOR, 1977b:141). E a questão da terra é definida por Caio Prado como secundária e relacionada a outra questão, esta sim, prioritária: “Acha-se mesmo vinculada, de certa forma, com a contradição principal incluída no processo histórico-social da economia agrária brasileira, e que vem a ser aquela que diz respeito às relações de emprego na grande exploração” (PRADO JÚNIOR, 1977b:148).

A questão agrária é, para Caio Prado, portanto, a chave de compreensão da realidade brasileira, e resolvê-la é abrir caminho para o desenvolvimento autônomo e para a modernidade; uma modernidade, porém, cuja chegada não se daria mais a reboque de interesses externos. Mas ele manifesta nos anos 60, porém, segundo Santos, sua descrença na capacidade de modernização do capitalismo brasileiro:

Ele voltava a fazer a comparação do caso brasileiro com a Europa e os Estados Unidos, para frisar que, sem possuir o impulso da epopéia burguesa clássica, o capitalismo brasileiro

tardio já não cumpriria a missão de difusão do progresso, integrando e homogeneizando, geográfica e socialmente o país (SANTOS, 2001:121).

A burguesia brasileira não é vista por ele, portanto, como um agente histórico confiável, o que ajuda a explicar sua adesão ao marxismo. De fato, interessa a Caio Prado, na experiência bolchevique por ele analisada nos anos 30, o caráter modernizante do qual ela se revestia; suas capacidade de acelerar o processo de transformação histórica. Segundo Montalvão, “essas transformações iriam servir como modelo às mudanças que ele considerava necessárias ao Brasil, na busca da superação de uma sociedade ainda marcada pelo aviltamento do trabalho, graças à sua origem escravista” (MONTALVÃO, 2002:109). Por outro lado, sua análise do processo brasileiro de modernização peca por desconsiderar em larga escala o caráter urbano e industrial do qual ele se revestiria. Excessivamente preso ao sentido da continuidade expresso na estrutura agrária brasileira, Caio Prado não soube perceber a nova dinâmica sócioeconômica que se avizinhava.

Mas, se neste aspecto, sua obra tornou-se datada, sua importância segue inquestionável. Mota define **Evolução política do Brasil** como “a obra que certamente representa o início do redescobrimto do Brasil” (MOTA, 1977:28). E tal redescoberta, da qual Caio Prado foi um dos autores, ganhou, em sua obra, um sentido revolucionário cuja influência ainda não cessou e, por isso, permanece sendo questionada; a obra de Caio Prado Júnior é um marco a ser questionado, mas jamais a ser ignorado.

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, Ângela Mendes de. Notas de leitura sobre uma visão historiográfica do campo. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, num. 40. São Paulo: USP, 1996
- AMARAL, Azevedo. Evolução da política imperial. In: **Cultura Política**, num. 5. Rio de Janeiro: DIP, 1941
- BARREIRA, José Carlos. A memória do trabalho. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense/Editora UNESP, 1989, p. 101-109
- CÂNDIDO, Antônio. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A questão racial. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense: Editora UNESP, 1989, p. 347-354
- CHAVES NETO, Elias. **Minha vida e as lutas de meu tempo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Impasses do inorgânico. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense: Editora UNESP, 1989, p. 377-406
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1985
- IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1994
- IGLÉSIAS, Francisco. Um historiador revolucionário. In: _____ (Org.). **Caio Prado Júnior**. São Paulo: Ática, 1982, p. 7-44
- IUMATTI, Paulo Teixeira. **Diários políticos de Caio Prado Júnior: 1945**. São Paulo: Brasiliense, 1998

- _____. Cidadania e questão agrária: Caio Prado Júnior e a cidade de São Paulo (1943-1946). In: **Projeto História**, num. 19. São Paulo: PUC-SP, 1999, p. 145-172
- MONTALVÃO, Sérgio. O intelectual e a política: a militância comunista de Caio Prado Júnior (1931-1945). In: **Revista de História Regional**, vol. 7, num. 1. Ponta Grossa: UEPG, 2002, p. 105-126
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 1977
- NOVAIS, Fernando A.. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. In: **Anais do IV Simpósio Nacional de Professores Universitários de História**. São Paulo: USP, 1969, p. 243-268
- ODÁLIA, Nilo. A vocação do historiador. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense: Editora UNESP, 1989, p. 111-114
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1975
- _____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1976
- _____. Paulo: Brasiliense, 1977a
- _____. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1977b
- _____. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979
- REGO, Rubem Murilo Leão. **Sentimento do Brasil- Caio Prado Júnior**: Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2000
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagem a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999
- RICUPERO, Bernardo. A aventura brasileira do marxista Caio

- Prado Jr.. In: **Revista de Sociologia Política**, num. 8. Curitiba: UFPR, 1997, p. 55-71
- _____. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2000
- RODRIGUES, Leoncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**, t. III, v. III. São Paulo: DIFEL, 1986
- SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Júnior na cultura política brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001
- SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999
- SOUZA, Ricardo Luiz de. Os caminhos da modernidade em Azevedo Amaral. In: **Sociedade e Cultura**, vol. 8, num. 1. Goiânia: UFG, p. 71-81
- VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. In: **Tempo**, vol. 4, num. 8. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 7-22



O maravilhoso e o terrível nas visitas a Catas Altas e Curral Del Rei: poder episcopal e direito de padroado (1748-1764)

PATRÍCIA FERREIRA DOS SANTOS¹

RESUMO

A compreensão da autoridade dos Bispos no século XVIII suscita explicações relacionadas ao Direito de Padroado concedido por Roma aos reis portugueses, a partir do século XII². Como Padroeiro da Igreja no Brasil, o Rei controlava as ações dos prelados; pretendeu torná-los um braço de defesa e consolidação do domínio sobre as terras coloniais. Terras que ganham um modelo de hierarquia política e de fé religiosa, sancionada pelo Papado, mas fiscalizada de perto pelos ministros reais. Os bispos, no entanto, não são agentes passivos. A evangelização obedecia a orientações do Concílio de Trento (1545-1563); mas também a imperativos ditados pelos reis portugueses. Duas orientações nem sempre convergentes. A igreja, ao lutar contra as heterodoxias e evangelizar, reforçaria elementos de uma mentalidade tributária do maravilhoso e do terrificante³; ou, de outra forma, da piedade barroca⁴.

Na conjuntura do padroado régio, em que medida teria sido afetada a evangelização?

Palavras-chave: Igreja Católica, bispos, evangelização, padroado.

RESUMÉ

L'analyse de l'auctorité des évêques dans le XVIII^e siècle suscite explications sur l'establisement du Patronage, donné aux Rois Portugaises pour la Sainte Siège. Comme Patronne de l'église dans le Brésil, le Roi exerçait contrôle sur las actions des évêques; voulait sas colaborations pour la défense et consolidation du domaine sur les terres coloniais. Ainsi, les terres du Brésil gagnent une modèle de hierárquie politique, et de foi religieux, sancionné pour Rome. Mais aussi fiscalisée de proche pour les ministres royaux et counseilleurs ultramarines. Les évêques, cependant, ne ressemble pas être passifs; l'evangélization obedeçait a double orientations: du Concile de Trente (1545-1564) – le merveilleux et le terrible, s'imbriquent dans celui-là discours de pieté baroque. Autrement, les évêques sont forcées pour le Patronage à l'obediência à le Roi de Portugal. Deux directrices rarement harmonieux. Quel impact avait-il sur l'action pastorale des évêques ne premier Évêché de *Minas Gerais*?

Mots-clés: Église dans le Brésil, évêques, evangélizations, patronage.

1. CARTAS PASTORAIS E ATAS DE VISITAS EPISCOPAIS

O bispo e visitantes episcopais por ele nomeados deveriam percorrer em visita toda a imensidão do Bispado mineiro, em suas 43 paróquias, estando atento para incongruências e peculiaridades com as quais evidentemente se deparariam, mas obedecendo também a um roteiro pré-determinado⁵. Todos esses elementos tornam as atas de tais visitas uma riquíssima fonte, pródiga em informações sobre a vivência religiosa nos arraiais e freguesias setecentistas. As atas de visitas pastorais eram informativas do estado em que foram encontrados os templos, os santos óleos, os livros de registros de batismos, casamentos e óbitos, e a própria vida religiosa do clero e dos fiéis. Nas atas de visitas às freguesias, os visitantes repreendem publicamente a população: a freguesia de Catas Altas já abrigava, então, mulheres vaidosas a ponto de serem assim advertidas por dom Guadalupe: “proibimos que dentro das Igrejas e Capelas entrem palanquins em que montem e desmontem mulheres”⁶.

Estas e outras admoestações compõem os textos das atas de visita, que são lidos e afixados às portas das Igrejas. Obrigado estava o pároco a transcrevê-la no Livro de Tombo, lê-la aos fiéis às Estações das Missas – o momento dos avisos que precede a bênção final –, e passar certificado de que tudo isso realizara⁷. O mesmo procedimento de publicação supradescrito seria empregado para as cartas pastorais: mais normativas, constituíam elas procedimentos obrigatórios, em todo território da cristandade, por determinação do Concílio de Trento. As Pastorais eram utilizadas pelos bispos para dar conhecimento a todos – clérigos e população em geral –, das normas e ordens oficiais.⁸ Assim, os bispos se pronunciavam periodicamente sobre temas diversos atinentes tanto

à cristandade – concessão de indulgências, tradução e informação de bulas papais, estímulo às devoções e imitação de modelos de santos, práticas piedosas, de caridade e penitência –, como a preocupação política do rei de Portugal, como o contrabando, tabelas de emolumentos paroquiais e arrecadação dos reais quintos. Veremos exemplos de uma e outra situação nas visitas pastorais às freguesias de Catas Altas e em Curral Del Rei. Não foram poucas nem insignificantes as preocupações envolvendo a administração dos sacramentos, a disciplina do clero, a educação e a formação sacerdotal, a pregação, a difusão da imagem de uma Igreja caridosa, misericordiosa, indulgente, a conceder também as graças, a abrir as portas para o mundo divino. Mas havia também atenção a uma temática de conteúdo político: as cartas pastorais informavam a população das ordens régias, pleiteavam contribuições para dotes de casamentos e para a reconstrução de Lisboa por ocasião do terremoto, e, de forma nunca assaz, doutrinavam a população na mansidão e na obediência. A criação das primeiras vilas de Minas Gerais teria, por tudo isso, concedido às elites locais “um espaço urbano instituído de atuação e condução dos interesses que representavam”, para reforçar a hierarquia e a ordem social. Ainda que as diretrizes metropolitanas fossem silenciosa e incisivamente contestadas através de práticas diversas adotadas pela população, “os governantes defendiam uma colonização de base familiar, consoante aos interesses metropolitanos, uns e outros acreditando ser ela o único meio de conter e normatizar a população das Minas¹⁰”.

2. O POVOAMENTO EM MINAS GERAIS: AS FREGUESIAS ANTECEDEM O BISPADO

A capitania das Minas teve seu delineamento geopolítico efetivado em menos de meio século da presença do colonizador português

em Minas Gerais, se considerado o intervalo 1695-1745, anos que balizam, respectivamente, os primeiros descobrimentos auríferos¹¹, e a elevação de Mariana a sede da Diocese. O Estado não tardaria a pesar sua mão, de forma a estabelecer muitas restrições: tanto relativas à entrada e à fixação de estrangeiros, como do clero regular, e ao acesso e fluxo migratório para a região mais concorrida neste momento (SOUZA, 1981)¹². A região que comporia o Bispado se encontrava palmilhada por aventureiros que chegaram às lavras, atraídos pela possibilidade de enriquecimento, por ocasião dos descobrimentos auríferos¹³.

Catas Altas teria surgido neste impulso minerador, a partir de 1702, quando fora descoberto um sítio dotado de “ouro com muita conta, que foi repartido pelos mineiros desacomodados, e ficou povoado abundantemente, que hoje é o famoso Arraial das Catas Altas, com freguesia populosa, vigararia colada de muito rendimento¹⁴”. O nome Catas Altas “proveio-lhe (...) por haverem os mineiros seguido as lavras dos córregos, buscando suas cabeceiras, seguindo as pintas que iam lavrando, e quanto mais chegavam à serra mais crescia a altura da terra que cavavam, ficando as paredes das catas com altura impraticável (...)”¹⁵.

Território tão rico e disputado provocava muitas desconfianças em Sua Majestade. Diferentemente de Catas Altas, que se avulta em população e jazidas, Curral Del Rei aparece muito mais ligada a estas desconfianças régias e a tentativas de controle das entradas de mercadorias, para estabelecer o fisco: acurrallava o gado que ia ser contado na Contagem das Abóboras, posto fiscal de importância comprovada até meados do século XVIII. Registravam-se na Contagem não apenas gado e cavalos, mas outros diversos tipos de carregamentos e ouro em pó, para ser trocado em dinheiro, em um período em que já era grande a preocupação com o contrabando¹⁶.

Assim é que contrabandistas, clérigos regulares, e seculares fluminenses dos quais era a região sufragânea fizeram parte deste processo de povoamento, e, junto, as populações africanas e indígenas. Concretizava-se um encontro peculiar, a marcar de heterogeneidade a formação social mineira. Seria este encontro pacífico? pois são perceptíveis estes conflitos na própria ação da Igreja e de seus representantes. A igreja secular deixou registros de visitas a este território desde a década de 1720, na figura dos bispos fluminenses dom frei Antônio de Guadalupe e dom frei João da Cruz. No Livro de Tombo da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Catas Altas, as visitas pastorais possuem seqüência quase ininterrupta desde 1727, com dom Guadalupe, separadas por intervalos anuais ou bianuais, até que se inaugura o primeiro governo episcopal mineiro. Já a freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Curral Del Rei, as visitas são mais espaçadas, obedecendo a intervalos trienais¹⁷.

3. GOVERNO DE DOM MANOEL DA CRUZ

Inaugurado em 1748, o governo episcopal de dom Manoel da Cruz foi conturbado por disputas no intervalo de dezesseis anos entre sua entrada triunfal e seu falecimento, em 1764: mútuas acusações foram trocadas entre este Bispo e os ouvidores, Caetano da Costa Matoso e Francisco Ângelo Leitão¹⁸, representantes dos reis lusitanos nas Minas.

Dois destes reis mantiveram estreito contato com seu governo, sancionando ou reorientando suas ações: o de dom João V (1706-1750), em cujo tempo as receitas coloniais atingem o ápice de um enquadramento mercantilista. A fiscalidade régia se beneficiou do

progresso dos núcleos populacionais e da estabilização de algumas atividades produtivas, mas atingiu brutalmente os moradores do Brasil com a sobrecarga tributária¹⁹. O reinado de seu filho, dom José I (1750-1777), avança em sentido de laicização do Estado e mostra-se agressivo na defesa da jurisdição régia e no controle da Igreja, inclusive no sentido de cooptação dos recursos eclesiásticos para fortalecer a repressão ao contrabando. Isto posto, interessamos a forma pela qual se processou, nas freguesias setecentistas, tal dinâmica político-fiscalista, procurando dimensionar em que medida a ação pastoral, condicionada pelo Padroado régio, possa ter para ela contribuído, fornecendo recursos de controle, punição e fiscalização. Considerando, nas Minas, os já referidos elementos de heterogeneidade e espaço institucionalizado de reafirmação de discursos, analisemos a situação descrita pelos visitantes delegados em duas freguesias do Bispado, entre 1748 e 1764.

4. O MARAVILHOSO E O TERRÍVEL NAS FREGUESIAS VISITADAS: CATAS ALTAS E CURRAL DEL REI ASSOLADAS POR PRAGAS E HECATOMBES

A formação da freguesia de Curral Del Rei, na Memória Histórica de Belo Horizonte de Abílio Barreto traz o registro do maravilhoso, que não deixou de pontuar o imaginário popular do povoado, associado à proteção de Nossa Senhora da Boa Viagem (LIMA JÚNIOR *apud* BARRETO, 1995)²⁰.

De igual forma, a história da evangelização na freguesia transcorre de maneira a enlaçar esferas do sobrenatural a fenômenos cotidianos, referendados em relatos bíblicos e apocalípti-

cos. Dentro da temática das cartas pastorais de dom Manoel da Cruz, podemos citar pelo menos dois exemplos desta lógica de explicação da realidade. A ira Divina é associada a grandes catástrofes, como foi o terremoto de 1755, em Lisboa, mas também a fatos de menores proporções: invasão de baratas e formigas que ganharam estatuto de pragas apocalípticas²¹. Deveras, os *dies irae* são constantemente associados ao medo sentido pelo Ocidente; são bastante recorrentes referências a suplícios, cataclismas, bestiários, espectros (DELUMEAU, 1996)²². Para Jean Delumeau, difundiu-se uma culpabilização do cristão, ou Pastoral do Medo (DELUMEAU, 1996)²³.

Em 1751 uma profusão de formigas e baratas teria assolado a freguesia de Curral Del Rei, invadindo casas e arruinando roças, impressionando a todos, clero e povo. Ao Sumo Pontífice foram relatados os fatos, ao que prontamente respondeu:

(...) o nosso Santíssimo Padre Benedito XIV felizmente reinando e atendendo com paternal afeto a salvação de todos os fiéis (...) fez expedir, subscrever o que, traduzido na lingua vulgar, de *verbo ad verbum*, é do teor e forma seguinte – Benedicto Papa XIV – Venerável, Irmãos, saúde e Apostólica Bênção. Os amados Párocos, fiéis, a comunidade, e as Universidades e os homens da cidade e Bispado de Mariana e os moradores de seus territórios nos expuseram há pouco, que os seus campos, as suas roças, e outros (...) eram infestados de uma copiosa multidão de animais nocivos, principalmente formigas e outros bichinhos chamados baratas que da dita infestação lhes provinha (...) um dano muito grande. Porém, como quer que os preditos danos sejam permitidos por alguma oculta maldição (..) principalmente se deve recorrer a Divina Clemência, e nós porém julgando que a Divina Ira

cada dia mais se aumenta por respeito dos pecados que tanto a provocam, e agora (...) se pode aplacar (...) com o coração contrito humildes pedimos o Divino auxílio. Revmo. Bispo (...) pelas presentes vos cometemos para que por vós (...) exortéis (...) em os irmãos e súditos para que se lembrando das culpas passadas se convertam (...) e solicitem acrescentar com espirituais e temporais socorros e contínuos obras de caridade (...) das quais somos, pelo Senhor, dispensadores cá na terra, portanto cometemos e mandamos a mesma Vossa Fraternidade, Irmão Bispo, (...) para que feitos uns jejuns de três dias na dita cidade (...) e feita alguma pública procissão que a vosso arbítrio há de ser determinada e dando-se também aos pobres uma esmola publica (...) será deputada por vós a comunidade (...) de qualquer maldição (...)²⁴

Dom frei Manoel procede de acordo com as orientações pontificais. Publica imediatamente uma pastoral prescrevendo jejuns e o Tríduo, que culminaria com a procissão expiatória, à qual todas as Irmandades, sacerdotes e mais pessoas eclesíásticas deveriam acompanhar; além de determinar que, “das mais pessoas seculares, irá uma ao menos de cada casa²⁵”. Para Jean Delumeau, quando uma população inteira de uma cidade pede graças durante uma procissão expiatória, encontrava nessa solicitação a esperança para este mundo e para o outro (DELUMEAU, 1996)²⁶. Residiu aí uma pedagogia religiosa da qual se serviu a Igreja, extremamente complexa, mas em muitos momentos ligada ao medo. As cartas pastorais insinuam este aspecto da evangelização, pedagógico e admoestador, informativo e regulador da vida dos fiéis.²⁷ Representa a voz da Igreja como autoridade²⁸, mas apelando fortemente para a *emoção, o arrependimento e o sacrifício*, para se obter um prêmio: a Salvação Eterna. Para alcançá-la, a obediência era imprescindível; mas naquela conjuntura esta obediência também abarcava aspec-

tos políticos. Somente pela submissão e pela penitência se poderia alcançar a Graça Divina. Nesse sentido, as Cartas Pastorais reforçam as orientações quanto à oração mental, as indulgências, como forma de diminuir a estada no Purgatório – local onde as almas que escapassem à Eterna Condenação se deteriam, em meio a um fogo diferente daquele que torturava os condenados ao Inferno: um fogo purificador dos pecados após a morte. Todos estes elementos da doutrina afirmam o que Le Goff chamou de “geografia do além”, pela qual pauta-se a doutrina. Tal noção circunscreve espaços reservados, após a morte, aos pecadores, separados conforme a gravidade de seus pecados: Céu, Inferno e Purgatório (LE GOFF, 1981)²⁹.

Para diminuir a estadia no fogo purificador deste último, a Igreja concedia indulgências, em troca de penitências. Esta atitude representaria a misericórdia divina e da Igreja em conceder a graça e o perdão, mediante a meditação, e as práticas de caridade e piedade entre os fiéis³⁰. Para construir o Reino de Deus, todos deveriam contribuir³¹. Ocasões para obras caridosas nunca faltavam; contribuições financeiras para a reconstrução de Lisboa, por exemplo, foram muito estimuladas, devido ao terremoto que a devastou, em primeiro de novembro de 1755. As cartas pastorais fornecem pista – ainda que possivelmente superdimensionada – do drama vivenciado pelos portugueses da Metrópole:

Fazemos saber que agora nos chegou uma relação impressa de Lisboa em que se referem todos os lamentáveis estragos que tem sucedido no Reino e principalmente na Corte, onde morreram setenta mil pessoas, pouco mais ou menos, sepultadas nas ruínas de suas casas e templos, e abrasadas nos incêndios que se seguiram ao terremoto, além das que

faleceram em outras cidades e vilas do mesmo reino, o que tem causado e deve causar a todo o fiel cristão inconsiderável mágoa e sentimento na consideração de que toda aquela multidão de almas está em extrema necessidade especialmente sem ter quem as socorra (...)³².

Uma vez mais prescreveram-se penitências aos fiéis, em expiação e desagravo da Divina Ira. Ordenaram-se, através das cartas pastorais, jejuns, missas solenes, quarentenas. A Ira Divina, que era chave explicativa para o desastroso fenômeno, e ao mesmo tempo, terrível demonstração da força da Divina Justiça. De forma que era necessário que “ façamos da nossa parte por abrandar a Suma Majestade, por nosso ódios ofendida, antes que descarregue sobre nós com mais força os de sua Ira que devemos temer³³”

Sentimento religioso imbricado ao medo e à insegurança? o mesmo que movera os pintores europeus a criar cenas de Juízos Finais, e evocações do Inferno? ou que inspirou pregadores e teólogos a construir formulações de que pela submissão e pela penitência se poderia alcançar a Graça Divina³⁴? Qualquer um corria o risco de ser associado ao Demônio, Inimigo da Cristandade cujos agentes foram inventariados pelos homens da Igreja, designando perigos e adversários contra os quais o combate não seria fácil, mas pelo menos, possível com a Graça de Deus. Ou seja, pestes, penúrias e guerras são terríveis, mas não piores do que o Demônio e o pecado.

Para prevenir os fiéis contra este Inimigo, a palavra episcopal encontra-se sempre pródiga em exemplos, modelos e antimodelos. É comum a perseguição ao chamado *erro heterodoxo* (PEREL-

MAN, 1990)³⁵, ou seja, o que escapa à ortodoxia católica: o herético, o protestante, o luterano ou calvinista, o judeu, o muçulmano, o feiticeiro, o alcoviteiro, a prostituta figuram, desqualificados, nos discursos dos bispos, como servos do demônio. Fariam parte do rol os funcionários régios rebeldes à sua voz de autoridade, as prostitutas, clérigos insubmissos. Desmascarar Satã e seus agentes era diminuir sobre a Terra o infortúnio de que eram causa (DE-LUMEAU, 1996)³⁶. Como parte deste exército de “soldados do Demônio”, o pagão foi associado aos batuques dos escravos, promovendo-se uma demonização dos cultos afro-brasileiros. Como as admoestações de dom frei Antônio de Guadalupe, em 1726, na Vila do Carmo aos “escravos principalmente da Costa da Mina retêm em si ainda relíquias de sua gentilidade, ajuntando-se de noite em vozes com instrumentos em sufrágios de seus falecidos”. O Bispo ordena aos reverendos párocos e capelães “façam desterrar estes abusos, condenando a três oitavas para a Sé ou Meirinho qualquer pessoa que em sua casa recolha, ajude ou favoreça nestas superstições aos ditos escravos, avisando também a seus senhores que os emendem, aliás, se procederá contra eles como for justiça, como consentimos” (RODRIGUES)³⁷.

A emenda desejada para a heterodoxia, no entanto, era tarefa a ser vencida em prazo muito longo. Tais práticas circunscrevem uma permanência, e uma recorrência nas diversas freguesias do Bispado Mineiro. Em Nossa Senhora da Boa Viagem de Curral Del Rei, o visitador dr. Teodoro F. Jácome se escandaliza, em 1753, porque “algumas pessoas fazem ou concorrem para batuques, o que se chama calundures, ações supersticiosas, os repreendam rigorosamente e sendo pessoas forras os condenem em dez oitavas de ouro”. Para o Bispo, nestes bailes tão supersticiosos, “o

Demônio como sagaz inimigo de nossas almas costuma laborar e intrometer-se”. A Igreja previa penalidades aos desobedientes e o Bispo ou Visitador as aplicava. No caso dos batuques, a pena era de “Excomunhão maior que nenhuma pessoa de qualquer qualidade, condição e estado faça, admita, ou consinta as ditas danças em suas casa ou fazendas nem as façam nem delas assistam e além da dita pena lhes imponho demais a pecuniária de dez oitavas de ouro”. O pároco deveria fazer executar a ordem, “sob pena de se lhe dar em culpa e para a dita satisfação procederá até evitar aos delinqüentes aos ofícios divinos”³⁸. Admoestações que são endossadas pelo bispo dom frei Manoel da Cruz, em 1753, devido ao fato de serem os batuques “umas danças que chamam de batuques extraordinariamente provocantes da sensualidade”(RODRIGUES)³⁹.

São exemplos que demonstram a idéia de que o cristão católico deveria fazer a sua escolha para obter o prêmio da Salvação Eterna. Maniqueístas, as imagens do Bem e do Mal, do Céu e do Inferno, aparecem associadas a Deus, e a Modelos Perfeitos como o de Jesus e de Maria e ao anti-modelo, o Demônio. Era preciso ter medo de si, para não se tornar, a qualquer momento, agente do Demônio. Ter medo de si era ter medo de Satã (DELUMEAU, 1996)⁴⁰. A vituperação de tais práticas heterodoxas, e de inúmeros outros vícios, com base na doutrina, são, por isso, lugares comuns nas Cartas Pastorais. Elas parecem presentificar um mundo de expectativas, demonstrando a configuração ideal para a sociedade. Assim, veiculam representações de um mundo, ao mesmo tempo maravilhoso e belo, para os bons cristãos; mas terrível e doloroso para os maus, pecadores, que provocam a ira divina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda esta diversidade de situações, encontradas e vivenciadas nas freguesias, deveriam ser processadas e administradas, tanto pelos bispos e visitadores, como pelos pregadores e párocos, a quem cabia a maior parte da execução do programa evangelizador que a Igreja buscava implantar: vivência religiosa pautada na imitação de modelos de santos e mártires, na contemplação dos sacrifícios de Jesus, na freqüência aos sacramentos, na prática da oração mental e de caridade que fortaleciam o espírito contra o Inimigo nas horas de tentação, ou na derradeira hora da morte. Todo este programa evangelizador encontrava-se embasado nas orientações tridentinas, que determinavam diretivas para a pregação – pastoral ou ordinária, e a de ocasião, ou extraordinária, estando a primeira a cargo dos bispos e párocos, para a cura das almas (LOPES, 2000)⁴¹.

Tudo isso junto viria compor um sistema organizado de ação, com recursos eficazes que privilegiavam a palavra, e a comunicação. As cartas pastorais representariam, nesse sentido, um canal privilegiado de comunicação. O intento pode ser depreendido a partir de discursos como os que ordenam se obedçam a tudo o “que elas [as cartas pastorais] dispõem, exceto naqueles casos em que sua Excelência Reverendíssima tem modificado, alterado, ou acrescentado de novo (...)”⁴². O uso da palavra, no entanto, fez-se de inúmeras outras formas, e servindo aos mais variados interesses: muitos embates entre autoridades viriam se dar no plano retórico; assim como a evangelização, em muitas das vezes a empregou, pelo exagero e pelo uso de estratégias de sensibilização a ela não se furtou.

Este aspecto evidencia a importância fundamental da palavra como mecanismo social tão elementar quanto fundamental. Palavra que serve à comunicabilidade tão precária na colônia, e à

veiculação e circulação de idéias, à correspondência com as terras de além-mar. Palavra para ordenar, pregar, convencer, negociar, ameaçar, escrever. Dominar. Que palavra e poder se combinam parecem concordar não poucos estudiosos (HESPANHA *apud* MATOSO)⁴³. Para Júnia F. Furtado, a palavra era “componente fundamental para criar os laços de identidade entre os dois lados do Atlântico, palavra e poder se complementavam, um tornando o outro possível⁴⁴”.

Notas

- ¹ Agradecemos o apoio financeiro da FAPESP à presente pesquisa, fundamental ao seu melhor desenvolvimento.
- ² TRINDADE, R. Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua história. BH: I Oficial, 1953. TORRES-LONDOÑO, F. (Org.) **Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica**. SP: Paulus, 1997, p. 12.
- ³ DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente. (1300-1800):** uma cidade sitiada. Tradução: M. L. Machado; H. Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.18.
- ⁴ Cf. CAMPOS, A.A. **A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas**. São Paulo: FFLCH-USP, 1994.
- ⁵ De acordo com Monsenhor Flávio C. Rodrigues, o *Pontificale Romanum* dos Papas Clemente VIII e Urbano III regulamentava o ritual das visitas pastorais. Já a informação sobre o número de paróquias é uma das primeiras que o próprio bispo transmite à Congregação do Concílio Tridentino, em Relatório Decenal encaminhado à Santa Sé, em 1757. In: Cf. RODRIGUES, F. C. (Mons.) **Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – As Visitas ad Limina**. Mariana: Editora D. Viçoso, 2004, v. 3, § 1.º, p. 81 e v. 1, p. 9.
- ⁶ “Capítulos de Visita de Dom frei Antônio de Guadalupe às Catas Altas”. AEAM, Livro de Visitas e Fábrica de Nossa Sra. da Conceição das C. Altas, 1727-1831, H-14, fl.2-3.

- ⁷ AEAM. Seção de Livros Paroquiais, H-14: Livro de Visitas e Fábrica de Nossa Senhora da Conceição das catas Altas, fl.,4.
- ⁸ Cf. CAMPOS, Adalgisa A. A mentalidade Religiosa do Setecentos: o Curral Del Rey e as Visitas Religiosas. **Revista Vária História**, BH: FAFICH-UFMG, n.1, p.11-17, 1985.
- ⁹ CAMPOS. M. V. **Governo de mineiros**: “de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo-dourado”. 2002.115 f. Tese (Doutorado) – FFLCH-USP, São Paulo, 2002.
- ¹⁰ SOUZA, L. de M.e. **Norma e Conflito**: aspectos da história das Minas no século XVII. BH: Ed. FMG, 1999, p.176. Vide também BOXER, C. R. **A Idade do Ouro no Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Tradução de Nair de Lacerda, 3. ed. Rio de Janeiro: N. Fronteira, 2000, p. 184.
- ¹¹ Para Boxer, são “contraditórias e fragmentárias as narrativas que nos vieram ter às mãos”, e “pareceria que o ouro foi encontrado quase simultaneamente em regiões diversas da zona que é hoje Minas Gerais, (...) nos anos entre 1693 e 1695”. In: BOXER, C. R. **A Idade de ouro no Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. p.58.
- ¹² Vide SOUZA, L. de M. e. **Opulência e Miséria das Minas Gerais**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 30-56.
- ¹³ “A corrida ao ouro e aos diamantes brasileiros de novo avolumará o caudal [da emigração portuguesa], que não é aventureiro estimar, no século XVIII, em 8.000 a 10.000 por ano. Ousemos correr o risco de estimativas globais (...) de 1640 a 1700, o desfalque reduz-se para uns 120 [cada ano], e no século XVIII amplia-se uma vez mais, elevando-se talvez a uns 600.000 indivíduos nos primeiros sessenta anos (...)”. In: GODINHO, V. M. **A estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa**. Lisboa: Arcádia, 1971, p. 43-44.
- ¹⁴ “Notícia dos Primeiros descobridores das Primeiras Minas do Ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios”. CÓDICE

Costa Matoso. Coleção das notícias dos Primeiros descobrimentos das Minas que fez o Dr. Caetano da Costa Matoso sendo Ouvidor das do Ouro Preto de que tomou posse em 1749 & vários papéis. BH: Fundação João Pinheiro/CEHC, 1999, v.1, p. 178; 255.

¹⁵ “Informações das Antigüidades da Freguesia de Catas Altas”. In: CÓDICE Costa Matoso, op. Cit., p. 261ss.

¹⁶ CAMPOS, A. A. **Contagem: Origens**. BH: Mazza Edições, 1991, p.31-33; BARRETO, A. Belo Horizonte: **Memória Histórica e descritiva – História Antiga**. BH: Fundação João Pinheiro/ CEHC, 1995.

¹⁷ Há visitas em 1745, realizadas por Dom Frei João da Cruz; 1748, pelo Dr. Vigário Miguel de C. A. de Mattos; em 1750, a seqüência trienal é quebrada, pois a localidade é visitada pelo próprio Bispo Dom Manoel da Cruz; depois somente há visita em 1753, pelo Dr. Manoel R. Taborda; em 1756, pelo Promotor do Juízo Eclesiástico Dr. Teodoro F. Jácome, e em 1759, pelo Cônego Penitenciário Dr. José dos Santos, sendo esta a última para este período. AEAM. Seção de Livros Paroquiais, W-3. Disposições Pastorais de Dom Frei Antônio de Guadalupe (1727) e Dom Frei Manoel da Cruz.

¹⁸ A temática de tais disputas é objeto da pesquisa que ora desenvolvemos no Mestrado, intitulada “Poder e palavra: discursos, contendias e ação pastoral no Bispado Mineiro (1748-1764)”.

¹⁹ FIGUEIREDO, L. R. de A. “Equilíbrio distante: o Leviatã dos Sete Mares e as agruras da Fazenda Real na província fluminense, séculos XVII e XVIII”. **Vária História**, Belo Horizonte : FAFICH-UFGM, 35, p. 144, jul. 2004.

²⁰ LIMA JÚNIOR, A. de. **História de Nossa Senhora em Minas Gerais**. BH: I. Oficial, 1956. *Apud*. BARRETO, A. Belo Horizonte: **Memória Histórica e descritiva – História Antiga**. BH: Fundação João Pinheiro/ CEHC, 1995, p. 110-111.

²¹ AEAM, Seção de Livros Paroquiais. W-41, fl. 10-12v, 17/11/1751; W-3, Livro de visitas à freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Curral Del Rei.

- ²² DELUMEAU, J. **História do Medo...** op. Cit., p.29; p. 36.
- ²³ DELUMEAU, J. **História do Medo...** op. cit., p.36.
- ²⁴ AEAM, Seção de Livros Paroquiais. Livro de Pastorais e portarias de Dom Frei M. da Cruz W-41, fl.10-12V, “Pastoral por que Sua Exc.^a Rev^a. foi servido mandar passar o que nela se contém” em 17/11/1751.
- ²⁵ AEAM, W-41, fl.10-12V. Idem.
- ²⁶ DELUMEAU, J. **História do Medo...** Op. Cit., p.33.
- ²⁷ Veja-se a regulamentação em torno do funcionamento do comércio em dias santos e domingos –vendas e lojas – nos domingos e dias santos, autorizando apenas o funcionamento parcial e atendendo às necessidades urgentes. Aos desobedientes acenava-se a cobrança de penas pecuniárias e exclusão aos ofícios divinos. (AEAM, W-3, fl. 16).
- ²⁸ Para Fernando T. Londoño, o principal objetivo dos bispos era afirmar sua autoridade. Cf.: TORRES-LONDOÑO, F. “Sob a autoridade do Pastor e a sujeição da escrita.” *História: Questões e Debates*. Curitiba: Ed. UFPR, p. 162.
- ²⁹ A este respeito, veja-se: LE GOFF, J. **La naissance du Purgatoire**. Paris: Gallimard, 1981.
- ³⁰ AEAM, W-3, fl. 16. São muitas as pastorais fazem referência a Indulgências e Graças concedidas pelo Sumo Pontífice, (janeiro de 1750).
- ³¹ Entre as contribuições possíveis, os fiéis podiam apresentar relatos – se os possuírem – de prodígios alcançados, através de preces ao Padre Anchieta; fazer meditações sobre os sacrifícios de Jesus, praticar a Caridade. (AEAM, Códice H-14); Ou ainda, obedecer ao conclave dos visitantes aos moradores da Freguesia e oficiais das Irmandades para construir em mutirão uma nova matriz: “se juntem em um domingo, ou dia santo para reconstruir a Matriz, estando a Velha tão arruinada e incapaz de nela se celebrar”. (AEAM, W-3, fl. 16).
- ³² “Pastoral por que sua Excelência Reverendíssima foi servido mandar passar o que nela se contém e declara”. AEAM, Livro de Cartas pastorais e Portarias de Dom frei Manoel da Cruz, W-41, fl. 14v-15.

- ³³ AEAM, W-41: Pastoral do Exmo. e Revmo. Bispo para se fazerem as preces pelas infaustas notícias dos terremotos e incêndios de Lisboa. fl. 13v.
- ³⁴ DELUMEAU, J. *História do Medo...* Op. Cit., p.30. AEAM, W-41, fl. 7v: Cartas Pastorais de D. Frei Manoel da Cruz: Pastoral pela quais e patenteiam as Graças e inteligências que Sua Santidade foi servido conceder a quem visitar quatro Igrejas em quinze dias por tempo de seis meses.
- ³⁵ Cf. PERELMAN. C. **O Império Retórico**. Trad. Lisboa, 1990.
- ³⁶ DELUMEAU, J. **História do Medo...** Op. Cit., p.32.
- ³⁷ Visita de Dom Frei Antônio de Guadalupe a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Carmo, em 02/12/1726. Cf. RODRIGUES, Mons. F. C. (Org.), v. 1, p. 37.
- ³⁸ Capítulos de visita pastoral a freguesia de Curral Del Rei, por Teodoro F. Jácome, em 20/08/1753, referência depois bastante reiterada no governo de D. Frei Manoel. AEAM, W-3, fls.15-17.
- ³⁹ Visita pastoral de Dom Frei Manoel da Cruz em visita a freguesia de Nossa Senhora de Nazareth da Cachoeira do Campo, em 13/06/1753. Cf. RODRIGUES, Mons. F. C. (org.), v. 2, Op. Cit., p.80.
- ⁴⁰ DELUMEAU, J. **História do medo...** op. Cit. P 32-33.
- ⁴¹ A oratória sacra teria sido “um dos principais meios de exposição e de debate de questões de interesse coletivo relacionadas às verdades canônicas da Igreja e do Império”; isso justifica a posição proeminente do orador. HANSEN, J. A. **“A civilização pela palavra”**. In: LOPES, E. et al. **500 anos de Educação no Brasil**. BH: Autêntica, p.34.
- ⁴² A orientação era de que se publicasse, de “*verbo ad verbum*”, (palavra por palavra), “em três domingos, ou dias santos, contínuo à Missa Conventual que disser a seus fregueses, de que passará certidão, jurada ao pé desta, e depois de assim se cumprir, tirará um traslado, e o remeterá a cada um dos capelães das capelas da freguesia, passando uma a outra, fazendo a mesma publicação nelas e lançando os nos livros das Fábricas das tais capelas, e depois de tudo assim executado os farão ler ao menos três vezes em cada um ano para que nunca possam alegar ignorância, e que assim cumprirão

com pena de suspensão, e de se lhes dar em culpa na visita futura (...)”. Cf. AEAM, W-3, fl. 16 v.

⁴³ HESPANHA, A. M. *A Igreja*. In: MATTOSO, José. **História de Portugal, IV**, citado. HANSEN, J. A. “A civilização pela palavra”. In: LOPES, E. et al. (Orgs.) *500 anos de Educação no Brasil*, 2.^a ed. BH: Autêntica, 2000, p. 18-41.

⁴⁴ FURTADO, J. F. “**Os sons e os silêncios nas Minas do Ouro**”. Conferência de abertura apresentada ao Primeiro Seminário de Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, 24 de abril de 2006. (No prelo).



Homens de ouro: o *métier* de garimpeiro e os garimpos clandestinos em Mariana - Minas Gerais.

LUCIANO RODRIGUES COSTA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o contexto atual dos garimpos de ouro em Minas Gerais, a constituição de suas características organizativas fundamentais e a cristalização da peculiar estrutura das suas relações sociais de trabalho. Desenvolve-se, neste sentido, uma discussão do garimpo enquanto uma atividade do setor informal, remetendo ao imaginário social do garimpeiro cristalizados nas regiões das minas. Focando nas diversas formas contemporâneas de extração do ouro, discute-se também o conceito de *métier* no trabalho do garimpeiro clandestino, ressaltando as razões pelas quais essa atividade pode ser entendida como um *métier*.

Palavras-chave: garimpos, *métier*, trabalho informal.

RÉSUMÉ

L'objectif de cet article est d'analyser le contexte actuel des minération clandestine d'or dans l'état de Minas Gerais, la constitution de leurs caractéristiques organisationnelles fondamentales ainsi que la cristallisation de la structure particulière de leurs relations sociales de travail. On abordera une discussion sur cette activité du secteur informel en mettant la lumière sur d'imaginaire social du chercheur d'or cristallisés dans les régions des mines. En focalisant les diverses formes contemporaines d'extraction de l'or, on discutera le concept du métier dans le travail du chercheur d'or clandestin, on rejâillira les raisons lesquelles cette activité peut être considérée comme un métier.

Mots-clés: minération clandestine d'or, métier, travail informel.

1. INTRODUÇÃO

O termo garimpeiro emergiu na região das *minas* em inícios do século XVIII, e designava aqueles que, desrespeitando a legislação da coroa portuguesa, mineravam as jazidas localizadas em pontos ermos do território, escondidas nas “grimpas” das serras. Neste sentido, a própria etimologia da palavra garimpeiro já denotava ilegalidade, marginalidade e repressão da força de trabalho. De um lado, em um jogo de muitos artifícios, conflitos, alinhamentos e realinhamentos contínuos, a atividade foi se organizando a partir da clivagem entre concessões reconhecidas legalmente e de largo cabedal; do outro lado, um mundo clandestino e sempre movente – o dos garimpos. Particularmente a região em torno das cidades de Ouro Preto e Mariana, núcleo inicial do ciclo do ouro, teve sua fisionomia moldada pela extração de ouro e de diamantes nas margens do Ribeirão do Carmo e córregos que o alimentam. O ouro deixou suas marcas na paisagem característica dos núcleos urbanos, das serras e dos rios submetidos a séculos de atividades extrativas. Também o fez nos contornos da vida econômica, e, não menos importantes, nas formas de pensar, de sentir e de sonhar de seus habitantes. Há, sem sombra de dúvida, um “imaginário do ouro” que preenche os poros da vida e a memória desta região.

Longe de desaparecer, o mundo do garimpo perdura ainda, sempre à margem da lei. A atividade continua presente naquela região, assim como em outras partes do Estado de Minas Gerais, como uma das principais bases da economia local, sendo o responsável por grande absorção de mão-de-obra.

Embora seja a garimpagem um *métier* tradicional, ela se transformou ao longo do tempo, seja pela mudança lenta das técnicas de extração, seja pelas transformações nas relações de traba-

lho, ou mesmo pelos diferentes tratamentos que lhe foram dados pelo Estado. Atualmente, a atividade garimpeira de ouro no Brasil, principalmente a de extração aluvionar, continua como um importante segmento da mineração, tanto do ponto de vista da produção aurífera, como da absorção de mão-de-obra. Nos últimos vinte anos, várias transformações ocorreram na atividade. Os garimpos artesanais de subsistência praticamente desapareceram, surgindo um novo tipo, estruturado em bases empresariais. Estes novos garimpos são mecanizados, caracterizando novas relações de trabalho, na sua divisão e organização. A atividade, atualmente, exige do trabalhador uma maior especialização, uma vez que se tornou mais complexa. É imprescindível o conhecimento de mecânica, de utilização do mercúrio, de drenagem das cavas, etc.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo discutir o contexto atual dos garimpos bem como o conceito de *métier* no trabalho do garimpeiro clandestino de ouro. Para tanto focamos a discussão nos garimpos clandestinos da região de Mariana em Minas Gerais.

Para a realização deste estudo fez-se necessária a aplicação de algumas técnicas específicas de coleta e análise de dados, como, por exemplo, a observação participante e a realização de 16 entrevistas semiestruturadas. Somaram-se mais de vinte horas de gravação, imprescindíveis ao entendimento da atividade, sobretudo na apreensão da composição do *métier* de garimpeiro e sua transformação. Optou-se pelo acompanhamento dos trabalhos de oito grupos num total de 52 garimpeiros dos distritos de Monseñor Horta, Cláudio Manuel, Furquim e Padre Viegas, visando um entendimento direto do processo de extração. Os donos dos garimpos foram essenciais para a obtenção das informações sobre os saberes específicos da atividade, assim como os garimpeiros

mais experientes, reconhecidamente detentores dessas competências. Por tudo isso, a presença continuada na região escolhida foi de extrema importância para a observação dos aspectos da vida cotidiana da comunidade, e das relações de trabalho da atividade garimpeira ali existentes.

A partir das observações foi possível constatar a existência, apesar da gradual diminuição, de uma média de 300 pessoas envolvidas diretamente na atividade garimpeira em todo o município de Mariana: garimpeiros, compradores de ouro e proprietários das áreas onde são feitas as extrações. Esta média é extremamente variável, devido à rotatividade do processo de extração e à vinda de forasteiros, em épocas de estiagem. Nestas ocasiões, pode ser encontrada na região uma quantidade muito grande de novos garimpos, mas estes têm curta permanência. A exploração, entretanto, nunca se encerra, e é sustentada pelos garimpeiros moradores dos distritos, que estão permanentemente envolvidos com a atividade, mesmo quando desenvolvem simultaneamente outras ocupações. Durante a pesquisa, constatou-se a presença de, pelo menos, 25 pontos de garimpo em todo o município ao longo das margens do Ribeirão do Carmo; são eles a principal fonte de renda, e, conseqüentemente, de subsistência para os trabalhadores envolvidos. Combinando os relatos dos garimpeiros obtidos nos períodos de permanência com a observação de todo o processo de trabalho no garimpo, procurou-se analisar todo o sistema de organização do trabalho e o papel central das relações de confiança na estruturação das relações de trabalho em um contexto de ilegalidade.

Assim, na primeira parte, é feita uma análise das diversas formas contemporâneas de extração de ouro. Na segunda parte é desenvolvido o conceito de *métier*, entendendo-o como um modo particular de organização e de divisão do trabalho, estruturado em

um conjunto de saberes práticos, ligados às “manhas do ofício” e irreprodutíveis pela educação formal, consolidados pela experiência e reproduzidos pelos mais experientes. Na terceira parte, são explorados alguns dos resultados da pesquisa de campo realizada entre os garimpeiros de Mariana, e desenhados os contornos gerais da realidade cotidiana do mundo do garimpo. Através de alguns dos relatos de garimpeiros pretendeu-se chegar a uma compreensão do grupo em estudo, visando entender os tipos de interação local e o seu relacionamento com o mundo. Em seguida é desenvolvida uma narrativa sobre o *métier* de garimpeiro, ressaltando as razões pelas quais esta atividade pode ser entendida como um *métier*.

2. AS DIVERSAS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE EXTRAÇÃO DO OURO

As formas de organização do trabalho de garimpagem apresentam diferenças marcantes em relação a outras formas de organização do trabalho de mineração. Constata-se o fato de que a extração mineral é caracterizada por duas formas distintas de organização do trabalho: os empreendimentos de pequena escala do garimpo e as lavras de grande escala; durante a década de 1980, o garimpo transforma-se de tal monta que dá origem a uma forma de organização do trabalho com novos contornos: o *garimpo semimecanizado*.

Por conseguinte, torna-se importante distinguir as características estruturais de cada um destes formatos produtivos. A partir de construções de *tipos ideais*, como recurso heurístico, decidiu-se marcar mais claramente as semelhanças e os contrastes entre os vários modelos de organização produtiva da extração mineral. Como acontece sempre com os tipos ideais, tais *constructos* são apenas aproximações imperfeitas da imensa complexidade e heterogeneidade

das situações reais da extração mineral, que permitem organizar gradientes e conjuntos significativos de características estruturais.

Delineavam-se, assim, pois, três grupos de formas predominantes de organização produtiva da extração mineral experimentadas historicamente no contexto brasileiro: o *garimpo artesanal*, o *garimpo semimecanizado* e as *grandes empresas mineradoras*, cada qual apresentando processos de trabalho, formas de conhecimento e estruturas de cooperação e autoridade particulares. As principais diferenças são tematizadas no quadro abaixo, adaptando as classificações propostas por Tilly & Tilly (1998):

	GARIMPO ARTESANAL	GARIMPO SEMI MECANIZADO	EMPRESA MINERADORA
<i>Escala</i>	Individual/Familiar	Pequenos Grupos/ Familiar	Grandes Números
<i>Divisão do Trabalho</i>	Unidade do Processo de Trabalho/ Estruturada pelo métier	Divisão do Trabalho estruturada pelo métier	Divisão Taylorista do Trabalho
<i>Controle do Processo de Trabalho</i>	Trabalhador	Negociações entre Trabalhador/Gerência	Gerência e organização hierárquica
<i>Base Técnica</i>	Técnicas Rústicas Tradicionalistas	Técnicas artesanais e desmonte mecânico/ sondagem precária	Mecanização/ Sondagem
<i>Formas de Conhecimento</i>	Experiência Prudencial e Critérios de Julgamento	Experiência Prudencial e Rotinas	Rotinização e Prescrição Prévia
<i>Previsibilidade dos Resultados</i>	Reduzida	Reduzida	Elevada
<i>Estruturas de Incentivos</i>	Redes sociais informais	Compensação material Redes sociais informais	Compensação Material
<i>Relações de Trabalho</i>	Horizontais	Verticalizadas, mas dependentes de cooperação.	Verticais
Networks	Família e Trabalho	Família, Trabalho e Localidade.	Trabalho e Hierarquias
Contexto Institucional	Informalidade	Informalidade	Formalidade

O *garimpo artesanal* ou manual constitui uma atividade econômica tipicamente orientada à subsistência, mantendo-se ainda na marginalidade de forma residual em algumas regiões. Caracteriza-se pela ausência completa de máquinas e de sondagem. Utiliza algumas ferramentas como a bateia, e, atualmente, faz uso do mercúrio para a apuração do ouro. É uma atividade que requer baixíssimo capital. Obviamente, não detém a concessão da área de exploração e continua na clandestinidade, atuando nos rios e nas suas margens. Mantém quase intactas as mesmas técnicas utilizadas nos séculos passados. É um empreendimento individual, itinerante e realizado por grupos independentes, muitas vezes familiares.

Este não é o grupo mais perseguido pelos órgãos fiscalizadores, pois o seu poder de degradação ambiental não é grande. Muitas vezes, trabalha clandestinamente nos esgotos das grandes mineradoras, onde explora os resquícios de uma extração mais racional. Normalmente os donos dos garimpos semimecanizados permitem que estes grupos se aloquem ao lado de suas cavas.

O *garimpo semimecanizado* também possui um caráter itinerante, principalmente nos garimpos com sistema de balsas, em que a extração é feita dentro do leito do rio, tornando desnecessários os acordos com os donos dos terrenos. São formados por grupos que variam entre 5 e 10 trabalhadores, sendo os donos normalmente familiares que contratam outros trabalhadores. Os garimpeiros, via de regra, lavram terras de terceiros. Em função disto, são estabelecidos acordos entre os garimpeiros e os proprietários ou entre os garimpeiros e os financiadores do empreendimento, o que, ocasionalmente, gera conflitos. Estão ausentes as técnicas de sondagem, portanto, é baixo o índice de previsibilidade.

Este tipo de garimpo emergiu a partir dos anos 80 em razão do desenvolvimento das técnicas e processos de trabalho dos garimpos artesanais. O principal elemento que o diferencia do garimpo manual é o uso de motores na extração; equipamentos que não foram desenvolvidos pelos próprios trabalhadores, pois são motores adaptados à atividade garimpeira em momentos circunstanciais favoráveis, podendo ser encontrados em outros tipos de atividade extrativa, como a de diamantes e a de areia. O uso de tais motores modificou radicalmente a extração aurífera, tornando a atividade muito mais dinâmica e eficaz.

A produtividade é mais elevada se comparada aos garimpos artesanais, pois, com os motores, maiores profundidades são atingidas. No entanto, em termos gerais, a extração é pequena, uma vez que as áreas de maior ocorrência já foram bastante exploradas pelas grandes empresas possuidoras das concessões de extração. A utilização de motores também passou a envolver maior número de trabalhadores e a exigir um nível de especialização mais elevado. Com isto, surge uma divisão maior do trabalho que, pelas próprias características da atividade, não é muito rígida.

As relações de trabalho são estabelecidas em um sistema de confiança mútua e a remuneração é por porcentagem do total de minério extraído. São relações verticalizadas, mas sem rigidez, ou seja, com mecanismos de coordenação em que os donos dos motores determinam as tarefas a serem executadas, e os trabalhadores as executam em conjunto com os garimpeiros mais experientes.

Os garimpos semimecanizados possuem um investimento de capital fixo, aplicados essencialmente em motores, e, em alguns casos, em tratores. Estes são alvo de fiscalização dos órgãos am-

bientais, em razão do elevado poder de destruição do meio ambiente pela ação dos motores, pela utilização do mercúrio e pela maior visibilidade da degradação provocada.

Os locais de extração, tal como os dos garimpos artesanais, são determinados por saberes adquiridos no trabalho. Muitas vezes, as orientações são fornecidas por garimpeiros mais velhos, detentores reconhecidos destas competências.

Um terceiro tipo de extração de ouro é o realizado pelas *empresas mineradoras*. Estas empresas são altamente mecanizadas, com sistemas de dragas flutuantes que retiram elevadas quantidades de cascalho para a apuração e atuam com um sofisticado sistema de apuração química do ouro, em alguns casos sem a utilização de mercúrio. Através da prospecção geológica, é avaliada a jazida em seu prognóstico e diagnóstico, o que lhes possibilita extrair grande quantidade de ouro. Além disso, a prospecção restringe as incertezas do terreno, permite o planejamento e a projeção dos resultados econômicos da lavra e reduz os riscos do empreendimento; conseqüentemente, aumenta a possibilidade de um êxito compensador. Submetidas a uma racionalidade capitalista, estas empresas tentam de todas as formas minimizar e tornar controláveis os imprevistos característicos da extração. Estas empresas se diferenciam radicalmente dos garimpos anteriormente descritos, pois adquirem a concessão de grandes extensões de terras onde existem jazidas conhecidas ou supostas.

As relações de trabalho se assemelham às de quaisquer empreendimentos capitalistas: os trabalhadores são assalariados, submetidos à gerência, etc. Este grupo possui um elevado potencial de degradação ambiental, que é fiscalizada pelos órgãos ambientais dos Estados.

3. O MÉTIER

O *métier* se apresenta como um elemento estruturante das organizações produtivas, ou ainda, como um conjunto de conhecimentos e de “*savoir-faire*” ligados às atividades do trabalho, que evoluem ou se modificam com o tempo (TOMASI, 2004).

O termo *métier* emergiu no século X para caracterizar a especialização da metalurgia que se desenvolvia na Idade Média, a partir do artesanato e da divisão do trabalho entre cidade e campo. Já então a noção de *métier* era acompanhada de um certo reconhecimento e prestígio social, no interior do quadro da prática profissional artesanal.

No entanto, a etimologia da palavra denota, também, uma conotação pejorativa, associada à servidão e à escravidão. O campo semântico de *métier* emerge pela deformação das antigas palavras *menestier*, *mistier*, *service*, *office*, que são contrações do latim *ministerium*, que está na raiz de *mistério* que, por sua vez, vem de *minus*, o menos, o inferior (ROBERT, 1966). A ambigüidade se resolve, quando lembramos que, no imaginário medieval das três ordens, o trabalho, por mais virtuosismo que revelasse, não atingia a dignidade das atividades daqueles que rezavam e combatiam.

A noção moderna de *métier* formou-se nos meios industriais, no início do século XX, e, sobretudo, a partir da 2ª Guerra Mundial, época em que se torna sinônimo de qualificação e formação profissional. A noção de *métier* remete, atualmente, ao conjunto de habilidades técnicas, intelectuais e manuais associadas à experiência prática.

A porta de acesso ao *métier* é sempre o aprendizado e a experiência prática em uma atividade complexa e mutável, que exige elevado grau de discricção e discernimento por parte do trabalhador. Assim, o *métier* pode ser entendido como uma forma específica de estruturar a divisão do trabalho e os seus mercados, estabelecendo uma forma particular de redução da contingência, ou seja, uma redução dos riscos de um processo de seleção dos trabalhadores. Em muitos ambientes industriais da era moderna, a presença de elementos de *métier* (ou *craft*) no processo de trabalho esteve historicamente associada à presença de modalidades de subcontratação e organização de equipes de trabalho, de natureza fundamentalmente diversa das hierarquias e formas de recrutamento do trabalho de outras ocupações. (STINCHCOMBE, 1990; TILLY & TILLY, 1998).

O *métier* confere ao trabalhador uma certa identidade e prestígio, e é responsável também pela estruturação de uma forma específica de divisão do trabalho. De modo típico, embora não exclusivo, atividades estruturadas pelo *métier* tendem a se enraizar profundamente em certos contextos sociais específicos, em que pertencimentos e identificações de família, trabalho, localidade ou etnicidade jogam um papel decisivo na moldagem de um certo *esprit de corps*. Por outro lado, o elevado grau de julgamento prudencial e a necessidade de cooperação, que caracterizam a maior parte dos processos de trabalho típicos do *métier*, supõem maior autonomia no controle do processo de trabalho, com relações mais horizontalizadas e sujeitas à permanente negociação.

Quando se fala em *métier*, é importante contrastá-lo com o seu oposto, os modelos de trabalho do mundo fabril, sempre envolvido pela dinâmica taylorista. Zarifian (2001) estabelece diferenças importantes, opondo o *modelo de operação* associado

ao mundo fabril taylorizado ao *modelo de métier* em vários níveis, tais como: a *aquisição do métier*, a *aprendizagem do métier*, e o *modelo do métier*.

Segundo este autor, a *aquisição do métier* não está relacionada prioritariamente às operações no trabalho, mas fundamentalmente às regras de ação, em que a base de julgamento é o produto final. Essas regras se assemelhariam às da arte, pois não é a simples repetição mecânica e predeterminada das regras que conta, mas a incorporação dos efeitos que se possam relacionar a elas. No contexto do *métier*, as regras não são auto-aplicáveis, mas dependem de uma complexa avaliação das contingências da situação.

A *aprendizagem do métier* não tem como finalidade exclusiva ensinar a reproduzir determinadas rotinas e produtos. Essa reprodução é somente uma estratégia de aprendizagem, mas não a verdadeira finalidade. Esta se faz pela particularização do processo e do produto, o que implica uma criatividade do autor. No caso dos garimpos de ouro, abrindo um parêntese nesta discussão, o que se nota é uma particularização do processo de trabalho, mas não do produto, uma vez que este é tipicamente divisível e homogêneo, o que, como se verá, não descaracteriza o garimpo enquanto *métier*.

A repetição das atividades de trabalho é algo secundário no *métier*, que requer, ao contrário, uma compreensão das razões dessas regras, ou seja, um trabalhador de *métier* sabe o porquê proceder desta maneira e não de outra para alcançar um resultado. Neste sentido, a relação entre mestre e aprendiz é diferente daquela que impõe o instrutor taylorista. O mestre é rigoroso no resultado, pois este depende do entendimento prático do indivíduo no que concerne ao código de referência do trabalho:

A aprendizagem do *métier* é a aprendizagem da diferenciação: alguém domina inteiramente seu '*métier*' quando reconhece sua maneira particular de trabalhar, quando se pode descobrir nela uma contribuição original. (...) Se a aprendizagem é, em geral longa, é porque é preciso, ao mesmo tempo ter tomado conhecimento das "boas" regras existentes, é preciso tê-las assimilado totalmente, ter dominado a "habilidade específica" necessária (e certo "modo de pensar") que não é objetivada, mas a qual é preciso ter conseguido agregar originalidade. (ZARIFIAN, 2001:158).

O *modelo do métier* é, por ele, associado de maneira decisiva ao meio social da comunidade profissional, que é onde se estrutura e valida a aquisição do saber-fazer. Assim, o *métier*:

Tem igualmente por objeto regras de comportamento, que se referem, em especial, ao respeito aos antigos, a valores éticos explícitos (de honestidade, de lealdade, por exemplo), à demonstração de uma disposição para vencer as diversas provas a que a progressão do *métier* implica. (ZARIFIAN, 2001:158)

Segundo Zarifian, o *métier* está aberto à inovação, mas resiste às rupturas que questionam o prestígio das regras estabelecidas. O *métier* sempre recorre à tradição, inserindo, na sua estrutura, o significado do tempo histórico. Mas, no entanto, resiste à abertura dessa tradição a fatores estranhos, que poderiam desestabilizá-lo.

A aprendizagem de uma atividade estruturada em torno do *métier* é constituída dentro do ambiente de trabalho em anos de atividade, e se caracteriza pela experiência na resolução de imprevistos da atividade. Quase sempre, o saber exigido está ligado a um conhecimento tácito e a saberes empíricos, como ressaltou

Zarifian, e é reconhecido dentro do grupo como um valor e um orgulho para quem os detém. São esses saberes práticos, ligados às “manhas do ofício” e irreprodutíveis pela educação formal, transmitidos pelos mais experientes e consolidados pela experiência, que constituem a base do *métier*. Saberes esses que também proporcionam poder para quem os detém, e são de fundamental importância na compreensão da dinâmica de uma atividade e das classificações hierárquicas dentro e fora do ambiente de trabalho.

4. A ATIVIDADE GARIMPEIRA SEMIMECANIZADA EM MARIANA

Atualmente, os garimpos de ouro de Mariana se estruturam de uma forma bastante diversa da que eram no passado. As mudanças são nítidas: esta atividade eminentemente artesanal, de subsistência, marcada pelos imprevistos, tendo na bateia o principal símbolo e no garimpeiro o personagem central, hoje ficou mais complexa e o uso dos motores passou a exigir novas habilidades para a sua operação.

Diferentemente do que aconteceu nos setores produtivos clássicos, o aumento da complexidade trazida pela incorporação dos motores não foi acompanhada pela introdução de uma divisão do trabalho rígida no interior do processo de trabalho. No garimpo semimecanizado, a maior parte dos trabalhadores exerce dentro da cava de extração quase todas as funções que a atividade requer. A incorporação dos motores ampliou o escopo de habilidades e saberes necessários à atividade garimpeira, sem, entretanto, produzir especializações estanques. O saber-fazer é apreendido pelo garimpeiro no trabalho e em anos de experiência na extração.

É reconhecido como um valor e um orgulho para quem o detém e é a característica fundamental de seu *métier*. Todo o saber exigido está ligado a um conhecimento tácito e a saberes empíricos. Estes saberes práticos, ligados às “manhas do ofício” e que não se encontram na educação formal, constituem a base do *métier*.

A introdução dos motores de garimpo na extração de ouro no Brasil se inicia nas décadas de 60 e 70 do século XX, com grande impacto na eficiência da extração. A mudança no perfil e na escala dos empreendedores, e a nova combinação de conhecimentos necessários favoreceram a adoção de novas formas de organização e divisão do trabalho. Tais mudanças propiciaram significativas transformações nas relações de produção e nas sociabilidades da atividade

Até o início da década de 1980, o garimpo apresentava uma base técnica rudimentar. Os motores eram muito raros e existiam, quando muito, algumas bombas para a sucção da água. Os equipamentos se resumiam à bateia, enxadas e pás. O mercúrio, atualmente de uso indiscriminado e responsável por danos ao meio-ambiente e à saúde, era então muito pouco utilizado. A separação de impurezas do ouro era feita, também, de uma forma extremamente primitiva, longe dos níveis atuais de exigência, gerados pelas novas características operacionais da atividade, como por exemplo, os dos compradores de ouro, que passaram a exigí-lo já queimado e sem resquícios de mercúrio.

Em Mariana, a atividade garimpeira se desenrola hoje fundamentalmente no contexto do aproveitamento de ocorrências de ouro economicamente desinteressantes para as grandes empresas de mineração. Isto ocorre devido às próprias características geológicas desses depósitos e à intensa exploração feita em muitos

na região. Não se justificam, portanto, maiores investimentos nas fases de pesquisa mineral e de lavra.

O que se percebe atualmente é uma transformação do garimpeiro de subsistência em grupos de extração com equipamentos mais sofisticados, liderados pelo que podemos chamar de garimpeiros empresários. Estes se caracterizam por possuírem um empreendimento mecanizado, normalmente com dois motores de sucção, e pelo poder de contratar demais garimpeiros para as funções exigidas. Normalmente, não existem contratos formais, sendo os acordos de trabalho baseados em um sistema de confiança mútua, em que o garimpeiro recebe uma determinada porcentagem do total do ouro extraído semanalmente. Apesar do caráter clandestino da atividade, os donos dos motores agem como pequenos empresários, detendo, vez por outra, mais de um ponto de extração. Na maior parte das vezes, são os próprios donos que selecionam os trabalhadores e negociam os contratos informais de trabalho, além de coordenar e gerenciar todas as atividades.

4.1 O CARÁTER ILEGAL E AS RELAÇÕES DE CONFIANÇA NA ATIVIDADE GARIMPEIRA

O que se percebe atualmente é que o papel do Estado, e, em particular, a natureza e a abrangência de sua capacidade reguladora definirão o campo de possibilidades e limites em que se desenrolará a atividade garimpeira. Tanto as formas de organização do trabalho, quanto a natureza das redes de transações econômicas em que se situa o garimpo serão profundamente marcadas pelas formas de confiança interpessoal e previsibilidades criadas pelo contexto geral em que se insere a atividade.

Vale a pena salientar como a literatura recente sobre *economias informais* é capaz de lançar luz sobre as formas de estruturação do garimpo. Alejandro Portes (1994, p.15) entende por informalidade “uma ação econômica desenvolvida à margem do poder legalmente instituído, sendo neste sentido, excluída da proteção das leis, ou seja, uma atividade produtiva de bens e serviços que se desenvolve paralelamente à economia formal”.

É importante distinguir conceitualmente atividades econômicas *informais* e *ilegais*. A incapacidade de marcar analiticamente a distinção conduz, freqüentemente, a interpretações equivocadas do fenômeno da informalidade. Segundo Portes (1994, p.15), “o empreendimento ilegal envolve a produção e a comercialização de bens que são definidos, em um determinado lugar e tempo, como ilícitos.” No empreendimento informal, ao contrário, os acordos são realizados na sua maioria com bens lícitos, embora sob modalidades de ação econômica não sujeitas (ou resistentes) à regulação estatal. Assim, pode afirmar-se que a diferença básica entre economia formal e informal não está no caráter final do produto, mas sim, na maneira como ele é produzido e trocado.

Segundo Portes (1994), as relações entre a regulação estatal e a informalidade estariam submetidas a dois paradoxos. Um deles tem como ponto de partida a crítica a certas interpretações que vêem na economia informal a concretização espontânea de um verdadeiro mercado puro, sem as intervenções distorsivas da regulação estatal. O paradoxo, segundo este autor, é que quanto mais a economia informal se aproxima do modelo de “verdadeiro mercado”, mais dependente ela se torna de fortes laços sociais, que permitam a continuidade das transações em um contexto onde estão ausentes garantias formais. O vácuo da regulação estatal deve

ser preenchido por mecanismos de mobilização de recursos e estabilização das transações baseadas em *networks* sociais específicas. Outro paradoxo diz respeito ao tratamento dado pelo Estado à economia informal, ou seja, esforços para impedir ou limitar a expansão das regras e controles dessa economia podem exacerbar várias dessas condições, e, muitas vezes, dar origem a essas atividades. Neste sentido, o que pode acontecer é que a regulação estatal, apesar de não criar a economia informal *ipso facto*, gera oportunidades para o seu desenvolvimento. Isto pode ser percebido no fato de muitas comunidades se organizarem, resistindo ao controle do Estado e, simultaneamente, tendo vantagens e oportunidades por ele criadas.

O que se percebe nesta discussão é que existe uma linha tênue entre a informalidade e a ilegalidade, e isto é bem expresso na atividade garimpeira. O garimpo se caracteriza atualmente como um empreendimento informal, em que estão ausentes as garantias formais do direito de propriedade; sempre à margem da ordem legalmente constituída. Esta marginalidade é fundamental na constituição do ambiente de trabalho, definindo as bases de toda a sua estrutura a partir de uma lógica organizacional totalmente diversa das organizações burocráticas convencionais.

Toda a sua organização é estruturada provisoriamente, seja em função da imprevisibilidade gerada pela fiscalização, seja pelas características naturais e próprias da atividade. De um lado, a profunda instabilidade e incerteza, que sempre envolveram a atividade, fazem com que sejam reduzidos os horizontes temporais dos garimpeiros, inibindo investimentos com base em capital fixo de longo prazo. De outro lado, a improbabilidade da regulação estatal determina que as transações econômicas se desenrolem em

um contexto de ausência de garantias, tornando os atos contratuais excessivamente dependentes de um elevado grau de confiança interpessoal. Ambas as circunstâncias concorrem para tornar as relações da garimpagem marcadas por elevada tensão e desconfiança. Esse ambiente de contingência exacerbada é, sem dúvida, um elemento de extrema importância na moldagem da organização do trabalho.

Esses fatores fizeram com que o garimpo se estruturasse em torno de uma cultura muito peculiar, solidificando uma organização dinâmica e específica de desenvolvimento. É em torno de um código tácito, caracterizado por uma complexa relação de trabalho pautado pela solidariedade entre os membros, baseadas em um conjunto de normas éticas pactuadas, que se estruturam as relações sociais no mundo do garimpo. É este tipo de relação que estrutura as relações de trabalho, as formas de gestão, os direitos e deveres dos trabalhadores, os mecanismos de recrutamento, a divisão do produto extraído, os direitos de exploração de uma determinada área e as relações com os compradores de ouro. Assim este código moral que regula as relações de confiança de uma forma geral, num contexto em que prevalecem contratos informais e em que os prejuízos trazidos pelo comportamento oportunista são, potencialmente, muito grandes. Em torno dessa cultura garimpeira, cristalizou-se uma representação mítica do garimpeiro estribada nas idéias de *sorte*, *aventura e jogo*, e corporificada em torno de uma série de lendas, mitos e histórias de grandes bamburros seguidos de falência. Esta representação, presente desde o surgimento da figura do garimpeiro, foi se fortalecendo gradualmente no imaginário popular e, por que não dizer, alimentada pelos próprios garimpeiros.

A legalização deste tipo de atividade esbarra sempre na burocracia do Estado. Quase sempre os terrenos, onde são realizadas as extrações, são áreas já requeridas junto ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) por grandes empresas. Estas, por não se interessarem pelas áreas de pequenas jazidas, abrem espaço aos pequenos empreendimentos. Assim, o dono do terreno também comete o delito de arrendar, para a garimpagem, o subsolo que pertence à União e que deve ter licença do DNPM para exploração; o que ele não faz. Muitas vezes os proprietários de garimpo escolhem um determinado terreno para abrir uma cava, dependendo do valor cobrado pelo proprietário da terra para a sua utilização. Desta forma, ambos, garimpeiros e proprietários, estão na ilegalidade; entretanto, somente o garimpeiro é vítima do poder repressivo estatal.

Quando em Mariana se fazia uma garimpagem manual, usando somente ferramentas e sendo o uso do mercúrio muito raro, era incomum a presença de órgãos fiscalizadores. As transformações técnicas ocorridas na década de 1980 aumentaram o potencial lucrativo da extração, todavia a degradação ambiental se tornou visivelmente mais forte, o que intensificou a coerção exercida.

A questão ambiental é sem dúvida fundamental para se entender atualmente a ilegalidade e a intensificação da fiscalização da atividade garimpeira, tal como ocorre em Mariana. Com o surgimento de uma consciência ecológica no país, o garimpo de ouro passou a ser um dos vilões do meio ambiente, um mal que, no mínimo, deve ser controlado. No início da década de 1980, quando os garimpos semimecanizados começavam a se espalhar, o Brasil foi alvo das atenções internacionais devido ao desmatamento da Amazônia e também às imagens chocantes das

condições de trabalho dos garimpeiros de serra Pelada. A mídia brasileira e mesmo a internacional, apoiada pelos ecologistas, ainda que sem a intenção de fazê-lo, apontaram os culpados pelas degradações ambientais. Os garimpeiros estavam entre eles e foram responsabilizados pela grande contaminação mercurial e pela destruição das sociedades indígenas.

Esta visão do garimpeiro degradador, formada a partir dos garimpeiros da Amazônia e também dos garimpos de grande porte como os de serra Pelada e Poconé, foi difundida para o mundo todo, e, logicamente, para todas as áreas de garimpo no Brasil. As ações de denúncia realizadas pelas organizações civis passaram a ser constantes. Em Minas Gerais, destacam-se as ações promovidas pela AMDA (Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente) e pela FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente). Desta forma, quase todas as regiões tradicionais de garimpagem de ouro e de diamantes foram vítimas de constantes denúncias aos órgãos públicos.

Se por um lado a atividade garimpeira se desenrola em um ambiente de confiança reduzida e elevado potencial de conflito, por outro, a própria natureza da atividade supõe elevado grau de cooperação, tanto no processo de trabalho, quanto na cumplicidade tácita frente a outras categorias sociais definidas como “estranhos”. Nos garimpos de Mariana, a conduta baseada na lealdade se apresenta, entre outros aspectos, na distribuição do produto da extração, e também é percebida na sua organização em função da clandestinidade. Este ambiente de elevada insegurança gera um medo constante de repressão e requer das pessoas envolvidas uma organização muito peculiar, que, vítimas da coerção estatal, unem-se para antecipar a fiscalização e se organizarem em função dela.

Atualmente, o garimpo é fiscalizado pela Polícia Militar de Meio Ambiente, a antiga Polícia Florestal, que atua ocasionalmente apreendendo motores, e, muitas vezes, prendendo os reincidentes. Este ambiente de tensão exige uma organização complexa e um alto grau de cooperação entre os garimpeiros, objetivando burlar as leis e manter a clandestinidade. Consolidou-se entre os garimpeiros e a comunidade uma cumplicidade que faz com que todos os garimpos sejam informados da presença desse órgão na região. Em tempos de maior concentração de garimpeiros, um deles atua como vigia; com motocicleta, percorre a estrada de acesso aos distritos, recebendo por esta função a mesma porcentagem de ouro atribuída aos demais. Outros meios também utilizados com o mesmo intuito são a queima de fogos de artifício e o uso de telefones celulares. Esta solidariedade é estimulada, na região, pelo caráter mais fixo da atividade, que favorece o estabelecimento de vínculos estáveis e duradouros, necessários à cristalização destes modelos tradicionais de atividade.

O que se percebe é que todos os garimpeiros reclamam da atuação da polícia na região. Estas reclamações se referem principalmente ao tipo de abordagem realizada, particularmente após o início da mecanização, como explica mais o garimpeiro G.

Hoje melhorou, porque no começo aí, a polícia vinha para destruir, dando tiro né, passado o tempo eles viram que o garimpeiro não era o bicho que eles pintavam né. Eles achavam que o garimpeiro tava armado, que ia enfrentar a polícia com arma, eles vinham para quebrar mesmo. Não tinha chance de ficar nada não, hoje não, hoje eles estão mais calmo com a gente. Agora, antes dos motores eles não amolavam não.

O que muitas vezes acontece é a não compreensão, por parte dos garimpeiros, dos reais motivos pelos quais o garimpo é ilegal. Definitivamente, a questão ambiental não se constitui um verdadeiro problema para eles, assim como os riscos causados pela utilização do mercúrio. Argumentos como o do garimpeiro G expressa o sentimento de incompreensão da ilegalidade do garimpo: “Eles deixa de pegar um assaltante que tá roubando aí, um assassino para poder pegar o garimpeiro, né? Que tá aí ganhando o pão de cada dia aí, acontece isso.”

A ação da polícia gera um sentimento de revolta, compartilhado por todos, principalmente na apreensão dos motores. Muitas vezes, alguns grupos, durante a escolha do local da extração, já levam em conta a fiscalização, optando pelas áreas de mais difícil acesso. Em Mariana, alguns grupos escolhem trabalhar em terrenos de empresas que exploram carvão vegetal. Esta escolha é justificada pela inexistência da porcentagem obrigatória para o dono do terreno, além de maior segurança, pois, segundo eles, essas companhias também realizam uma atividade clandestina e não teriam o interesse em denunciá-los.

As relações de confiança são um dos fatores estruturantes das relações de trabalho no garimpo, o que muitas vezes faz com que a atividade se organize em grupos familiares. As próprias características da atividade fazem com que a confiança adquira esta importância tão fundamental: ilegalidade, ausência das garantias da regulamentação estatal e produto do trabalho extremamente valioso. A ausência de garantias formais de direito faz com que toda a atividade se estruture no sentido de estabelecer redes de confiança de natureza eminentemente personalizadas. Nesta rede, estão todos os envolvidos direta e indiretamente na extração: o fazendeiro, que ilegalmente permite a extração em suas terras e recebe uma

porcentagem do ouro extraído, o comprador de ouro que leva o mercúrio para os garimpeiros e a comunidade, que informa aos garimpeiros a chegada da polícia na cidade.

Em alguns casos, as condutas cotidianas são referências no recrutamento dos trabalhadores. Em uma nítida tentativa de diminuir as contingências naturais de uma seleção de trabalhadores, são escolhidos aqueles que, nas palavras dos donos de garimpo, não possuem vícios, ou são, reconhecidamente, de confiança. O garimpeiro T, dono de um garimpo, explica o que leva em conta no processo de seleção, em que a confiança é um dos elementos fundamentais.

Às vezes você já conhece a pessoa e sabe se ela é de confiança ou não. E agora muitas vezes acontece de você já ter visto ou ter ouvido falar que fulano fez isso e isso, ah não, fulano pegou isso e isso de mim. Então é um tipo de coisa chata, então todo serviço tem que ter uma confiança. Então por exemplo você pega uma pessoa lá e ele é de confiança, ele é bom de serviço? Então eu faço questão que ele não trabalhe comigo né.

No entanto, tais precauções não evitam os conflitos. Estes se dão entre grupos em função das prioridades do terreno de extração. As disputas são comuns entre os garimpeiros e os compradores de ouro, que sempre pagam um preço muito abaixo do mercado. Em alguns casos, entre os garimpeiros e os donos do terreno, que, normalmente, vão aos garimpos nos dias de apuração para receber sua parcela na partilha. Ainda segundo T:

Tem uns donos (do terreno) que ficam mais desconfiados. Então, toda vez ele fica esperando pra ver quanto que vai dar.

Agora quando o cara não é desconfiado, ele já confia mais, ele nem esquentava a cabeça então a pessoa chega lá e fala a porcentagem foi X então o seu é tanto e pronto. Agora tem outros mais desconfiados que coloca até gente dentro do garimpo pra acompanhar a atividade toda.

A quebra do sentimento de confiança em relação a qualquer um dos membros de um grupo é o principal fator de exclusão, ou até mesmo de desestruturação do grupo. Segundo o garimpeiro A.:

O que pode acabar com o grupo é o dono (do garimpo), por exemplo, abaixar a porcentagem de ouro. Você chegar trabalhando para o cara com 5 ou 6 % e quando chega no fundo que tem ouro o cara abaixa para 3%. Eu sinceramente, pode tá tirando 1 kg de ouro que eu não fico, é uma coisa muito ruim uma desigualdade muito grande com o trabalhador. O cara trabalha e acha que vai ganhar dinheiro bom mas na hora não ganha o dele. Isso é uma coisa que eu não concordo mesmo.

Este sentimento de desconfiança se manifesta diariamente no ambiente de trabalho. Ele ocorre não somente em relação aos parceiros de trabalho, mas a todos os desconhecidos que se aproximem do garimpo. Nestes casos, o principal temor é, com certeza, da polícia, ou de algum delator que possa vir a denunciá-los. Os ambientalistas, pelo mesmo motivo, também são muito temidos.

Toda essa suspeita exige uma organização muito peculiar do trabalho, no sentido de evitar os roubos, outrora muito frequentes, mas que atualmente têm diminuído, devido às medidas para impedi-los, como, por exemplo, o recolhimento diário de todos os carpetes que contêm ouro, nunca deixando nada de valor no

garimpo. Por tudo isso, a atividade garimpeira, em Mariana, se desenvolve em um ambiente muito discreto. Nunca se vê os garimpeiros contando vantagens de grandes achados; na verdade, quase nunca dizem o quanto estão retirando de ouro. Quando perguntados, sempre dizem uma quantidade muito menor do que realmente estão extraíndo. O garimpeiro L descreve como são os roubos na região:

Para te falar a verdade eles já me roubaram oito vezes. Depois de um tempo junto deles, os mesmo cara que trabalhavam comigo eles me roubaram, depois mais dois me roubaram neste mesmo lugar. Já chegaram a me roubar no terreiro aqui de casa 100 gramas de ouro e é tudo murado, eles tiveram que pular o muro. Agora ultimamente está difícil porque se você falar que está tirando muito ouro já fica gente de olho ainda mais nessa crise aí, se você for falar que está com 500 gramas de ouro em casa eles vem e te roubam.

Estas relações de confiança ultrapassam o ambiente de trabalho e podem ser notadas em outros setores da vida do garimpeiro. Um exemplo disto é quando, nos momentos de baixa extração, se vê obrigado a pedir crédito no comércio local, principalmente para a compra do combustível dos motores. Normalmente, os comerciantes são resistentes na concessão de crédito por insegurança quanto ao pagamento, sobretudo quando do insucesso da extração. Como a expectativa da descoberta é constante, as dívidas com combustíveis podem ficar elevadas, ampliando a insegurança dos comerciantes locais. Este receio é ainda maior em relação aos garimpeiros forasteiros, pois estes, caso não obtenham resultados satisfatórios, podem simplesmente ir embora, deixando as dívidas.

5. O MÉTIER DE GARIMPEIRO

Cê trabalhar no ouro é uma emoção muito grande, cê tá doido, coisa boa. Quando você acha o ouro então, aí nossa senhora, é coisa boa demais, demais, é uma emoção danada, não troco essa emoção do garimpo por nenhum outro trabalho.

G.V.

(pioneiro na utilização dos motores no garimpo em Mariana)

Como argumentamos, o *métier* é entendido como uma forma específica de organização e divisão do trabalho. Nele está contido um conjunto de conhecimentos e de *savoir-faire* inerentes às atividades do trabalho, conhecimentos tácitos e saberes empíricos ligados essencialmente às “manhas do ofício”. Estes conhecimentos, constituídos não só na educação formal, são responsáveis pela formação da identidade do trabalhador, evoluindo ou se modificando através do tempo.

A atividade garimpeira é desenvolvida em um ambiente natural aberto e mutável no tempo e no espaço. Cada cava, cada barranco, cada curva do rio apresenta situações distintas e em permanente transformação; tais circunstâncias ecológicas particulares impõem contínua adaptação, ajustamento e improvisação dos procedimentos rotineiros e das técnicas de extração. Toda decisão no processo de trabalho depende de uma cuidadosa avaliação das circunstâncias em questão. Ademais, os resultados da atividade são marcados por uma imprevisibilidade irredutível, apenas imperfeitamente contornada por uma razão prática que interpreta pistas proporcionadas por um ambiente complexo. A atividade faz-se acompanhar, pois, de uma série de conhecimentos tácitos, saberes empíricos incorporados à experiência e associados às circunstâncias típicas deste ambiente, que são corporificadas e representadas na *sorte*.

Neste contexto, revela-se a forte dimensão subjetiva presente na constituição desse *métier*, tanto pelo caráter eminentemente oculto do ouro como pelas incertezas do sucesso extrativo. O caráter probabilístico e a elevada contingência do empreendimento aproximam-no, em certa medida, do estado de espírito e da postura típica do *jogador*. (GOFFMAN, 1967). Como afirma o garimpeiro J sobre o processo de escolha do terreno onde se processará a extração.

o ouro também é muita sorte né. Costuma você bater o furo aí, acertar na veia e costuma você trabalhar dois três meses aí e não achar nada. Demanda muita sorte. O cara acertar uma área que tem ouro aí

Ou ainda, como afirma o mesmo garimpeiro M:

(...) a gente vai mais é no escuro mesmo, teve lugar que eu fiz 6 furos não achei nada (...) porque não dá para saber onde tá o ouro, tem que tentar, na verdade a gente cisma com aquele lugar e diz: “vou furar ali porque ali deve ter” às vezes dá sorte, eu já cismeí com um lugar e o resultado não foi bom não

A atividade garimpeira, envolvida pelo incidente, pelo imprevisto, pelo não programado, resulta em rotinas interativas, que, aliás, não estão presentes somente nela própria, mas também nos ambientes de trabalho em que o *métier* é o estruturador das relações sociais.

À contingência do ambiente natural em que se desenrola o garimpo, soma-se um contexto institucional de incertezas, de legislação confusa e de imprevisibilidade da fiscalização, que favo-

recem a constituição de um ambiente extremamente conflituoso. O garimpo foi, desde o seu surgimento, ora extremamente perseguido, ora incentivado como uma importante forma de geração de recursos, cristalizando este ambiente de incertezas que caracterizam a atividade.

Tudo isso faz com que a atividade garimpeira seja organizada provisoriamente, sem grandes investimentos em capital fixo, assemelhando-se, por exemplo, à pesca artesanal, à coleta vegetal, ou mesmo a atividades camponesas, que são sempre sensíveis às incertezas do ambiente de trabalho. Neste sentido, opõe-se radicalmente ao ambiente fechado e artificial de uma fábrica, onde todas as tarefas devem ser gerenciadas visando a uma racionalização maior das atividades do trabalhador e à maximização dos lucros.

É possível que tudo isso tenha favorecido o surgimento de um *esprit de corps*, perceptível nos atos de lealdade e de solidariedade dentro do grupo. No entanto, é a *confiança interpessoal* o elemento de maior importância na estruturação das relações sociais de trabalho. Esta importância crucial deriva-se fundamentalmente das incertezas criadas pela condição de clandestinidade do garimpo, considerado uma atividade ilegal, carente das garantias da regulamentação estatal e cujo produto é extremamente valioso. A confiança interpessoal baseada em laços prévios é a base do processo de seleção de trabalhadores e estrutura também a própria formação dos grupos, muitas vezes formados por familiares na tentativa de diminuir as contingências e conseqüentemente as possibilidades de conflitos neste ambiente de elevado risco. O fato de ser o garimpo uma atividade ilegal produz um forte sentimento de insegurança decorrente da repressão, e elimina a possibilidade de uma organização rígida, um dos fatores determinantes para

uma divisão flexível do trabalho. Este fato requer das pessoas envolvidas uma organização do trabalho muito peculiar, inclusive uma cumplicidade com a comunidade na qual estão inseridos.

Os envolvidos sentem-se participantes da mesma aposta num ambiente marcado por expectativas e incertezas. Este sentimento compartilhado ameniza as relações hierárquicas entre os trabalhadores, revelando relações de parcerias, de solidariedade nos trabalhos e de amizade fraternal dentro do grupo. Isso dá ao garimpeiro a agradável sensação de que é um trabalhador autônomo e lhe propicia um certo orgulho por não estar sob o jugo de um patrão. Todo esse conjunto de normas pactuadas nas relações de hierarquia é chamado por alguns autores, como Cleary (1990), de *lei do garimpo*, considerada a responsável pelas estruturas das relações sociais neste ambiente instável.

O conhecimento e os saberes presentes na atividade estão fortemente ligados à sua tradição; são aprendidos em anos de atividade e num ambiente de trabalho extremamente mutável, exigindo do trabalhador discrição e discernimento. A criatividade é, sem dúvida, fator preponderante e de suma importância, devido às várias e inesperadas situações que, freqüentemente, surgem no dia-a-dia do seu trabalho. As rotinas repetitivas do trabalho são algo secundário, e o que realmente sobressai é a verdadeira compreensão de suas ações em função do objetivo: a descoberta do ouro. Todo o cabedal de conhecimentos do garimpeiro passa também pelo domínio de histórias antigas do garimpo sobre as imperícias e o sucesso de outros garimpeiros, e a posse das áreas que as frentes de extração do passado ignoraram. Estes saberes, passados de pai para filho e aprendidos no cotidiano do trabalho, são chamados

jogo do rio (CLEARY, 1990), e é através de seu domínio que os garimpeiros têm suporte para lançamento de seus palpites e escolha do local onde se deve abrir uma cava.

Dentro do ambiente de contingências que caracterizam o garimpo, existem os trabalhadores reconhecidos, pela própria comunidade, como *virtuosi*. Na região de Diamantina, este trabalhador é conhecido como o *garimpeiro sabido*, isto é, aquele que parece ser “iluminado” para o garimpo. Este fato, muitas vezes, constitui razão de autoridade e posição de ascendência sobre os demais membros do grupo. Esta dimensão subjetiva também está presente na expectativa da descoberta, fortalecendo o imaginário do garimpeiro e de quem pretende sê-lo. Nele, constituindo os elementos norteadores, estão presentes o sonho de enriquecer abruptamente, o descrédito nos mecanismos de sondagem do terreno e a crença na intuição, nas lendas e mitos.

O rico histórico da atividade garimpeira é um elemento de extremo orgulho para os trabalhadores que o defendem de qualquer influência externa. O garimpeiro é extremamente avesso a rupturas nesta estrutura solidificada pela tradição. Sua aversão é expressa na resistência a elementos estranhos ao seu ambiente de trabalho, como por exemplo, os órgãos públicos. A presença destes órgãos ou mesmo a de ambientalistas que podem denunciá-los é vista com desconfiança e está associada ao poder coercitivo da Polícia Militar. Por conseguinte, tentam continuamente escapar do raio de ação da esfera governamental. Hoje, para os garimpeiros, o Estado ainda é o mesmo dos tempos coloniais, quando havia, ao menor sinal de sua presença, o ato de se esconder nas grimpas, para evitar qualquer ato de repressão que os pudesse atingir.

Com isto, pode perceber-se que o elemento preponderante e definidor do *métier* de garimpeiro é estar inserido em um ambiente de extrema contingência, seja pelas próprias características do processo extrativo, pelo caráter oculto do produto ou pela sua ilegalidade. Assim, este ambiente mutável e de incertezas é uma característica fundamental para o entendimento da estrutura do *métier* de garimpeiro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os princípios associados à atividade garimpeira, tais como “sorte”, “trabalhar no escuro”, ou mesmo o caráter totalmente aleatório do garimpo – expressões comumente associadas à garimpagem e confirmadas pelos próprios garimpeiros – na verdade, dependem de um cabedal de conhecimentos e habilidades disponível somente aos diretamente envolvidos na atividade. Ou seja, tentou-se demonstrar que o conhecimento das “manhas do ofício”, a sorte, as habilidades e o saber-fazer que compõem o *métier* de garimpeiro são uma construção social, e esta não está disponível de forma paritária a todos os envolvidos na atividade ou àqueles que pretendem se integrar a ela. É neste sentido que se pode entender a excelência de alguns garimpeiros como aquele trabalhador virtuoso (garimpeiro sabido), que se destaca no grupo como o mais hábil, ou seja, aquele que melhor navega neste ambiente de extrema contingência: o garimpo de ouro.

O que se percebe é que as mudanças que o *métier* de garimpeiro vem sofrendo ao longo do tempo estão diretamente relacionadas com todo o contexto institucional que é extremamente contingente, tanto quanto o ambiente de trabalho do garimpo. Esse contexto, ora proibindo, ora favorecendo o garimpo artesa-

nal, sempre gerou e continua gerando um gradiente de incertezas quanto ao futuro desta tradicional atividade. Por conseguinte, o garimpo se mantém na clandestinidade e ainda submetido a uma legislação confusa e com níveis de exigências para a regulamentação incompatíveis com a sua realidade. A legalização desse tipo de atividade esbarra sempre na burocracia do Estado, uma vez que os terrenos, onde são realizadas as extrações, são áreas já requeridas junto ao DNPM por grandes empresas que, ao não se interessarem pelas áreas de pequenas jazidas, abrem espaço a estes pequenos empreendimentos. No entanto, o que se percebe é que os garimpos artesanais e semimecanizados de ouro, que se estruturam em torno dos “motores de garimpo” em Minas Gerais, dão sinais claros de esgotamento. Essencialmente em função de novas exigências tecnológicas que escapam ao controle dos grupos de garimpeiros, alias como já ocorreu em outros momentos do passado.

Notas

- ¹. Segundo estimativa do DNPM (Departamento Nacional da Produção Mineral), Sumário Mineral de 2004, os garimpeiros foram responsáveis por 44% do ouro extraído no Brasil em 2003, (estima-se que o garimpo deva responder atualmente por mais de 1/5 da produção mineral brasileira, excluído o petróleo).
- ². Este artigo é parte de uma pesquisa realizada nos garimpos clandestinos de ouro da cidade de Mariana MG quando da elaboração da minha dissertação de mestrado em Extensão Rural na (UFV), que teve como objetivo investigar as relações de trabalho nesta atividade tradicional.
- ³. Esta concessão é fornecida pelo DNPM, e se trata de um processo lento e oneroso, o que desmotiva o garimpeiro a buscá-lo, e desta forma, dar o primeiro passo a sua legalização
- ⁴. Na edição brasileira, apesar da ressalva no pé de página, esta expressão é traduzida, ao meu ver, erroneamente, como “modelo da ocupação”. Preferiu-se usar a expressão modelo do “*métier*”.
- ⁵. DE SOTO, H. O mistério do capital: Porque o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo? Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ⁶. Conforme solicitação dos próprios trabalhadores, seus nomes verdadeiros foram omitidos. As letras utilizadas referem-se ao primeiro nome dos garimpeiros.
- ⁷. Expressão utilizada por MARTINS M. (1997) para denominar o virtuosismo de garimpeiros em Diamantina

BIBLIOGRAFIA

- BERGER, P. Luckmann, T. A construção social da realidade. Petrópolis, Rio de Janeiro:
- CLEARY, David. Anatomy of the Amazon gold rush. Iowa city: University of Iowa Press, 1990.
- GOFFMAN, E. Interaction Ritual: Essays in Face-to-Face Behavior. In: Interaction Ritual: Essay on face-to-face Chicago: Aldine, 1967
- MARTINS, Ana Luiza. Breve história dos garimpos de ouro no Brasil. In: ROCHA, Gerônimo. Em busca do ouro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- MARTINS, Marcos, L. Identidades sociais e ação coletiva; o caso dos garimpeiros da micro região de Diamantina. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1997. (Dissertação, Mestrado em Sociologia).
- PEREIRA, Alberto. Garimpo e fronteira Amazônica; as transformações dos anos 80. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1990. (Dissertação, Mestrado em Demografia Econômica).
- PORTES, Alejandro. The informal economy and its paradoxes. In: SMELSER, J. Neil, Swedberg, R. The Handbook of Economic Sociology. Princeton: N.Y, Princeton University Press, 1994.
- SCOTT, James. Seeing like a State: how certain schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven: Yale University Press, 1998.

STINCHCOMBE, Arthur L. Information and organizations. Oxford, University of California Press, 1990.

TILLY, Chris & TILLY, Charles. Work at Capitalism. Boulder (Co): Westuien, 1998.

TOMASI, Antônio de Pádua. Qualificação ou Competência? In: TOMASI, A. Da qualificação á competência.pensando o século XXI. Campinas: Papirus, 2004

ZARIFIAN, Philippe. Objetivo Competência; por uma nova lógica. São Paulo: Editora Atlas, 2001.



Para que(m) serve essa "história"?

Um ensaio sobre o regionalismo político norte-mineiro

LAURINDO MÉKIE PEREIRA

RESUMO

Este artigo discute o regionalismo norte-mineiro, especialmente em suas manifestações políticas. O objetivo principal é compreender e criticar a produção e difusão de uma memória histórica segundo a qual o Norte de Minas apresenta, desde os primórdios da sua história, uma formação política, econômica e social distinta do restante do Estado de Minas Gerais. Para se contrapor a essa proposição, estuda-se, neste artigo, as ações e discursos produzidos pela elite regional desde a primeira metade do século XIX, procurando mostrar a sua profunda articulação com as elites e com governo estadual e, principalmente, o constante reconhecimento das elites de Montes Claros e do Norte de Minas da sua condição de "mineiros".

Palavras-chave: História, Norte de Minas Gerais, regionalismo político

ABSTRACT

This paper discusses about the regionalism in the north of Minas Gerais, in special in its politics manifestations. The main goal is to understand and to criticize the production and the diffusion of a historic memory, in which is presented in the north of Minas, since its historical origin a political, economical and social formation distinct from the rest of Minas Gerais. To oppose to this thesis, this article studies the actions and discourses produced by the regional dominant group since the first half of the XIX century, seeking to show their deep articulation with the government of Minas Gerais, and specially, the constant reconnaissance of the dominant group of Montes Claros and of the north of Minas Gerais from their condition of their regional identity of “mineiros”.

Key words: History, North of Minas Gerais, political regionalism

O objetivo deste artigo é discutir a trajetória histórica do regionalismo político norte-mineiro, inserindo tal regionalismo em um quadro maior, que é o Estado de Minas Gerais. A estrutura do texto subverte a seqüência cronológica. Assim, aborda-se, primeiro, a mobilização e o discurso regionalista nas últimas décadas do século XX e, posteriormente, confronta-se esta primeira parte com uma reflexão acerca da história da região a partir de meados do século XIX.

Entre os truísmos mais difundidos em Minas Gerais está, seguramente, a idéia de que o Estado é um mosaico de regiões distintas, na conhecida expressão do escritor Guimarães Rosa: Minas são várias. É também usual apontar a influência de outros Estados sobre regiões mineiras, caso, por exemplo, da influência do Rio de Janeiro sobre a Zona da Mata, e da Bahia e/ou do Nordeste sobre o Norte de Minas.

No norte do Estado, especificamente, a influência baiana/nordestina é bastante aceita, divulgada e reclamada por artistas, memorialistas, professores universitários, lideranças e entidades políticas. Há dados diversos para corroborar essa assertiva: semelhanças climáticas, índices pluviométricos, índice de desenvolvimento humano (IDH) e práticas culturais similares. Entretanto, é o passado, a história da região, o principal apoio utilizado pelos sequazes dessa idéia. A discussão desse tema é longa e demandaria um esforço e espaço incompatíveis com as dimensões de um artigo. Aqui, recortamos a questão da seguinte forma: o aspecto político do problema, especificamente, baseando-nos nas fontes produzidas por entidades e lideranças político-partidárias.

Declarar a influência baiana/nordestina não é, de todo modo, incompatível com o reconhecimento da condição de mineiros. Em documentos da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE – AMAMS –, principal entidade de representação política da região, afirma-se:

O norte de Minas apresenta, em sua trajetória histórica, uma forte ligação com o Nordeste: sua ocupação, seu povoamento, as ligações inter-regionais, tudo isto aponta para uma continuidade entre ambos. (...) A marcar essa trajetória histórica está o fenômeno das secas, que periodicamente lança o homem do norte de Minas, assim como seus irmãos nordestinos, numa luta pela sobrevivência.¹

O trecho em questão é parte de um *Estudo* de 93 páginas realizado pela AMAMS, em 1993, com vistas a reivindicar do governo federal que incluísse toda a Região Mineira do Nordeste – RMNe – no “Semi-Árido”, área que, pela Constituição Federal de 1988, deveria receber recursos especiais para o combate às secas. O *Estudo* é assinado pelas mais influentes entidades empresariais e políticas de Montes Claros (principal município da RMNe) e da região, bem como por órgãos dos governos estadual e federal: Associação Comercial e Industrial de Montes Claros/ACI, AMAMS, Clube de Dirigentes Lojistas de Montes Claros/CDL, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco/CO-DEVASE, Cooperativa Agropecuária Regional do Norte de Minas/COOPAGRO, Cooperativa de Crédito do Norte de Minas/CREDINOR, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais/EMATER, Federação da Agricultura de Minas Gerais/FAEMG, Federação das Indústrias de Minas Gerais/FIEMG, Sindicato das Indústrias de Fibras Vegetais e Descarçamento de

Algodão, Sindicato Rural de Montes Claros, Sociedade Rural de Montes Claros, Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas/SUDENOR-MG e Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes.

Estudos similares a esse e mobilizações são constantes na região. Em síntese, a definição do norte de Minas como região “historicamente nordestina” e “seca”, juntamente com a reivindicação por mais recursos dos governos estadual e federal, é o coração do regionalismo norte-mineiro. Entendemos regionalismo como “a expressão política de grupos numa região, que se mobilizam em defesa de interesses específicos frente a outras regiões e ao próprio Estado. Esse é um movimento político, porém vinculado à identidade territorial”². Ainda nos servindo das reflexões de Iná de Castro, pensamos a região como algo constituído pelas “práticas sociais em um território”, que se define a partir da relação do homem com o meio e com os seus símbolos, é “a base territorial para a expressão do regionalismo”³. O regionalismo não é, *a priori*, um mal ou um bem. Conforme destacam estudiosos do tema, como Ann Markusen, Iná de Castro e Sandra Lencioni⁴, a mobilização regionalista pode ser conservadora ou progressista, pode fazer avançar projetos sociais e distributivos ou mesmo revolucionários, mas também pode frear os processos de mudança, reforçar relações e estruturas de poder. Assim, só o exame da história de cada mobilização regionalista permite compreender o seu conteúdo, suas propostas e suas motivações.

É notável que essa mobilização capitaneada pela AMA-MS, em 1993, reunia entidades especificamente norte-mineiras, mineiras e oficiais (estadual e federal). Para a presente discussão, importa descartar como as semelhanças “históricas” com o Nordeste são instrumentalizadas pelo *Estudo*, a fim de sustentar sua

reivindicação. A fraternidade com os nordestinos (“nossos irmãos nordestinos”) seria, nessas formulações, bastante antiga. Em verdade, teria começado nos primórdios da colônia.

Além de útil em ações reivindicatórias como a já mencionada, essa proposição é um dos elementos centrais de um projeto que, periodicamente, vem à tona na região. Trata-se da criação de um outro Estado reunindo o norte de Minas, os vales do Jequitinhonha e Mucuri e o sul da Bahia.

A primeira tentativa nesse sentido foi em 1967. O deputado capixaba Floriano Rubin apresentou ao Congresso Nacional o projeto Estado de Cabrália. Os grupos dirigentes regionais mobilizaram-se para defender o projeto. A diretoria da ACI de Montes Claros criou uma sociedade civil denominada União para o Desenvolvimento do Interior de Minas e da Bahia/UDEIMB, com o fim específico de “desenvolver a região” e apoiar o projeto⁵. A Câmara Municipal de Montes Claros, por sua vez, também se engajou no movimento⁶.

Fracassado em 1967–1968, o projeto foi retomado na década de 1980. Nesta segunda experiência, foi formado um comitê de mobilização, tendo à frente os economistas Expedito Mendonça e Alfredo Dolabella. Após o recolhimento de cerca de 47 mil assinaturas favoráveis ao projeto separatista, o deputado federal de Montes Claros Humberto Souto apresentou o projeto Estado de São Francisco na Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

A justificativa histórica do projeto é instrutiva para a discussão que aqui propomos. “Razões de natureza *histórica*, problemas de ordem administrativa e socioeconômica (...) e a necessidade de trazer à população regional a perspectiva de um futuro melhor são aspectos

fundamentais em que se baseia a criação do Estado de São Francisco (...)”⁷. Vamos nos ater às “razões históricas”. Diz o texto:

Pode-se dizer que o primeiro passo objetivo para a criação do Estado de São Francisco ocorreu na fase colonial do Brasil, quando D. João VI, visando a preservar a influência do domínio da Fazenda Real Portuguesa, promulgou, em 1809, o alvará de criação da Comarca de São Francisco, vinculada à Capitania de Pernambuco, que se estendia pelo Oeste da Bahia, alcançando o Norte e Nordeste de Minas (...)

Daí, as origens e vínculos históricos e culturais do Estado de São Francisco com a região Nordeste.

Em 1840, o Senado do Império aprovou Emenda Constitucional, criando o Estado de São Francisco, que visava a unificar o Território da antiga Capitania de Porto Seguro, tendo sido posteriormente vetada.

Em 1842, o grande estadista Teófilo Otoni (...) colocou-se à frente de um movimento separatista, que tinha por objetivo lutar pela autodeterminação política, econômica e administrativa do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha (...)”⁸

Na mesma linha, o professor Alfredo Dolabella Portella Filho, um dos principais intelectuais do movimento regionalista, busca as raízes do Estado de São Francisco, nas Capitanias Hereditárias, instituídas em 1534:

A Capitania de Porto Seguro se caracteriza como a primeira unidade administrativa situada entre os referidos paralelos. (...) Os ensaios para efetivar a colonização (...) não lograram

êxito (...) Igualmente não foram bem sucedidas as investidas para desenvolver a capitania, tentadas posteriormente.

(...)

O historiador Simeão Ribeiro em seu livro RAÍZES DE MINAS explana, com muita clareza, de que maneira a região do Norte de Minas, correspondente à capitania de Porto Seguro foi, inicialmente, colonizada por baianos no lado direito do Rio São Francisco e por pernambucanos, no lado esquerdo.

A Coroa Portuguesa preocupada com o contrabando e outros perigos que porventura pudessem ameaçar a grande fonte de riqueza constituída pelas minas de ouro e diamante, incumbiu o Conde de ASSUMAR (1720) de estabelecer os limites da nova capitania. Assim, a partir daquela década os baianos e pernambucanos foram afastados para, aproximadamente, as atuais divisas do Estado de Minas (PORTELA FILHO, 1998:54-55)⁹.

É notável como, nos trechos acima, há um esforço para conferir ao Estado de São Francisco uma raiz histórica profunda. A estratégia é “provar” que as regiões que pretendiam separar não eram, historicamente, pertencentes e nem se identificavam com o Estado de Minas Gerais. Mas o discurso antimineiro ficou, de fato, mais agressivo durante as discussões que se desenvolveram no Congresso Nacional, na época da tramitação do projeto. O economista Expedito Mendonça foi o responsável pela defesa do projeto no plenário da Câmara e pelas articulações em Brasília.

A iniciativa separatista enfrentou uma forte e organizada resistência dos governos de Minas Gerais – Newton Cardoso – e da Bahia – Waldir Pires. Praticamente sem o apoio das bancadas mineira e baiana, a estratégia do movimento foi apelar para os constituintes de outros Estados. Possivelmente com o apoio dos

deputados e coordenadores do movimento separatista Triângulo Mineiro, Expedito Mendonça promoveu uma agressiva campanha “antimineira” no Congresso Nacional. Exemplo disso foram os cartazes afixados por Mendonça, no Congresso, com os seguintes dizeres: “CONSTITUINTE, FAÇA UM SEGURO ANTIGOLPE VOTANDO PELA DIVISÃO DE MINAS GERAIS”. Logo abaixo desta frase, vinha um mapa de Minas dividido com uma faixa ao meio, separando o Estado em três: Minas Gerais, Triângulo e São Francisco. No interior da faixa, vinha escrito “DIVISÃO DE MINAS: UM IMPERATIVO NACIONAL”. Abaixo do mapa, os dizeres eram: “Na defesa do ESPAÇO POLÍTICO DE MINAS GERAIS NA POLÍTICA NACIONAL, nos últimos 50 anos, MG planejou, organizou e financiou 3 GOLPES DE ESTADO: 1930 - 1932 - 1964, com um saldo sinistro para o Brasil de 37 ANOS DE DITADURAS, 50 ANOS DE ATRASO TECNOLÓGICO E CULTURAL E UMA DÍVIDA ALARMANTE. Redivisão política é uma proposta de descentralização e de redemocratização do poder e conduz ao desenvolvimento”.

A reação dos mineiros foi proporcional à agressividade dos dizeres. “Deve ser coisa de paulista”, disse o deputado Carlos Mosconi (PMDB), “ou das Esquerdas”, argumentou Bonifácio de Andrade (PDS). Pimenta da Veiga, por sua vez, conseguiu, junto à mesa da Constituinte, a retirada dos cartazes que, para ele, eram “um insulto a Minas Gerais e aos seus políticos”. Irritado com a reação dos parlamentares mineiros, Expedito Mendonça recorreu ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que liberou a recolocação dos cartazes¹⁰.

O texto da Emenda Popular, certamente redigido por Mendonça, também batia forte no governo mineiro. Além de denun-

ciar as precárias condições sociais das regiões a serem separadas, reagia contra “Minas”, recorrendo à história:

Hoje, o que se pretende com a criação do Estado de São Francisco não é dividir uma área homogênea, mas unificar uma extensa região que teve suas fronteiras violadas, uma região que foi agredida, desfigurada da qual foi tirado o acesso ao mar, mas que apesar de tudo permanece una e indivisível nas suas tradições, na sua história e na sua cultura. (...)

Convém notar que antes de constituir um desmembramento, o agrupamento dessas terras na formação do Estado de São Francisco corresponde muito à reintegração de áreas anteriormente separadas por não se considerarem os fortes laços que as uniam e que prevalecem até hoje.¹¹ (Grifos nossos)

Com outros termos, mas com um estilo mais cáustico, Expedito Mendonça repetiu as mesmas idéias no discurso de defesa da Emenda Popular, no dia 01 de setembro. As idéias polêmicas divulgadas nos cartazes reapareceram na fala de Mendonça. Sem meias palavras, o economista acusou o Estado de Minas pelos golpes de 1930 e 1964 e pelo massacre dos paulistas, em 1932. “Minas Gerais é poderosa, possui extraordinário poder econômico e político, e quer conservá-lo e ampliá-lo. Mas a história mostra que os políticos mineiros, tirando honrosas exceções, como JK e Tancredo Neves, os demais são reacionários, beligerantes e golpistas”, afirmou Mendonça. Em virtude disso, o desmembramento do Estado atenderia, também, a um objetivo nacional, porque o “equilíbrio de forças é fundamental para a democracia. Para que a família brasileira venha a dormir em paz, e para prevenir novos golpes de Estado, a divisão de Minas deve ser considerada pela Assembléia Nacional Constituinte um IMPERATIVO NACIONAL”¹².

A agressividade e as circunstâncias em que tais documentos foram produzidos não podem ser desprezadas. Apesar disso, é preciso salientar que esses textos expressam e corroboram idéias já difundidas nos meios políticos e intelectuais da região. A proposição da origem baiana/nordestina é fundamentada, entre outros, no livro **Raízes de Minas**, de Simeão Ribeiro. Engenheiro, historiador, vereador e prefeito de Montes Claros, Ribeiro pertencia a uma das mais tradicionais famílias da região e exerceu grande influência nos estudos sobre a história regional. Além disso, Expedito Mendonça já defendia a separação da região desde 1972, quando defendeu sua tese de doutorado em economia, abordando esse objeto. Por sua vez, o professor Alfredo Dolabela realizava, desde o início da década de 1980, estudos acerca da “viabilidade econômica” do Estado de São Francisco¹³.

O “projeto São Francisco” também não logrou êxito, mas certamente contribuiu para difundir a idéia de que o Norte de Minas é uma região baiana, nordestina, e, numa perspectiva mais agressiva, de que o “Norte de Minas não é Minas” ou então de que é “sua colônia”¹⁴.

O projeto separatista voltou a ser discutido e proposto no ano de 2000, desta vez liderado pelo então prefeito de Montes Claros Jairo Ataíde Vieira, do Partido da Frente Liberal (PFL). Tal iniciativa, ainda não completamente abandonada, recebeu, inicialmente, o apoio das mais importantes entidades representativas dos grupos dirigentes regionais, entre elas a ACI-Montes Claros, a AMAMS e AVAMS (Associação dos Vereadores da Área Mineira da SUDENE)¹⁵. A liderança de Jairo Ataíde também foi, por si só, significativa. Ele foi a mais importante liderança dos ruralistas de Montes Claros ao longo das décadas de 1980 e 1990, sempre

representando, na política local, regional e estadual, os interesses da Sociedade e Sindicato Rural de Montes Claros e da Coopagro, cooperativa da qual foi presidente por vários anos.

A justificativa histórica desse movimento repetiu, com algumas modificações, os argumentos do movimento de 1986-1987. Para além dos movimentos separatistas, a idéia da “nordestinidade/baianidade” ou “não-mineiridade” da região é compartilhada no âmbito acadêmico.

A mais expressiva obra, nesse sentido, é a de João Batista de Almeida Costa. O autor realizou um magnífico trabalho de antropologia, tomando como campos privilegiados para a análise as cidades de Mariana e Matias Cardoso, locais-símbolos do que ele chamou de “espírito das Minas” e “espírito das Gerais”¹⁶.

Para esse autor, os habitantes do Norte de Minas, ou dos Gerais, são distintos dos mineiros. Seriam os *baianeiros*:

Em Minas Gerais, há os mineiros e os baianeiros que se distinguem por um conjunto de traços diacríticos contrastivos. Entre os diacríticos que conformam a identidade norte mineira, destacam-se o sotaque, a comida distinta da reconhecida culinária mineira por estar baseada na carne de sol e nas frutas típicas do cerrado, como o pequi, e da caatinga, como o umbu. Em termos geográficos, é uma região onde se articulam o cerrado, a caatinga e a mata atlântica, constituindo-se num espaço de transição entre essas diversas formações ambientais. Há, ainda, o destaque para a especificidade da cultura regional descrita como tradicional e apoiada nos costumes dos negros que historicamente ocuparam a região e, por último, o fenó-

tipo que para Auguste de Saint-Hilaire (1975) era distinto daquele dos mineiros, por ser a população, quase toda ela, de cor. Essa característica fenotípica é decorrente da mestiçagem entre indígenas, negros, paulistas, nordestinos e mineiros que no espaço regional criaram uma ordem social largamente diferenciada e relativamente acentrada, secularizada e resistente aos centros de poder. O sujeito norte mineiro é considerado extrovertido, comunicativo e palrador (Antônio Teixeira, 1975), orgulhoso de sua regionalidade e das características sociais e culturais que o fazem singular na interioridade da realidade social mineira.

Já os mineiros

(...) são por demais conhecidos, mas não custa lembrar que em termos fenotípicos a elite mineira se assemelha aos portugueses e o povo é descrito como alto, esguio e magro. A esse respeito, Burton (1977) nota que juntos assemelham-se à dupla Sancho Pança e Dom Quixote. Apegados às aparências externas enunciativas de opulência, na intimidade do lar cultivam a sobriedade no comer, no beber e no modo de ser ensimesmado, introvertido e pouco dado à falação. Alceu de Amoroso Lima em sua *Voz de Minas* (1945) sintetiza as características que fazem o mineiro um sujeito singular no Brasil. Para ele, o mineiro é sóbrio, homem de bom senso por ser um sujeito do meio termo, voltado para o passado, um sujeito apegado ao essencialismo, derivando daí sua moderação, seu idealismo e suas utopias. Seu *ethos* também se define pela falta de confiança em si, pelo seu cepticismo, pela indolência e sedentarismo exagerados, por sua hiper crítica, seu recalque, sua desconfiança e sua suscetibilidade. Não se deixando arrebatar nunca. (COSTA, 2003:18-19)¹⁷

A tese de Costa é extremamente rica e se diferencia/avança muito em relação aos estudos de Expedito Mendonça, Simeão Ribeiro e Alfredo Dolabela. Costa não se restringe a afirmar a influência nordestina/baiana no Norte de Minas; ele identifica uma região e uma cultura específicas, “nem paulista, nem baiana e nem mineira”, e sim “baianeira”.

No entanto, as reflexões do autor se assemelham às dos outros autores quando trata dos processos históricos do século XVIII, como as lutas entre o potentado de Manuel Nunes Viana e o governo de Conde de Assumar, bem como quando analisa os motins de 1736 (“Conjuração sanfranciscana”, nas palavras do autor). Para Costa, essas seriam lutas que evidenciavam a preferência dos “proto-norte mineiros” pela Bahia e a recusa em aceitar a jurisdição do governo de Minas Gerais¹⁸.

O pensamento de Costa também contribuiu para enriquecer o pensamento regionalista norte-mineiro e mesmo sustentar argumentos separatistas de forma direta e indireta. A forma mais direta ocorreu em uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Montes Claros, em abril de 2005, dedicada ao tema “Criação do Estado de Minas do Norte”. Nessa ocasião, João Batista de Almeida Costa expôs, sinteticamente, a sua tese da especificidade da “região baianeira”, construída desde os tempos coloniais, e daí retirou seus argumentos favoráveis à separação¹⁹. Guardadas as diferenças, mais uma vez, a história foi invocada para justificar/sustentar/legitimar projetos regionalistas-separatistas.

Acreditamos que os documentos da AMAMS, os discursos separatistas, os textos da imprensa local-regional e os escritos acadêmicos, embora nem sempre com os mesmos objetivos, construíram o que chamaremos de “ideologia da norte-mineiridade”.

O núcleo dessa concepção de mundo era o de que as regiões norte, noroeste, nordeste de Minas, os vales do Jequitinhona e Mucuri e o sul da Bahia, especialmente a chamada “botinha” da Bahia, teriam tido uma origem histórica comum, formando, desde a criação das capitanias hereditárias, em 1534, uma unidade política, econômica e administrativa – a Capitania de Porto Seguro – que, por conveniências políticas do poder central e dos governos mineiro e baiano, foi desconsiderada ao longo de mais de quatro séculos. Desde a colônia, por diversas vezes, teria sido cogitada, pensada, proposta e exigida a formação do Estado de São Francisco, recuperando as linhas gerais das fronteiras de 1534. Nessa visão, as regiões a serem separadas nunca foram mineiras, formando, desde os primórdios da colonização, uma unidade específica, nem mineira nem baiana.

Além da natureza histórica da unidade “são-franciscana” ou “baianeira”, os separatistas recorriam a argumentos “técnicos”, como a grande extensão dos territórios baiano e mineiro e a conseqüente incapacidade dos governos dos respectivos estados de concederem a devida assistência àquelas “regiões abandonadas”.

No caso específico das regiões mineiras, o movimento separatista sempre enfrentou e enfrenta uma grande resistência por parte do goveno estadual e da poderosa “mitologia da mineiridade”, segundo a qual, entre outras coisas, o Estado de Minas Gerais era indivisível e suas diferenças e capacidade de conciliação política eram uma síntese da nação e uma garantia da consevação da mesma²⁰.

No movimento de 1986-1987, especificamente, o Palácio da Liberdade mobilizou jornalistas, deputados, poetas, historiadores e artistas diversos para saírem a campo e combaterem os “separa-

tistas traidores”. Contra a “mitologia da mineiridade”, os intelectuais norte-mineiros ergueram a ideologia da “norte-mineiridade”, da “identidade são-franciscana”, ou, para alguns, a “unidade baiana” e o caráter “nordestino” do setentrão mineiro.

Evidentemente, a ideologia da “norte-mineiridade” ou da “unidade são-franciscana” está longe de obter o mesmo grau de difusão e assimilação da mitologia da mineiridade. Entretanto, no âmbito regional, ela logrou conquistar corações e mentes de grande parte da imprensa, das lideranças políticas e de pesquisadores acadêmicos, mesmo aqueles que não comungavam idéias separatistas.

Para sustentar a “unidade são-franciscana”, recorria-se à autoridade do passado. Esse, observa Hobsbawm, “tende a ser o tribunal de apelação para disputas e incertezas do presente”²¹. Segundo os intelectuais da região, o Norte de Minas era objeto de “colonização” das regiões centrais do Estado, fornecia alimentos no período colonial e, nas últimas décadas, desempenha o papel de fornecedor de matérias-primas e mão-de-obra barata para as indústrias siderúrgicas instaladas na região metropolitana de Belo Horizonte.

Assim, impunha-se libertar os “Gerais”, outra expressão utilizada para nomear a região, da exploração de(das) “Minas”. Essa seria uma demanda antiga dos baianos do sul e dos mineiros do norte, remontando às lutas de Manuel Nunes Viana contra o Conde de Assumar nas primeiras décadas do século XVIII, passando por mobilizações no período monárquico e atravessando todo o período republicano.

É notável como a ideologia da norte-mineiridade refere-se à “região”, aos “norte-mineiros”, e aos “interesses regionais” de forma homogênea, encobrendo as clivagens e conflitos de classes sociais, apresentando como universal o que é de uma classe.²²

No entanto, embora de enorme relevância, não é esse aspecto que vamos explorar aqui. O que se quer discutir é a produção de uma história, de um passado ou a invenção e preservação de uma tradição²³ “histórica” que contribui para dar corpo e sustentar essa ideologia.

Após apontarmos as linhas gerais dessa ideologia no que concerne aos seus argumentos históricos, procedemos, agora, a um confronto da mesma com as experiências históricas de mobilização regionalista na região desde meados do século XIX. Fundamentalmente, queremos investigar quando e como (e se) surge, se produz a pretensa unidade “são-franciscana”, a não-aceitação da condição de mineiros, o caráter nordestino da região. Recortamos o enfoque. Privilegia-se aqui o discurso e as ações dos grupos dirigentes locais (Montes Claros) e regionais. Semelhantemente ao que ocorreu nas últimas décadas do século XX, desde o século XIX eles se apresentam e dizem representar os “interesses da região”.

Compreendemos que as motivações principais dos conflitos do século XVIII foram de ordem fiscal e também estavam inscritas em problemáticas maiores como as disputas entre autoridades metropolitanas na colônia, caso dos atritos entre o governador das Minas e o Governador Geral sediado em Salvador²⁴. Mas, independentemente da natureza daqueles conflitos, parece-nos inteiramente artificial encontrar nos mesmos algo como “raízes” do Estado de São Francisco. Adotar tal perspectiva equivale a construir

uma grande ponte entre 1720-1736 e 1967-1987 e, por meio dela, passar por cima de toda a história.

Foi no século XIX que emergiram as primeiras articulações com vistas à criação do Estado de São Francisco. O primeiro projeto nesse sentido foi proposto no Congresso Nacional por deputados pernambucanos, em 1830. Em 1850, foi a bancada baiana que apresentou, no Congresso Nacional, um projeto similar. Assim como a iniciativa pernambucana, em 1830, essa não foi adiante²⁵.

Não encontramos, ainda, registro da discussão desses projetos no norte de Minas. Mas, em Minas Gerais, a questão das fronteiras com a Bahia realmente parecia estar em discussão. É instrutivo pesquisar e refletir como as lideranças políticas norte-mineiras participaram desses processos.

Em julho de 1836, o Presidente da Província solicitou à Câmara Municipal de Montes Claros informações acerca das fronteiras com a Bahia. A resposta dos vereadores foi a seguinte:

(...) esta Câmara informa, na parte que lhe toca, se os limites desta província e as demais do Império são susceptíveis de alteração é de parecer que se responda a s. exc. que a Câmara só é reconhecedora dos limites desta província com a da Bahia; e, nestes, não reconhece necessidade de alguma de alteração, já pelas proporcionadas distâncias, costumes e hábitos dos povos daquela, diametralmente opostos aos desta, já finalmente pelo contentamento que mostram todos estes comprovincianos de pertencerem a Minas Geraes, se conservando divididos e interdictos da maneira que se acham.²⁶ (grifos nossos)

Privilegiamos aqui o enfoque do papel dos grupos dirigentes no regionalismo político norte-mineiro. Não é objetivo nosso discutir os hábitos, as práticas e os costumes da população em geral. Apesar disso, convém notar que, além da posição política explícita dos vereadores, é clara a diferenciação que assinalam entre os “comprovincianos mineiros” e os baianos. Ainda nesse sentido, é significativo observar como os viajantes também identificavam os costumes, as vilas e as fazendas da região como próprias de Minas Gerais. Saint-Hilaire passou por Formigas (atual Montes Claros), em 1817, e diz que o arraial era tipicamente mineiro, principalmente quanto aos costumes²⁷. Já George Gardner, em sua viagem de 1836–1841, descreve o trecho entre Montes Claros e Formigas e o arraial de Bonfim (atual cidade de Bocaiúva), destacando a vegetação, as fazendas e sua infra-estrutura como características de Minas Gerais e distintas das “províncias do Norte”²⁸.

Um dos movimentos invocados como exemplo da luta pela autonomia da região é a Revolta Liberal de 1842, liderada pelo “grande estadista Teófilo Otoni”. Não se discute essa revolta aqui, apenas salientamos que as Câmaras Municipais do norte de Minas se posicionaram contra o movimento²⁹.

As discussões em torno da criação de novas províncias eram comuns no período monárquico. Como afirma John Wirth³⁰, o separatismo só foi elevado à condição de grave traição à “pátria” após a proclamação da República. De alguma forma, as lideranças políticas regionais também participavam desse debate. Richard Burton, em passagem pela região, em 1867, diz que o assunto era bastante discutido em cidades como Januária que, por sinal, se candidatava a ser capital da nova província³¹.

Em 1854, os vereadores de Diamantina lançaram um manifesto em prol da criação de uma nova província, reunindo, genericamente, o “Norte”, o “Jequitinhonha” e o Mucuri, além de porções do Sul da Bahia, Pernambuco e Goiás. O projeto foi apoiado pela Câmara de Montes Claros e chegou a ser protocolado no Congresso Nacional, mas também não logrou êxito. Interessante registrar que nas justificativas dos vereadores de Diamantina e de Montes Claros alegam-se motivos de ordem administrativa, “técnica”, para justificar a reivindicação, e não há qualquer referência às diferenças em relação a Minas Gerais ou qualquer apelo para as tradições autonomistas da região que datariam da colônia³².

O tema “Província do São Francisco” voltou à tona em 1873. O projeto foi apresentado, novamente, pela bancada baiana, contando com o apoio do Imperador. Na abertura da Assembléia Geral, em maio de 1873, a “fala do trono” recomendava, explicitamente, a criação da nova Província sob o argumento de que: “Uma nova circunscrição administrativa, que compreenda as férteis margens do rio S. Francisco, é um centro de vida e de progresso para aquela extensa e afastada zona do território nacional, até hoje privada, em grande parte, dos influxos e vantagens da civilização”³³. Esse projeto foi discutido até 1875, quando terminou arquivado³⁴. Foi quando a Província de São Francisco esteve mais próxima de se tornar realidade.

Durante as discussões do projeto no Congresso, foi realizada uma consulta às Câmaras Municipais dos municípios que fariam parte da nova Província, bem como às Assembléias Legislativas de cada Estado envolvido. O importante a destacar é que tanto a Assembléia de Minas como as Câmaras Municipais do norte de Minas se posicionaram contra o projeto. Mesmo a Câmara de

Montes Claros, que havia apoiado a proposição de Diamantina, em 1854, e a de Januária, que se candidatava a Capital, conforme relata Richard Burton, foram contrárias ao projeto³⁵.

Como é claramente perceptível em escritos do período, a grande prioridade dos grupos dirigentes norte-mineiros, àquela época, era a construção de uma ferrovia que ligasse a região às vias navegáveis do São Francisco ou do rio das Velhas. Autores como Thomaz Paranhos Montenegro e Bernardo Mata-Machado afirmam que a posição das Câmaras Municipais está estreitamente ligada à promessa/perspectiva de construção da ferrovia. De fato, quando se consultam as fontes coevas, como o *Jornal Correio do Norte* e documentos da Câmara de Montes Claros, percebe-se que a prioridade número um era a questão dos transportes. A ferrovia era vista, por sinal, como o instrumento por excelência do desenvolvimento regional³⁶.

Entretanto, a linha de ferro só chegou no século XX, sendo inaugurada em Pirapora, em 1911, em Montes Claros, no ano de 1926, e estabelecendo a ligação com a Leste Brasileiro, na Bahia, no início da década de 1950.

Assim, a grande prioridade “regional” foi lograda nos tempos da Primeira República. Nesse período, a integração das elites regionais com as elites estaduais e com o governo de Minas era extremamente forte³⁷.

Uma das mais citadas obras acerca da história da região e do município de Montes Claros foi escrita nesse período. Trata-se da *Monografia do Município de Montes Claros*, de Urbino Viana, publicada em 1916. Viana afirma que a região de Montes Claros,

nos primórdios da colonização, pertencia à Bahia. Porém, o autor, em nenhum momento, utiliza-se desse “fato” para sustentar um caráter distinto à região, ou o seu não-pertencimento a Minas Gerais. Diversamente, ao longo de toda a *Monografia*, o município e a região são apontados como parte desse “opulento e rico território que é Minas Gerais, e da qual procuraremos, na medida das nossas forças e dos recursos de ocasião, traçar a história”³⁸. É também significativo que o autor descreva a influência da cultura baiana na região, mas, sem que isso deságüe na idéia de que a cultura norte-mineira é baiana ou não mineira:

Alguns mostram a estreiteza de laços que prendem a família mineira à bahiana, da qual herdou muitos usos e costumes, conservando o fundo de caracter paulista, depois de amalgame variados. Producto de cruzamentos diversos, o mineiro é antes de tudo um sentimento aberto às manifestações do coração.³⁹

Para nós, pouco importaria averiguar a “validade” das palavras de Viana, o relevante é destacar que o seu livro expressava o pensamento também das lideranças políticas locais e regionais. O próprio livro transcreve o texto da Lei n. 268, de 3 de outubro de 1915, que dava ao presidente da Câmara Municipal o poder de nomear uma comissão para averiguar a *Monografia* e adquirir 100 exemplares da mesma para serem “distribuídos a título de propaganda”. Além disso, a *Monografia* é dedicada aos principais líderes políticos e, em especial, ao então presidente da Câmara Cel. Joaquim José da Costa.

Assim, repete-se, na Primeira República, o que já se verificara no período monárquico: as elites regionais, além de perfeitamente

integradas à política estadual, fato comum a todas as regiões, apresentavam-se e identificavam-se como “mineiras”.

A própria construção da ferrovia foi atribuída ao “grande mineiro” Francisco Sá, ministro da Viação, natural de Brejo das Almas, hoje Município de Francisco Sá⁴⁰.

Mas a festejada ferrovia foi também a forma pela qual se intensificou e multiplicou, geometricamente, um problema que atemorizava as elites regionais desde o século XIX: a questão dos retirantes nordestinos. A partir de 1926, data da inauguração da linha de ferro, Montes Claros tornou-se o ponto de passagem principal para os flagelados da seca que abandonavam o nordeste em direção a São Paulo. A “questão dos retirantes” atravessou as décadas de 1930, 1940 e 1950 como um dos temas principais da imprensa e da administração pública montes-clarenses.

Em síntese, o problema consistia no fato de que os trabalhadores aportavam em Montes Claros com suas famílias sem condições de seguirem para São Paulo. A “estadia” em Montes Claros, que, em muitos casos tornava-se definitiva, dava-se em condições subumanas. Essa “permanência” é que atormentou jornalistas e lideranças políticas e eclesiásticas da cidade. Muitos desses retirantes chegavam doentes e ficavam, definitivamente, na cidade. Em verdade, os sãos e os doentes eram tratados como “indesejáveis” pela Prefeitura, imprensa e entidades locais que exigiam dos governos estadual e federal auxílio para o transporte imediato dos retirantes em direção a São Paulo.

Especialmente pelo jornal **Gazeta do Norte**, os retirantes nordestinos recebiam um tratamento repugnante. Em 1940, o

jornal estampou, na primeira página, uma manchete que se repetiria, com palavras diferentes, mas com significados semelhantes, ao longo dos vinte anos seguintes: “O eterno problema dos flagelados. Herança indesejável que a sêca nordestina legou a cidade”. A reportagem começa fazendo concessões: “ninguém desconhece o que foi, nestes últimos dois anos a sêca tremenda que martirizou partes do norte de Minas, sul da Baía e alguns estados do nordeste, obrigando quase totalidade de sua população rural (...) abandonar suas terras (...)”. Para Montes Claros, continua o jornalista, “tem vindo vários milhares desses infelizes que, após passarem aqui muitos dias sofrendo toda sorte de privações, são mandados para outras zonas”. O problema, dizia, é que muitos deles não tinham um “tostão sequer”. “E eles são milhares”. À medida que o texto avança, o autor carrega na tinta e revela o horror que tinha dos retirantes. Segundo a matéria, enquanto não conseguiam passagem para São Paulo, os trabalhadores se “arranchavam” no antigo prédio da Escola Normal, lugar que, por causa disso, teria se transformado num “antro horrível, imundo, fétido, insuportável. Já não se pode passar nas proximidades do ‘depósito de retirantes’”. Mas o maior problema, para o autor, não era somente a desumana condição dos imigrantes, o que mais lhe incomodava era o fato de que eles saíam para pedir esmola nas ruas, e, como eram “portadores de inúmeras doenças, principalmente do terrível tracôma”, constituíam um “seríssimo perigo para a população indefesa”. Por isso, o autor apela para que o governo do Estado socorra os flagelados “que de longe vêm para esta cidade, evitando que sejam propagadas moléstias que muitos deles são portadores que constituem um perigo enorme para a população”.⁴¹

Se hoje, 60 anos depois, ficamos chocados com a forma como o autor se refere aos retirantes, naquele período, certa-

mente, esse texto não provocou nenhuma repulsa, porque no número seguinte, o jornal voltou ao assunto, usando os mesmos termos, e assim o fez até o final de sua existência, no início da década de 1960. Daí se depreende que esse era, de forma geral, o pensamento daqueles que mantinham o jornal, bem como daqueles que o liam. Também as entidades de classe como a ACI e a Sociedade Rural se ocuparam da questão, cobrando dos governos estadual e federal medidas no sentido de retirar de Montes Claros os indesejáveis nordestinos⁴².

Em 1959, os retirantes de Montes Claros foram assunto nacional. O **Jornal Binômio**, de Belo Horizonte, divulgou que haveria um “mercado de escravos em Montes Claros”, pois os jornalistas, disfarçados de fazendeiros, teriam comprado um casal de nordestinos por 4 mil cruzeiros, com recibo e garantias de saúde do mesmo.

O assunto foi objeto de análise do colunista “L. Pimenta”, no **Gazeta do Norte**. Surpreendentemente, não foi o fato em si mesmo que mais o preocupou. “Não vamos contestar a veracidade ou não do fato, diz o autor, [mas] os jornalistas deviam ter sido mais comedidos em suas apreciações”. Enquanto a “opinião pública brasileira estava estarecida” com a notícia, L. Pimenta se ocupava em “defender o nome de Montes Claros”:

O assunto de tão explorado está se transformando em sensacionalismo barato, com reflexos negativos ao bom nome de nossa cidade, que já tem fama injusta de ‘cidade cangaceira’, oriunda de acontecimentos políticos que já pertencem a um passado longínquo. (...) A Montes Claros de hoje galgou uma posição de invejável destaque no cenário político e adminis-

trativo do Brasil. (...) precisamos zelar pelo seu nome e por suas tradições. (...) Se existe “mercado de escravos” a culpa não é nossa. O progresso fez com que Montes Claros servisse de conjugação para o trânsito de caminhões em demanda do sul. (...) Tampouco vamos culpar o govêrno que (...) tem destinado verbas fabulosas para minorar o sofrimento daquela pobre gente.

Contudo, tenham esperança os nordestinos. A marcha do Brasil para o Oeste já é uma realidade (...)⁴³

O texto de L. Pimenta é paradigmático para se compreender a visão predominante em Montes Claros acerca do “problema dos retirantes”: 1º) As causas do problema eram buscadas na natureza – as secas; 2º) o que se pedia do poder público era que “socorresse” as vítimas da seca e/ou as levassem para “outro lugar”; 3º) os grupos dirigentes do município estavam integralmente afinados com o governo estadual e totalmente identificados como mineiros e se esforçavam para se apresentarem como parte de um país moderno, civilizado; daí que 5º) havia, nos discursos diversos, uma clara separação entre Montes Claros/norte de Minas e Nordeste, local do atraso, fonte daqueles retirantes “miseráveis”.

Seria uma ingenuidade pensar que a repulsa pelos retirantes se devesse apenas ao fato de serem nordestinos. O que se quer destacar aqui é que a imagem, a idéia de nordeste que se tinha na cidade, era profundamente associada à seca, à miséria, à doença e à pobreza, e os retirantes eram os seus maiores símbolos. E simbolizavam tudo o que as elites regionais fizeram um esforço imenso para não ser ou parecer.

Para nós, esse esforço das elites regionais dava-se no sentido de construir e difundir uma imagem moderna da região e, para tanto, era absolutamente necessário diferenciá-la do que, naquele momento, representava o Nordeste. Na realidade, o ato de as elites se identificarem como *mineiras*, como já discutido aqui, era uma constante e não surgiu por causa dos retirantes. Apenas ressaltamos que essa prática permaneceu e até foi reforçada naquele contexto. A alegada “fraternidade nordestina” que teria profundas raízes históricas simplesmente inexistia naquele momento.

Nos discursos das lideranças regionais, era absolutamente comum louvar as grandezas de Minas Gerais. Quando tomava posse, à frente da Associação Comercial de Montes Claros, em 1935, o seu presidente dizia: “Olhemos fitos no nosso dever pelo engrandecimento de Montes Claros e de todo o Norte de Minas, pois que só assim, teremos uma região respeitada e considerada no conceito de outras regiões do nosso grandioso Estado de Minas”⁴⁴.

Essa mesma entidade congratulou-se com o governador Benedito Valadares pela nomeação de José Antônio Saraiva como prefeito do município. Isso é ilustrativo, pois revela que o prefeito, embora não eleito, estava de acordo com os interesses da elite local. As ações desse prefeito na questão dos retirantes é também instrutiva. Entre as polêmicas que os retirantes produziram está o atrito do governo de Minas e da Prefeitura de Montes Claros com agenciadores paulistas que atuavam na região selecionando os trabalhadores mais sadios e recusando os doentes. Segundo o prefeito, os agenciadores, com “promessas mentirosas”, convenciam milhares de trabalhadores a abandonarem as fazendas, e até serviços da Prefeitura, e migrarem para São Paulo. Note-se que esses não são os retirantes nordestinos que aqui aportavam. No

texto, o prefeito José Antônio Saraiva, além de enfatizar que os trabalhadores migrantes eram “nossos”, “mineiros”, denunciava que os agenciadores procuravam “diminuir o nosso Estado e nosso Governo, dizendo que Minas nada faz pelos seus trabalhadores e que São Paulo dá tudo (...). Tenho ainda informações de que os trabalhadores mineiros são considerados doentes em S. Paulo”⁴⁵. Nesse trecho, o prefeito de Montes Claros colocava-se como um defensor dos “mineiros” contra as falsas promessas dos paulistas e o desrespeito ao Estado de Minas.

Caberia indagar aqui se, diferentemente do discurso político, na prática cotidiana, as elites regionais tinham laços com os baianos. Em verdade, como vimos, no século XIX, a desarticulação com os baianos era completa, como ficou evidente na ausência e/ou recusa dos norte-mineiros em participar dos projetos separatistas de 1830, 1850 e 1873.

Também do ponto de vista das relações econômicas, desde meados do século XIX, a economia regional reorientou seus contatos em direção ao Rio de Janeiro, diminuindo, progressivamente, as trocas com as decadentes (relativamente) províncias da Bahia e Goiás⁴⁶. A integração com Belo Horizonte e Rio de Janeiro se tornou ainda mais definitiva após a inauguração da ferrovia, nas primeiras décadas do século XX.

A desarticulação econômica e política entre norte-mineiros e baianos é também perceptível em episódios simples. No início de 1935, os criadores de gado da região estavam às voltas com o “gado em trânsito ou importado, e procedente dos municípios nordestinos que, segundo judiciosas observações é portador de males, que acarretam enormes prejuízos à economia dos invernis-

tas e fazendeiros deste município.” Em virtude disso, a Associação Comercial solicitava ao prefeito Floriano Neiva de Siqueira que fizesse gestões junto ao governo estadual, para que se instalasse um posto de inspeção e desinfecção do “gado em trânsito” para impedir a contaminação dos rebanhos locais.⁴⁷

Mais uma vez, é preciso registrar o óbvio: o problema não é que o gado é “nordestino”. O que se quer destacar é que não havia estreitas relações, parcerias econômicas ou políticas entre os grupos dirigentes locais e regionais com aqueles que, posteriormente, serão chamados “nossos irmãos nordestinos” de longa data.

Após a ascensão de Getúlio Vargas e com a suspensão das atividades parlamentares, as tradicionais lideranças praticamente saíram de cena da política estadual. Possivelmente, um dos mais “ilustres” e influentes norte-mineiros, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, tenha sido o escritor Cyro dos Anjos. Cyro dos Anjos nunca foi candidato a cargo algum. Foi um intelectual e atuou como burocrata, algo muito comum nos tempos do Estado Novo. Ocupando cargos próximos ao governador do Estado e, posteriormente, ao presidente da República, Cyro exercia grande influência na política de Montes Claros e região, sendo responsável, por exemplo, pela nomeação de Alpheu Gonçalves de Quadros para prefeito de Montes Claros em 1942⁴⁸.

A prioridade aqui é explorar o Cyro dos Anjos burocrata e político, não a sua literatura. Porém, uma breve observação sobre seu livro de memórias é útil para a problemática que investigamos. Percorrer as páginas de **A menina do sobrado** é um deleite. É uma viagem à cidade de Montes Claros do início do século XX, cognominada Santana pelo autor. Ao longo de todo o livro, o autor

identifica-se como *mineiro*, como alguém formado nas tradições de Minas. E não se trata de algo que ele tenha “adquirido” após se mudar para Belo Horizonte. Inversamente, em certa passagem, o autor diz que ele e seus colegas montes-clarenses se sentiam meio incompatíveis com a capital, pois esta era ainda muito “jovem”, ainda não conhecia, não se coadunava inteiramente com as velhas tradições de Minas Gerais: “Belo Horizonte ainda não era Minas”; em outros termos: não aceitava os hábitos mineiros como fazer serenatas: “[montes-clarenses] amávamos, no bardo de Mariana, a mística, o lirismo e a mineiridade”⁴⁹.

Ao longo de todo o livro, não há sequer uma referência especial ou algo qualquer que revelasse uma predileção pelas tradições baianas/nordestinas (sem entrar no mérito do que isso significa), nada que insinue uma “identidade baianeira”. Pelo contrário, a infância e “adolescência” do autor são narradas como os tempos em que “Várzea da Palma” era o objeto de desejo e fascínio. Explica-se. Durante muitos anos, a estação ferroviária mais próxima a Montes Claros foi a de Várzea da Palma. A ferrovia era o maior sonho dos montes-clarenses e era vista como o símbolo do progresso e da redenção regional. Era ali o local onde se conectava com Belo Horizonte, com a “civilização”, com o “mundo”. De certa forma, pode-se depreender das memórias de Cyro dos Anjos que ele, quando menino, viveu sempre voltado para o “sul” e, evidentemente, de costas para o norte. Por sinal, ele faz uma descrição pavorosa da sua experiência em conhecer a “Jaíba”, terras situadas ao norte da microrregião de Montes Claros. Foi a única vez que o menino Cyro viajou no sentido inverso ao de “Várzea da Palma”. Essa “expedição” durou algumas semanas e foi um martírio para ele. Segundo o autor, aquela “região do norte” era ignota, onde imperava os bichos, a natureza, as doenças, e até os animais do-

mesticados tinham medo da natureza bruta. Ele foi até a fronteira da Bahia, de onde retornou. O autor diz que se contaminou nesse seu “exílio” e se arrependeu da viagem⁵⁰⁵¹.

Assim, jornais do século XIX (**Correio do Sertão**), lideranças políticas, escritores, jornalistas e entidades locais e regionais convergiam para o reconhecimento (espontâneo, porque essa problemática é do final do século XX) da sua condição de mineiros. Não encontramos também qualquer apelo para as tradições nordestinas da região. Nem mesmo no documento separatista de 1854 isto está presente.

Os grupos dirigentes enfatizavam a região como *mineira*, desenvolvida e moderna. A presença de JK na presidência da República certamente contribuiu para reforçar esse discurso. Mais do que nunca, a imagem de Minas estaria associada à da modernidade, do progresso e do desenvolvimento, expressões sempre reclamadas para caracterizar o Norte de Minas.

Por sinal, a produção e a disseminação do discurso que exaltava a cidade de Montes Claros como uma “metrópole sertaneja”, moderna, com “foros de gente civilizada”, foram constantes nas décadas de 1940 e 1950 e atingiram o seu auge em 1957, quando foi realizada uma semana de festividades na cidade em comemoração ao primeiro centenário da mesma. Enquanto equipes de trabalho organizavam a festa do centenário, as lideranças empresariais e políticas do município e da região mobilizaram-se junto aos governos estadual e federal no sentido de carrear recursos públicos para obras na área de transporte, energia e apoio em projetos como o da industrialização da carne bovina na própria região⁵².

Acreditamos que as comemorações do centenário, em 1957, com a presença de autoridades estaduais, como o Governador Bias Fortes, e nacionais, como o Presidente Juscelino Kubistcheck, e a criação da SUDENE, são marcos que, de certa forma, parecem demarcar a história do regionalismo político norte-mineiro.

As principais reivindicações dos grupos dirigentes regionais não foram atendidas nos anos 1940 e 1950. As perspectivas abertas pela SUDENE parecem ter contribuído, fundamentalmente, para redirecionar o discurso regionalista. Daí em diante, “ser nordeste” tornou-se muito útil, importante, “produtivo”.

A transformação no/do discurso regionalista é um processo amplo. Não o discutiremos aqui. Apenas citamos, a título de exemplo, o então prefeito de Montes Claros, Simeão Ribeiro, em 1962, quando aborda o problema das secas:

Temos lutado muito para que o Congresso Nacional reconheça a área mineira da seca perfeitamente identificada como área nordestina (...). Desejamos os salutares efeitos de isenções fiscais e outros favores reconhecidos pela Lei que instituiu a SUDENE, mas que, inexplicavelmente, afastou do Polígono das Secas extensa área do território mineiro.

(...) estamos numa região de alto índice de subdesenvolvimento, equiparando-se às mais assoladas do nordeste brasileiro. O rendimento per-capita é baixíssimo. Até pouco tempo, nos próprios mapas do Estado de Minas, lia-se a legenda sombria que ficava sobre nossa região: – região semiárida e deserta. Hoje, talvez por vaidade, tiraram a legenda dos mapas, mas não tiraram o sofrimento de meu povo, seu viver ilhado, sem estradas, sem saúde pública, sem energia e ao desamparo...⁵³
(Grifos nossos)

Esses argumentos foram repetidos pelas lideranças e jornais à exaustão, no começo dos anos 1960, e, como vimos no início deste artigo, estão presentes nos dias de hoje. Significativamente, Simão Ribeiro é também o autor de **Raízes de Minas** (1ª edição de 1979), obra-referência dos movimentos separatistas que sustentam a origem baiana/nordestina do Norte de Minas.

Pensamos que a “fraternidade nordestina” se inicia, no discurso, a partir de 1960. Ela é recente, não possui aquela pretensa existência secular. Aliás, como salienta Durval de Albuquerque, falar em Nordeste antes de 1910/1920 é anacronismo puro. Mesmo a Bahia, conforme o autor, só foi “nordestinizada” a partir das obras de Jorge Amado, nos anos 1930/1940⁵⁴.

Quando são examinadas as ações e discursos das lideranças políticas regionais, ao longo da história, como quisemos indicar aqui, os registros não autorizam a proposição da antiguidade da nossa “condição de nordestinos/baianos”. Mesmo a idéia de uma recusa em sermos mineiros e a existência de uma “cultura baianeira” secular são bastante discutíveis.

Nossa hipótese é a de que o Norte de Minas foi “nordestinizado” por obra de lideranças políticas e empresariais, por memorialistas, jornalistas e pesquisadores universitários nesses últimos 40 anos. Logicamente, nem todos desempenharam esse papel de forma deliberada. A história não é tão simples e nem tão racional assim. Pensamos em um processo histórico complexo, em que um fluxo contínuo de informações e relações foram moldando valores, idéias e costumes.

A discussão dessa problemática *da e na* região está apenas começando. O propósito desse artigo é participar do debate. Pro-

curamos aqui refletir acerca da ideologia da “norte-mineiridade”. Pensamos que o mais importante no estudo dessa questão é a produção e divulgação de uma memória histórica que se adapta perfeitamente aos objetivos dessa ideologia. Por isso, ao concluirmos, retomamos a questão abordada no título: Para que(m) serve essa “história”? Não foi objetivo deste texto analisar os projetos sociais e políticos do regionalismo norte-mineiro, nem os detalhes das suas iniciativas separatistas. Pretendemos apenas apontar a formatação e instrumentalização da história regional, ou melhor, de uma história regional. Esperamos que a questão-título seja um mote para reflexão. Este artigo não a responde diretamente, mas é proposto como um passo nessa direção.

Notas

- ¹ AMAMS. A região mineira do nordeste e o semi-árido. Montes Claros, novembro de 1993, p. 5 (mimeo).
- ² CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria Frota; NABUCO, Maria Regina (Orgs.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 164-165.
- ³ CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. Op. Cit.
- ⁴ MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e debates**. São Paulo: Cortez, 1991, Ano 1, n. 2, p. 61-99, LENÇIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003 e CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. Op. Cit.
- ⁵ MINAS GERAIS. **Diário Oficial**, 14 maio 1968, p. 26. UDEIMB. **Estatutos**. 31-01-1968.
- ⁶ MONTES CLAROS. Câmara Municipal. 17-01-1968. Arquivo da Administração Pública de Montes Claros / Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes – APMC-DPDOR
- ⁷ BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. Emenda 2B0022-8, p.1-2.
- ⁸ BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. Emenda 2B0022-8, p.2-3.
- ⁹ PORTELA FILHO. **Por que o Estado de São Francisco I**. Montes Claros, 1998, p. 54-56.

- ¹⁰ “Estado de S. Francisco movimentou o Congresso”. **Diário de Montes Claros**. Montes Claros, 14 out. 1987 e 16 out. 1987.
- ¹¹ BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Emendas Populares**, vol 2. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1987, p. 86-87.
- ¹² MENDONÇA. Movimento do Estado de São Francisco. Defesa da Emenda de Criação do Estado de São Francisco, p. 14-15.
- ¹³ Cf. PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Montes Claros, 1979, MENDONÇA, Expedito. **O Estado de São Francisco: solução para as crises que afligem a região**, paginação ilegível. 1972. Tese (Doutorado em economia) – Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 1972, PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco I**. Montes Claros, 1998, PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco II**. Montes Claros, 2001, PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco III**. Montes Claros. 2001.
- ¹⁴ A idéia de que o norte de Minas é colônia do restante do Estado aparece, por exemplo, nos escritos de IMA, João Antônio de Barros. **O Estado de São Francisco: 400 anos de colônia**. s.n.t.
- ¹⁵ VELOSO, Dirceu. **Coletânea de informações novo Estado**. Montes Claros, 2001.
- ¹⁶ COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianeiros: englobamento, exclusão e resistência**. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.
- ¹⁷ COSTA, João Batista de Almeida. Op. Cit. p. 18-19.
- ¹⁸ COSTA, João Batista de Almeida. Op. Cit, p. 45-51.
- ¹⁹ Fita VHS da Audiência Pública “Criação do Estado de Minas do Norte” realizada na Câmara Municipal de Montes Claros no dia 28 de abril de 2005.
- ²⁰ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1999 e DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. **Ciências Sociais Hoje**

- (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia) e ANPOCS. São Paulo: Cortez, 1984.
- ²¹ HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 23.
- ²² CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1982.
- ²³ Acerca da invenção das tradições, cf. HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; acerca do caráter seletivo das tradições, cf. WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 118-123.
- ²⁴ Cf. ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco**. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983 e CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de Mineiros**. “De como meter as minas numa moenda e beberlhe o caldo dourado”. 1693-1737. 2002. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ²⁵ MONTENEGRO, Thomaz G. Paranhos. **A província e a navegação do Rio São Francisco**. Bahia: Imprensa Econômica, 1875, p. 20-22 e MATA-MACHADO, Bernardo. **História do sertão noroeste de Minas Gerais: 1690-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- ²⁶ Câmara Municipal de Montes Claros e Formigas. Reunião de 23 de julho de 1836. Apud VIANNA, Urbino de Souza. **Monographia do Município de Montes Claros: Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916, p. 65.
- ²⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste – *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. Apud PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Montes Claros: Pongetti, 1979, p. 13-14.
- ²⁸ Cf. GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da USP, 1975, p. 196, 201-203.

- ²⁹ MINAS GERAIS. Correspondência enviada à Câmara de Montes Claros e Formigas, 15-06-1842. APMC-DPDOR, VILA RISONHA DE SÃO ROMÃO. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros e Formigas, 17-12-1842. APMC-DPDOR, MINAS GERAIS. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros e Formigas, 07-11-1842. APMC-DPDOR e MENDES. “**Entrando na ordem do dia**”: a administração pública em Rio Pardo de Minas no século XIX, p.32.
- ³⁰ WIRTH. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira – 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ³¹ BURTON, Richard. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da USP, 1977, p. 188-189.
- ³² DIAMANTINA. Correspondência dirigida à Câmara de Montes Claros e Formigas. 17-01-1854, p. 1. APMC-DPDOR, MONTES CLAROS. Representação à Assembléia Geral. 07-04-1854, p. 5, APMC-DPDOR e MINAS GERAIS. Correspondência à Câmara de Montes Claros e Formigas. 10-06-1854, APMC-DPDOR.
- ³³ BRASIL. **Falas do Trono**. Brasília: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1977, p. 416.
- ³⁴ BRASIL. Anais do Senado - 1873. Vol. 4. Disponível em www.senado.gov.br
- ³⁵ Cf. MONTENEGRO, Thomaz G. Paranhos. **A província e a navegação do Rio São Francisco**. Bahia: Imprensa Econômica, 1875, p. , p. 2-5, 32, 44 e MATA-MACHADO, Bernardo. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**: 1690-1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- ³⁶ Cf., por exemplo, as edições de 16 mar. 1884, 03 nov. 1889, 10 nov. 1889, 24 nov. 1889 e 10 dez. 1889 do **Correio do Norte**. Montes Claros. Cf., também, BRASIL. Superintendência da Estrada de Ferro Bahia e Minas. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros, 19-03-1883, p. 1-2. APMC-DPDOR.
- ³⁷ A respeito, cf. WIRTH. **O fiel da balança**, op. Cit., PORTO. **Paternalismo, poder privado e violência**: o campo político norte-mineiro durante

- a Primeira República. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- ³⁸ VIANA, Urbino. Op. Cit. A identificação de Montes Claros como Minas aparece em toda a monografia, especialmente nas páginas 24, 36, 40, 65, 103, 108, 118, 151, 159, 243, 283 e 313.
- ³⁹ VIANA, Urbino. Op. Cit., p. 313.
- ⁴⁰ PORTO, César Henrique de Queiroz. Op. Cit.
- ⁴¹ O eterno problema dos flagelados. Herança indesejável que a sêca nordestina legou a cidade. **Gazeta do Norte**. Montes Claros, 06 jan. 1940, p. 1 e 4.
- ⁴² ACI. Posto de seleção de imigrantes em nossa cidade. **Gazeta do Norte**. Montes Claros, 26 ago. 1951, p. 1 e PIMENTA, João Antônio. “Contra os interesses da região norte-mineira, a instalação do posto de seleção de emigrantes em Montes Claros”. **O Jornal de Montes Claros**. Montes Claros, 01 set. 1951, p.1 e 4.
- ⁴³ PIMENTA, L. Mercado de escravos. **Gazeta do Norte**. Montes Claros, 15 mar. 1959, p. 1.
- ⁴⁴ DAVID, Zoraide Guerra. **Historiando o progresso**. Montes Claros: ACI, 2003, p. 20.
- ⁴⁵ MONTES CLAROS. Correspondência dirigida ao governo de Minas Gerais/Secretaria do Interior. 08-10-1935. APMC-DPDOR.
- ⁴⁶ BOTELHO. **Famílias e escravarias**: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- ⁴⁷ MONTES CLAROS. Correspondência dirigida à Associação Comercial de Montes Claros. 02-01-1935. APMC-DPDOR.
- ⁴⁸ PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Montes Claros: Pongetti, 1979, p.161.
- ⁴⁹ ANJOS, Cyro dos. **A menina do sobrado**. Brasília/Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1979, p. 272.

- ⁵¹ ANJOS, Cyro dos. Op. cit., p .185-187.
- ⁵² PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor**. Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Unimontes, 2002.
- ⁵³ PIRES, Simeão Ribeiro. Um sertanejo de lutas. **Montes Claros em Foco**. Montes Claros, nov./dez., 1962, n. 21, p. 16-17.
- ⁵⁴ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, São Paulo: Cortez, 1999.

FONTES

- A) Arquivo da Administração Pública de Montes Claros/Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes – APMC-DPDOR.
- BRASIL. Superintendência da Estrada de Ferro Bahia e Minas. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros, 19-03-1883. APMC-DPDOR.
- DIAMANTINA. Correspondência dirigida à Câmara de Montes Claros e Formigas. 17-01-1854. APMC-DPDOR.
- MINAS GERAIS. Correspondência à Câmara de Montes Claros e Formigas. 10-06-1854, APMC-DPDOR.
- MINAS GERAIS. Correspondência enviada à Câmara de Montes Claros e Formigas, 15-06-1842. APMC-DPDOR.
- MINAS GERAIS. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros e Formigas, 07-11-1842. APMC-DPDOR.
- MONTES CLAROS. Representação à Assembléia Geral. 07-04-1854, p. 5, APMC-DPDOR.
- MONTES CLAROS. Correspondência dirigida ao governo de Minas Gerais/Secretaria do Interior. 08-10-1935. APMC-DPDOR.
- MONTES CLAROS. Câmara Municipal. 17-01-1968. Arquivo Administração Pública de Montes Claros/Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes.

VILA RISONHA DE SÃO ROMÃO. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros e Formigas, 17-12-1842. APMC-DPDOR.

B) Memorialistas e viajantes

ANJOS, Cyro dos. **A menina do sobrado**. Brasília/Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1979.

BURTON, Richard. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da USP, 1977.

DAVID, Zoraide Guerra. **Historiando o progresso**. Montes Claros: ACI, 2003.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da USP, 1975.

LIMA, João Antônio de Barros. **O Estado de São Francisco: 400 anos de colônia**. s.n.t.

MONTENEGRO, Thomaz G. Paranhos. **A província e a navegação do rio São Francisco**. Bahia: Imprensa Econômica, 1875.

PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Montes Claros: Pongetti, 1979.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Montes Claros, 1979.

PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco I**. Montes Claros, 1998.

PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco II**. Montes Claros, 2001.

PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco III**. Montes Claros. 2001.

VIANNA, Urbino de Souza. **Monographia do Município de Montes Claros: Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.

C) Documentos diversos

AMAMS. **A região mineira do nordeste e o semi-árido**. Montes Claros, novembro de 1993, p. 5 (mimeo).

BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. Emenda 2B0022-8.

BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Emendas Populares**, vol 2. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1987.

BRASIL. **Falas do Trono**. Brasília: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1977.

BRASIL. Anais do Senado - 1873. Vol.4. Disponível em www.senado.gov.br
Fita VHS da Audiência Pública “Criação do Estado de Minas do Norte” realizada na Câmara Municipal de Montes Claros no dia 28 de abril de 2005.

MENDONÇA. Movimento do Estado de São Francisco. Defesa da Emenda de Criação do Estado de São Francisco.

MINAS GERAIS. **Diário Oficial**, 14 maio 1968.

UDEIMB. **Estatutos**. 31-01-1968.

VELOSO, Dirceu. **Coletânea de informações novo Estado**. Montes Claros, 2001.

D) Jornais

Correio do Norte. Montes Claros, 16 mar. 1884, 03 nov. 1889, 10 nov. 1889, 24 nov. 1889 e 10 dez. 1889.

Diário de Montes Claros. Montes Claros, 14 out. 1987 e 16 out. 1987.

Gazeta do Norte. Montes Claros, 26 ago. 1951.

O Jornal de Montes Claros. Montes Claros, 01 set. 1951.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, São Paulo: Cortez, 1999.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A sedição de 1736**: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BOTELHO, Tarcisio. **Famílias e escravarias**: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de Mineiros**. “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”. 1693-1737. 2002. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria Frota; NABUCO, Maria Regina (Orgs.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 164-165.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1982.
- COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência**. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

- DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. **Ciências Sociais Hoje** (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia) e ANPOCS. São Paulo: Cortez, 1984.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003 .
- MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e debates**. São Paulo: Cortez, 1991, Ano 1, n. 2, p. 61-99.
- MATA-MACHADO, Bernardo. **História do sertão noroeste de Minas Gerais: 1690-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- MENDES, Ednalva Gonsalves. **“Entrando na ordem do dia”**: a administração pública em Rio Pardo de Minas no século XIX. 2004. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2004.
- MENDONÇA, Expedito. **O Estado de São Francisco**: solução para as crises que afligem a região, paginação ilegível. 1972. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 1972.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor**. Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Unimontes, 2002.
- PORTO. **Paternalismo, poder privado e violência**: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- WIRTH. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira – 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Igreja, Estado e Região:

O MEB e as Imagens do Nordeste.

CLAUDIA SOUZA

RESUMO

O artigo trata das representações elaboradas pelo Movimento de Educação de Base acerca da região nordeste na década de 1960. Para o MEB, organismo vinculado diretamente à CNBB, o território abarcado pelo nordeste, norte e centro-oeste do país caracterizava-se pelo subdesenvolvimento e por um conjunto de ausências materiais e culturais que tornavam prementes as ações de intervenção direta na região com intuitos de promoção econômica e cultural. O MEB e sua concepção de região nos revelou um pensamento dual da Igreja Católica pautado no conceito de “dois Brasis” que ratificava um projeto modernizador homogeneizante de atualização histórica dos territórios sob a ótica do sudeste e de suas classes dominantes. Assim, o nordeste foi representado como território da miséria social, do analfabetismo, da mortalidade infantil, da ausência de tecnologias, etc. Como representação homogênea, esta imagem da região limitou a visualização, pelo MEB e seus agente, das potencialidades humanas e materiais do território, além de mascarar os conflitos latentes daquela sociedade, ligados ao domínio da terra e ao poder político das classes dominantes.

Palavras-chave: Educação rural; Região; Analfabetismo; MEB

ABSTRACT

This essay explore the representations created for MEB about the north-east region in Brazil in there 1960. To the MEB and the CNBB the north-east territory and the north territory and the midde-west, was chacterized by a collection of material and cultural absences that making necessary the economic and cultural promocion of the regions. The MEB and Catolical Churchs had na idea “tow Brazils”, that affirmed the modernization projects, about the control of the south-east and yours dominant class. The north-east was represented how territory of social misery. This a image obstructed the MEB of to see the potential human and material of the territory and oculted the class conflicts.

Key Words: Rural Education; Region; Illiteracy; Basic education movement.

O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

O que viemos a conhecer por MEB trata-se de um movimento de educação de base, instituído oficialmente em 1961, e a partir de ações, e, mediante acordos entre a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB e o Governo Federal, permitiu a criação e o funcionamento de uma rede escolar radiofônica em diferentes áreas do território brasileiro.

A inspiração para a criação do movimento nasceu do sucesso das experiências iniciadas desde 28 de setembro de 1958, em que dom Eugênio Sales, quando bispo auxiliar de Natal, tendo tomado contato com um movimento de escolas radiofônicas para comunidades indígenas de nome “*Acción Cultural Popular*” em Sustatenza, na Colômbia, resolveu transplantar as experiências para áreas rurais brasileiras, a partir da ação do Serviço Social Rural-SAR da diocese de Natal¹.

A iniciativa de dom Eugênio foi seguida por outros preladados, e, ainda em 1958, as experiências migraram para Crato, no Ceará, Penedo, em Alagoas e Aracaju, em Sergipe, formando uma verdadeira rede escolar radiofônica que tinha como objetivo o desenvolvimento de comunidades agrícolas. Não se tratava, ainda, do Movimento de Educação de Base-MEB, mas sim, de suas experiências inspiradoras.

Quando eleito presidente em 1961, Jânio Quadros, que em sua campanha eleitoral conheceu o projeto de Dom Eugênio, manteve uma série de encontros com membros do episcopado brasileiro – representantes da CNBB – com vistas a efetivar a criação de um projeto educacional de âmbito nacional, através

de escolas radiofônicas. A experiência adquirida e os resultados apresentados pelas escolas radiofônicas do Nordeste, a aceitação da oferta da CNBB, que colocou à disposição do Governo Federal sua rede de emissoras católicas e os conhecimentos construídos a partir das experiências com a educação de radiodifusão fizeram com que o poder Executivo firmasse acordo com o Episcopado, e criou um programa de educação de base através de escolas em áreas prioritárias do país, o MEB.

O decreto de criação do Movimento de Educação de Base (nº 50.370 de 21 de março de 1961) estabeleceu uma ação conjunta entre Governo Federal e a CNBB, através da qual o governo prestigiaria o MEB com recursos financeiros, ficando a CNBB responsável pela execução de um plano de instalação e gerenciamento do projeto. Este decreto regeu o funcionamento do MEB durante os cinco primeiros anos de sua existência de 1961 a 1965.

SOBRE AS RAZÕES DO MEB

As 'razões do MEB' deitam suas raízes no pensamento e prática da Igreja Católica diante da situação do Brasil agrário, das lutas camponesas e dos embates entre os diferentes projetos modernizadores que envolveram o início da década de 1960.

O MEB apresentou abertamente à sociedade civil um conjunto de motivos que orientaram a ação do Episcopado junto ao homem do campo e as regiões pobres do meio rural brasileiro, declarando suas linhas de pensamento e o conjunto de intenções a serem alcançadas através do projeto educacional.

Na fala de seu presidente, dom José Vicente Távora, o MEB declarou sua intencionalidade em difundir, por todo o território brasileiro, os novos aspectos da questão social propostos pela Igreja internacional sob os esforços do papado de João XXIII. Declararam os bispos, em um documento oficial do Episcopado, que foi divulgado no MEB como documento de orientação, datado de 1963, e intitulado “Mensagem da Comissão Central da CNBB”, que: a partir da publicação da encíclica *Pacem in Terris* a atenção do episcopado deveria voltar-se para o social, com principal ação no meio rural subdesenvolvido brasileiro e suas exigências prementes de transformação no âmbito social, político e econômico².

As escolas radiofônicas do MEB, sob esta orientação, deveriam ser utilizadas como instrumentos para a divulgação/implantação de uma pauta de ações programadas para a integração das “*regiões subdesenvolvidas*” ao ritmo do desenvolvimento nacional, visando uma ampla transformação das estruturas nacionais necessitadas de revisões e reformas: a reforma agrária, a reforma da empresa, a reforma tributária, bem como as reformas administrativa, eleitoral e educacional³.

MEB E A QUESTÃO REGIONAL

A maneira como o MEB representou as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste surgiu incisivamente no discurso do Movimento como justificativa para a ação cultural, diante da necessidade de intervenção sobre um conjunto de ausências, que, segundo o MEB, o homem rural e as regiões pobres do território nacional apresentavam – alfabetismo, escolaridade, saúde, organização racional da produção, representação política, dentre outras. Caracterizando as áreas de atuação do MEB, um documento da CNBB divulgou:

O mundo em que trabalha o MEB, isto é, o norte, centro-oeste, nordeste e Minas Gerais têm características de região com zonas absolutas de subdesenvolvimento, e até, primitivas. Nessas regiões a agricultura é atrasada, a indústria apenas começa a crescer, e o povo dá sinais evidentes de insatisfação, por motivos econômicos e sociais e por receber, em certos recantos mais primitivos do país, um tratamento feudal.⁴

Em seu decreto de criação, o MEB foi definido como um programa de educação de base, voltado especificamente para as “áreas de subdesenvolvimento” brasileiro. Concebido como um projeto de ação cultural da Igreja Católica e do Ministério da Educação e Cultura, o MEB estabeleceu em seus *princípios* a atuação em espaços sociais demarcados pelo atraso econômico em busca da transformação da realidade das *regiões empobrecidas e de economia frágil*.

Na concepção do MEB, o Brasil como país subdesenvolvido abarcava duas realidades opostas: o Brasil em processo de desenvolvimento *versus* o Brasil pobre e atrasado. A concepção dos “*dois brasis*” dividia regionalmente o território entre Sul *em desenvolvimento* e Norte atrasado:

Considerando-se no seu todo, o Brasil é um país subdesenvolvido. Analisando-se por estados, porém encontramos dois brasis: o sul, em vias de desenvolvimento, e, o norte, centro-oeste e grande nordeste que apresentam ao desenvolvimento conjunto do país uma grande reserva de marginais, subdesenvolvidos, subalimentados, analfabetos, elevado índice de mortalidade infantil, baixa renda per capita, baixo padrão de vida e grande parte da população, sobretudo rural, vivendo ainda em regime patriarcal.⁵

Com a exceção dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, a parte sul do estado de Minas Gerais e os estados da atual região Sul, todo o restante do território nacional foi visto como espaço de pobreza material e de potencialidade de conflitos sociais. Tais questões demarcavam a urgência de intervenção institucional no sentido da integração à vida nacional. Claramente, na concepção do MEB, pudemos perceber a idéia de construção de um espaço homogêneo nacional sobre um espaço desigual demarcado por representações acerca da ignorância de sua população, do analfabetismo, ruralismo, pobreza e miséria social.

O Norte, o Centro-Oeste e o “grande Nordeste” agrupavam segundo o Movimento, um conjunto de incorreções e injustiças do sistema capitalista. Este cenário revelava aos cristãos a necessidade de intervenção imediata sobre a realidade vivida, no sentido de evitar os fascínios do progresso e do lucro, bem como de combater as ideologias totalizadoras e anticristãs.

O MEB posicionava-se pela intervenção no território de forma a contrabalançar a ideologia do lucro, que poderia, por vezes, exacerbar-se no capitalismo. Mas ao mesmo tempo combater-se-iam as ideologias materialistas, marxistas, que, segundo a leitura do catolicismo oficial, como ideologias “anti-humanas”, atentavam contra os direitos fundamentais da pessoa.

Nas preocupações dos membros da Igreja Católica, o desenvolvimento econômico ocupou a cena principal, e o pensamento de que o Brasil encontrava-se preso a um estágio de subdesenvolvimento informou fortemente as ações do MEB. Este interpretou a realidade brasileira influenciado pelas idéias reinantes em uma conjuntura em que a nação, levada a repensar-se, deparava-se com uma multiplicidade de projetos modernizadores movimentados por diferentes matrizes de pensamento⁶.

Para o MEB, o subdesenvolvimento brasileiro se materializava em determinados espaços, que, marginalizados, se desarticulavam do todo social. A região, tomada como subdesenvolvida, foi conceituada como corpo estranho à Nação, fazendo-se necessários esforços de integração econômica e social, além da construção de princípios culturais e valores morais que articulassem o espaço subdesenvolvido com o espaço nacional “em vias de desenvolvimento”.

Desta forma, um projeto de cunho nacional deveria articular o todo e suas partes, o que levou a CNBB a apontar um conjunto de reformas com intuito de corrigir os desvios e problemas regionais de ordem social, política, cultural e econômica.

Em um documento de outubro de 1961 intitulado “A Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro”, assinado pelo Cardeal do Rio de Janeiro, dom Jaime Câmara (presidente da CNBB) e arcebispos e cardeais de São Paulo, Bahia, Maranhão e Goiânia, e veiculado no MEB, refletiu-se sobre a questão agrária e a problemática rural do Nordeste brasileiro. Nestas reflexões a ação direta da igreja nas questões “terrenas” deveria ser assumida pelos católicos, apoiados na Encíclica *Mater et Magistra* do papado de João XXIII. O documento citado se inspirou no capítulo da encíclica que tratava do meio rural, e, sob esta inspiração, elaborou uma agenda programática para o campo, particularmente para a área rural nordestina, que, segundo a leitura da CNBB, reunia os fatores que produziam e alimentavam o subdesenvolvimento no Brasil: miséria social, elevado índice de analfabetismo, baixa escolarização, precárias condições de higiene, etc.

Como proposta o documento apontou a necessidade vital para a agricultura nordestina em inserir-se no ritmo do desenvolvimento nacional. Para isto, este setor deveria passar por um conjunto de reestruturações que promovessem a modernização agrária pautada pela:

- transferência de tecnologias ao campo;
- pela reforma dos regimes fiscais concedendo-se créditos e taxas financeiras compatíveis à economia rural;
- pela implantação de serviços essenciais na zona rural como sistemas modernos de transporte de mercadorias, serviço de comunicação, saúde pública, educação;
- pelo desenvolvimento de indústrias de transformação na zona rural;
- e, finalmente, pela modernização estrutural e política dos estabelecimentos rurais, que, na proposição do documento significava o incentivo à reforma agrária brasileira. Este incentivo se daria visando à instalação de empresas familiares agrícolas baseadas em pequenas propriedades, além do estabelecimento de redes de instituições cooperativas para a participação econômica dos pequenos proprietários e a modernização das grandes empresas agrícolas através da ratificação dos direitos trabalhistas, previdência social, etc.

O diagnóstico do Nordeste produzido pelos bispos apresentou a região como um território tomado por condições miseráveis que impediam a participação dos agricultores no desenvolvimento experimentado pelas populações das cidades e das regiões mais prósperas do território brasileiro. Não obstante, todo e qualquer tipo de mudança deveria ser construído a partir de um processo de conscientização política que não acirrasse as disputas e contradições das classes.

Aqui, o conceito de região surge marcado pela idéia de homogeneização da acumulação do capital pelo território nacional, passando a região a “existir” sob a perspectiva e em função de parâmetros nacionais de acumulação.

IMAGENS DO NORDESTE NO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

Acerca das “idéias de nordeste”, Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 1987) nos apresenta um conceito de região que articula diretamente a parte (região) ao todo (território nacional). Nesta idéia, a região só é percebida na medida em que se concebe um todo que é o nacional; assim a região nordestina não é produto de adversidades naturais, da incompetência de suas classes dominantes ou da ignorância de seu povo, mas – e sobretudo – da divisão regional do trabalho no território nacional. Como proposta à viabilização econômica das regiões subordinadas está a idéia de articulação de maneira ‘igual’ – ligamento da parte ao todo de forma não subordinada – idéia central do conceito de *religere* (OLIVEIRA, 1987), presente no título do livro **Elegia para uma Re(li)gião**, que tão bem expressa o pensamento do autor acerca da problemática regional e da viabilização econômica e social das regiões subordinadas.

Seguindo este raciocínio, o planejamento das décadas de 1950 e 1960 foi analisado por Francisco de Oliveira como uma forma interventora sobre a região e seus problemas, a partir do ponto de vista de um Estado capturado por uma classe burguesa associada ao capital internacional⁷. Tal fato fez da SUDENE o dinamismo de forças sociais que projetavam um “Brasil novo” atuando contra um “Brasil velho”, arcaico, atrasado e pobre. O Estado não foi apenas mediador de conflitos e contradições sobre o território; ele foi planejador e interventor em espaços e relações sociais dadas, sendo toda a região Nordeste objeto da intervenção.

A região passou a ser, sob esta ótica, um espaço em que dialeticamente as formas, funções e estruturas do capital se fundiam, articulando a vida material, a luta de classes e a cultura. Na região

Nordeste encontrar-se-iam os interesses do nacional e do regional, nem sempre conflitantes, nem sempre convergentes, pois a região apresentava seu próprio repertório de contradições componentes da história local. Tais contradições ora opunham os interesses do latifúndio aos dos projetos nacionais modernizantes, ora revelavam as contradições internas de classes que marcaram a história do Nordeste desde seus primórdios.

Na tentativa tecer uma crítica às representações construídas pelo MEB acerca do Nordeste, podemos dizer que estas imagens edificaram-se sobre precedentes diferenciados, que, em primeira instância, desprezaram características heterogêneas e complexas das bases físicas e ecológicas do território, assim como as articulações do homem nordestino com o seu meio e sua inventividade responsável pela elaboração de múltiplas respostas às adversidades físicas e sociais. Assim, de um modo geral, no pensamento desenvolvimentista da Igreja privilegiaram-se representações estereis e homogêneas fazendo presentes e constantes as imagens da miséria e da adversidade, ausentando-se a heterogeneidade e as diferenças materiais e culturais do lugar e seu povo.

Manuel Correia de Andrade (ANDRADE, 1998) preocupado em aprofundar os conhecimentos acerca da região nordestina chamou a atenção para as diferentes representações construídas sobre o Nordeste e seus homens⁸. Há o Nordeste da pobreza e da seca, talvez a mais forte representação sobre a terra e o homem nordestino, narrada em Euclides da Cunha, e, ainda hoje, difundida no imaginário de estudantes e da população do Sul e Sudeste em geral – retratos de um imaginário formado pelas imagens do “Quinze”, de Rachel de Queiroz ou do “Retirantes”, de Cândido Portinari. Em outros momentos, desenha-se fortemente em nossa

memória o Nordeste dos canaviais, que rememora os tempos coloniais – a casa-grande e a senzala – um tempo lento marcado pela monotonia da paisagem da monocultura da cana.

Se quisermos, não paramos por aí. Também se faz presente a imagem do Nordeste rebelde, do bravo sertanejo, homem que conquista o respeito pela força e dureza de suas ações. Não é preciso dizer muito acerca da forte presença da figura do cangaceiro, para que nossa memória visual nos apresente o bravo vaqueiro sertanejo, em seus trajes de couro adaptado à caatinga, imagens imortalizadas pela iconografia fotográfica de Virgulino Ferreira, Maria Bonita e seu grupo armado. Quaisquer destas imagens, de forma unilateral, representariam a região, ao mesmo tempo em que uma imagem global do Nordeste se comporia certamente das três imagens em questão, se somadas a um conjunto de tantas outras – coronéis, vaqueiros, pescadores, violeiros e repentistas – imagens que negam as representações homogêneas.

Cada uma destas representações se concebidas como únicas comprometeriam o entendimento do lugar. Entre a Mata, o Agreste e o Sertão nordestino transitaram – e transitam – estes e tantos outros tipos sociais que apenas reforçam a idéia de um Nordeste múltiplo e dinâmico que desafia os esforços de historiadores, geógrafos e antropólogos, no afã de entendê-lo e representá-lo sob a forma de um conceito. Para Aziz Ab'Saber afirmativas inverídicas acerca do universo ecológico do Nordeste levaram e levam à construção de noções sobre o solo, as riquezas naturais e a ocupação humana que reafirmam idéias da improdutividade, do semi-nomadismo e da fome, que não correspondem à complexidade da realidade social nordestina, e, muito menos, explicam os limites impostos pelas relações de produção dominantes que efetivamente influem sobre problemas sociais e econômicos da região⁹.

Desde os primórdios do século XX, imagens de um Nordeste do atraso¹⁰ que associavam pobreza social à escassez de recursos naturais privilegiaram representações negativas acerca da região e sua população. Ainda hoje, um conjunto de observações incompletas sobre a região associado às heranças das superadas noções dos velhos manuais de Geografia e História – constroem tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista físico – visões desconexas e pontuais sobre o universo nordestino.

Nosso esforço, portanto, foi o de identificar algumas “visões acerca do lugar” por parte daqueles que se dispuseram intervir sobre ele, mudá-lo, reestruturá-lo, integrá-lo ao território nacional.

Quando escolhemos o Nordeste como lugar privilegiado para estudo da ação do MEB, pudemos perceber que as representações dominantes acerca da região em muito explicavam as proposições e ações políticas do Estado, da Igreja e da sociedade sobre o território e seus habitantes. Com isso, reafirmamos que o conceito de região foi construído historicamente. Além disso, a construção de uma “idéia de Nordeste”, identificada com a pobreza e a adversidade, associou-se a uma conjuntura histórica, onde uma ação efetiva sobre a pobreza instituía-se um paradigma do pensamento brasileiro, fundado em perspectivas do desenvolvimentismo.

As escolas radiofônicas do MEB, sob esta orientação, deveriam ser utilizadas como instrumentos para a divulgação/implantação de uma pauta de ações programadas para a integração das regiões subdesenvolvidas ao ritmo do desenvolvimento nacional visando à ampla transformação das estruturas nacionais necessitadas de revisões e reformas.

No âmbito rural nordestino, para este pensamento era premente: a instalação de serviços essenciais como estradas, comunicações, eletrificação, saneamento básico, programas habitacionais, instrução elementar e formação profissional; transformação, no setor agrícola, de suas técnicas de produção e estrutura empresarial, melhorando o nível de vida de toda a sua população e a qualificação de sua mão-de-obra, que deveria ser preparada para a inserção progressiva em outros setores da produção como indústria e comércio; modernização dos estabelecimentos agrícolas quanto à suas dimensões, à seguridade e previdência social, uso de técnicas, etc.

Acreditando convictamente que os promotores da ação/transformação do meio rural deveriam ser as comunidades de trabalhadores, as escolas do MEB agiram em um conjunto de frentes que privilegiaram a promoção do catolicismo no campo, incentivando a multiplicação da Ação Católica Rural (através da multiplicação das Juventudes Agrária Católica–JAC's), incentivando as experiências de sindicalização rural e a construção, através das dioceses, de grandes frentes agrárias, com o intuito de promover a articulação nacional de trabalhadores do campo, afastando a tendência do crescimento do Partido Comunista e sua ação no movimento camponês.

A cúpula da CNBB delegou ao MEB o papel de promover junto à população do meio rural nordestino a incorporação de valores do cooperativismo, do associativismo e sindicalismo na produção agrícola, incentivando a ação autônoma das comunidades para a promoção do bem comum e do progresso econômico. Além disso, era incentivado o trabalho pela mudança de hábitos e valores da população rural, superando hábitos e valores locais em direção a valores morais, definidos como universais pela igreja católica: valores ligados à nobreza do trabalho, à subordinação do indivíduo ao bem comum, ao nacionalismo, à ação solidária.

Ao mesmo tempo em que definiu funções para a escola de rádio como mola propulsora de uma mentalidade de desenvolvimento regional, o MEB explicitou as preocupações da CNBB com o avanço da ação do Partido Comunista no campo. Deixou, assim, clara a disputa política a ser travada pela igreja e pelos católicos em sua ação social, mediante uma conjuntura em que os camponeses se mobilizavam por direitos sociais, políticos e econômicos nos idos dos anos 60.

Assim, por um lado, as razões do Episcopado em criar o MEB se originaram nos novos princípios da orientação eclesial católica, propositores de uma igreja histórica marcada pela atuação no campo temporal. Deste modo, na sua relação com a Igreja o MEB foi definido como um projeto pastoral, ou seja, uma ação que colocava a Igreja e sua hierarquia – Papado, Episcopado, clero e o laicato – em atuação direcionada e direta com comunidades. Por outro lado, no MEB, episcopado e laicato deveriam responder conjuntamente a um rol de necessidades explicitadas pela população rural brasileira, fazendo com que os princípios da ação transcendessem os domínios da ação apostólica e invadissem domínios da ação política e social, definindo, desta forma, como razão específica a ação educativa e a promoção cultural em comunidades, em prol do apaziguamento de conflitos de classe, tanto quanto da promoção do desenvolvimento regional.

A opção pela ação social no mundo rural foi concebida pela igreja a partir do problema da propriedade da terra e da ação camponesa frente à desigualdade no campo. Para José de Souza Martins (MARTINS, 1986), a entrada da igreja na questão agrária, e, conseqüentemente, na questão regional, se fez por uma porta conservadora e/ou reacionária, pois a ação pastoral no campo nordestino surgiu como solução diante da organização política do camponês¹¹. Declaradamente, a Igreja católica se posicionou pela

necessidade de disseminação dos valores católicos no meio rural como mecanismo de enfrentamento do comunismo, da ação do Partido Comunista e da ação das Ligas Camponesas.

A “idéia de região” ou a questão regional, na verdade, se encontrava articulada à problemática das classes e da disputa pela terra na economia nordestina. As imagens do Nordeste, elaboradas sobre as perspectivas intervencionistas da Igreja Católica e do Estado, demarcaram a atuação de ambas as instituições sobre o conflito de classes, e, no caso do MEB, revelaram a possibilidade da ação educacional como mecanismo interventor, o que não implicou, no entanto, na vitória da homogeneização sobre espaços e tempos característicos da cultura nordestina. As escolas do MEB criaram possibilidades diversas de ação comunitária, que levou as comunidades rurais a subverterem o projeto interventor, elaborando proposições próprias de organização política e social. A realidade local, em muitas vezes, pôde subverter a proposição homogênea economicista, assim como a proposição de amenização e apaziguamento do conflito de classe, ocultada pelo projeto ‘nacionalizante’ do desenvolvimentismo. Esta seria, no entanto, uma *outra história* que não caberia aqui, constituindo-se uma agenda para pesquisas futuras.

O MEB pode ser identificado como o co-responsável na construção de uma imagem negativa do Nordeste, onde as questões econômicas e a perspectiva de classes sugeriram a imagem do atraso, impossibilitando, no campo das representações sociais, a captura dos movimentos diversos e contraditórios que compunham a realidade nordestina, que envolviam a cultura de seu povo e as tantas dimensões de sua vida social.

Notas

- ¹ RENEK. Relatório. CEDIC-Fundo MEB. S/d.
- ² CNBB. Mensagem da Comissão Central da CNBB ao MEB. CEDIC - Fundo MEB. 1963.
- ³ CNBB. Declaração: A Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro. CEDIC – Fundo MEB. 1961.
- ⁴ CNBB MEB-movimento de Educação de Base.CEDIC – Fundo MEB. 1963.
- ⁵ MEB. Documentos Legais do MEB. -CEDIC - Fundo MEB. S/d.
- ⁶ Quando tratamos da conjuntura nacional de fins de 50 e inícios dos anos 60, diferentes projetos modernizadores disputam espaços nos meios políticos-econômico – Isebianos, Cepalinos, Nacionalistas autônomos, populistas. Sobre diferentes faces do pensamento desenvolvimentista, ver: OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista** – O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.
- ⁷ OLIVEIRA, FRANCISCO DE – **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981. Pp.30-32.
- ⁸ ANDRADE, M.CORREA. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 6ª. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- ⁹ AB’SABER, AZIZ NACIB – Sertões e Sertanejos: Uma geografia Humana Sofrida. In: **Dossiê Nordeste Seco**. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP. Volume 13, n ° 36, maio/agosto, 1999. e

ANDRADE, MANUEL CORREIA de - **A Terra e o Homem no Nordeste**. 6ª. ed. Recife: Editora universitária da UFPE, 1998.

¹⁰ Acerca do nordeste como imagem do atraso Odaír da Cruz Paiva resgata na historiografia recente a trajetória de construção de um conceito negativado de nordeste, bem como a recente emergência de olhares empenhados em perceberem elementos múltiplos da dinâmica social e econômica da região o que a torna lócus privilegiado do estudo de contradições no desenvolvimento do capital. Ver: PAIVA, O. **CRUZ – Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno(1930-1950)**. Bauru/SP: EDUSC, 2004. p. 198-214.

¹¹ MARTINS, J.SOUZA. **Os Camponeses e a Política**. São Paulo:Vozes, 1986.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, MANUEL CORREIA de - **A Terra e o Homem no Nordeste**. 6ª. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

FÁVERO, O. **Uma Pedagogia da Participação Popular** - Análise Crítica da Prática do MEB. 1981. Tese (Doutorado) – PUC - São Paulo. 1981.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

GADOTTI, M. TORRES, C.A. (Org.). **Educação Popular: Utopia Latino-Americana**. São Paulo: Cortez/EDUSP, 1994.

IANNI, O. **A Idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LEFEBVRE, H. **De lo Rural ao Urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

_____. **La Presencia y la Ausencia** - Contribución a la Teoría de las Representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

- MARTIN, J. S. – **Os Camponeses e a Política**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista** – O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.
- _____. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. **Elegia para uma Re(li)gião** - SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- PAIVA, O. CRUZ – **Caminhos Cruzados**: Migração e Construção do Brasil Moderno (1930-1950). Bauru/SP: EDUSC, 2004.
- PAIVA, V. - **Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista**. São Paulo: Graal, 2000.
- SOUZA, MORAES CLAUDIA de – “**Nenhum Brasileiro sem Escola**”. Projetos de Alfabetização e Educação de Adultos do Estado Desenvolvimentista- 1950/1963. Dissertação (Mestrado). FFLCH – USP, São Paulo, 1999.
- WANDERLEY, L.E.W. - **Educar para Transformar**: Educação Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.



Transcrição

Um prolegômeno do associativismo negro no Brasil

PETRÔNIO DOMINGUES

Embora a escravidão já tivesse sido extinta a mais de meio século, o negro continuava sendo vítima de preconceito e discriminação raciais em São Paulo, na década de 1950. No mercado de trabalho, ele era um dos últimos a ser contratado pelas empresas e um dos primeiros a ser demitido. No campo educacional, enfrentava problemas crônicos, como o do analfabetismo, evasão e repetência. Na área do lazer, era impedido de entrar em determinadas casas noturnas e de se associar a alguns clubes. Para se contrapor a esse quadro de violação ou restrição de direitos, as pessoas de ascendência africana fundaram a Associação Cultural do Negro (ACN) em São Paulo, em 28 de dezembro de 1954.

O documento que vai ser apresentado aqui é o estatuto dessa entidade. Localizada inicialmente numa sala da rua São Bento, no centro de São Paulo, a ACN teve Geraldo Campos de Oliveira como primeiro presidente. Sua direção era composta de uma Diretoria Executiva, com sete membros e um Conselho Su-

perior, presidido inicialmente por José Correia Leite. A entidade possuía vários departamentos, como o de Cultura, Esporte, Estudantil e Feminino. Durante o período de sua existência, desenvolveu muitas ações de caráter recreativo e cultural (como bailes, festivais, apresentações teatrais, musicais, declamações poéticas, palestras). Publicou o jornal *O Mutirão* e editou o Caderno de Cultura Negra. Em 1958, ela centralizou as atividades comemorativas dos 70 anos da Abolição. Conforme vai ser observado, a ACN foi, antes de tudo, um pólo de afirmação racial, revelando um não desprezível grau de organização em prol da conquista dos direitos do negro no Brasil.

Em 1985, o historiador *brasilianista* Thomas Skidmore escreveu: “Não há história geral dos movimentos negros e/ou mulatos no Brasil moderno, fora da época abolicionista. Isto não é surpreendente, já que pouca pesquisa se fez a respeito”.¹ Skidmore tinha razão: movimento negro era um tema pouco explorado pela historiografia brasileira na década de 1980. Na verdade, até estava se configurando uma tradição das ciências sociais no Brasil de se debruçar acerca da história dos movimentos sociais, mas as pesquisas eram voltadas fundamentalmente para temas ligados à história da classe trabalhadora. Felizmente, esse quadro está mudando, ainda que lentamente. Já não se admite que a categoria movimentos sociais se restrinja exclusivamente à classe trabalhadora. Essa categoria é mais ampla e abarca outros atores sociais. Assim, emerge uma tendência de se pesquisar a história de outros tipos de movimentos sociais, como o feminista, o *gay* e o negro. É justamente nesse quadro de inovações nos estudos da história dos movimentos sociais que se insere o documento que ora vem a lume.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO NEGRO

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DA SOCIEDADE E DE SEUS FINS

Art. 1º. – Sob a denominação de ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO NEGRO, que adota a sigla ACN, fica constituída uma sociedade civil, destinada a congregar todas as pessoas que a ela aderirem na conformidade do presente Estatuto, com a finalidade de propugnar pela recuperação social do elemento afro-brasileiro.

Art. 2º. – Podem ingressar no quadro social, todos os cidadãos brasileiros, sem distinção de raça, cor, credo político, religioso ou filosófico, que estejam em pleno gozo dos seus direitos civis.

Art. 3º. – As atividades da ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO NEGRO obedecerão ao seguinte programa que se desenvolverá através de planejamentos para alcançar o fim colimado no artigo primeiro:

- a) – Coordenar, esclarecer e orientar em todas as atividades de caráter econômico, educacional, cultural, político e social, o elemento afro-brasileiro, preferentemente;
- b) – Estimular e desenvolver o pensamento cooperativista, procurando instituir cooperativas econômicas e culturais, principalmente cooperativas de ensino;
- c) – Promover, na medida de suas possibilidades financeiras, a prestação de serviços de assistência social e jurídica;
- d) – Estimular a arregimentação à base de famílias, para um maior conagraçamento, no sentido do permanente espírito de solidariedade e fraternidade;

- e) – Dedicar especial atenção e amparo à mulher e à infância de maneira a consolidar as bases da educação como fator fundamental da recuperação social do elemento afro-brasileiro.

Art. 4º. – A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO NEGRO não se ocupará de assuntos religiosos, ideológicos e político-partidários.

Art. 5º. – A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO NEGRO tem sede e foro jurídico nesta cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, podendo criar secções ou promover a criação de entidades congêneres em qualquer parte do território nacional.

Art. 6º. – É ilimitado o número de seus sócios e indefinido o tempo de sua duração.

CAPÍTULO II – DOS ÓRGÃOS DIRETIVOS

Art. 7º. – A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO NEGRO será dirigida:

- a) – pela Assembléia geral;
- b) – por um Conselho Superior composto de vinte e cinco membros no mínimo e de cinquenta membros no máximo;
- c) – por uma Diretoria Executiva.

Art. 8º. – Da Assembléia Geral:

I – A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO NEGRO reunir-se-á em Assembléia Geral Ordinária anualmente, para prestação de contas, apresentação de relatórios anuais e eleição de membros do Conselho Superior, quando for o caso.

II – Serão realizadas as Assembléias Gerais Extraordinárias sempre que necessários, por convocação do Conselho Superior ou:

- a) – Se solicitadas por 1/3 dos sócios no gozo dos seus direitos, em petição devidamente fundamentada;
- b) – Se solicitadas pela Diretoria Executiva.

III – As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Conselho Superior, não podendo elas, em qualquer caso, deliberar sobre assuntos que não constem da ordem do dia.

IV – As Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de oito dias, por meio de editais afixados na sede social e publicados na imprensa oficial e por cartas e chamadas pelos jornais, considerando-se constituídas:

- a) – em primeira convocação se estiverem presentes metade dos associados quites mais um;
- b) – em segunda e última convocação, uma hora e trinta minutos após, com a presença de qualquer número de sócios.

Art. 9º. – Do Conselho Superior:

I – A direção coordenadora, consultiva e deliberativa da entidade será exercida pelo Conselho Superior.

II – O Conselho Superior será composto pelos elementos que mais se destacarem nas atividades associativas.

III – A vacância no Conselho Superior dar-se-á por:

- a) – Renúncia expressa;
- b) – Perda do mandato por prática de crime inafiançável;
- c) – Procedimento doloso contra os interesses da sociedade;
- d) – Falecimento.

IV – O preenchimento das vagas verificadas de acordo com o item anterior será feito por escolha procedida em Assembléia Geral.

V – Cabe ao Conselho Superior:

- a) – Aprovar os planos gerais para a Associação;
- b) – Aprovar os regulamentos internos e ordenar a sua execução;
- c) – Aprovar os orçamentos;
- d) – Aprovar os planos e financiamentos parciais para o desenvolvimento dos vários departamentos;
- e) – Constituir fundos especiais para atender às exigências sociais;
- f) – Instituir depósitos bancários, distintos dos depósitos de movimento, para atender aos planos gerais e especiais de responsabilidade do Conselho;²²
- h) – Os fundos a que se faz referência o item anterior só poderão ser movimentados pelo Conselho Superior através do seu Presidente e Secretário e do Tesoureiro da Diretoria Executiva;
- i) – Designar o Presidente e o Vice-Presidente da Diretoria Executiva;
- j) – Dar posse aos membros da Diretoria Executiva;
- k) – Destituir o Presidente da Diretoria Executiva;
- l) – Convocar a Assembléia Geral.

Art. 10º. – Da Diretoria Executiva e seus Departamentos:

I – Cabe à Diretoria Executiva administrar a entidade e:

- a) – Estudar os planos de atividade dos vários departamentos;
- b) – Realizar estudos preliminares das propostas feitas por qualquer departamento;
- c) – Orientar as atividades sociais no âmbito de cada departamento;
- d) – Estudar os planos, orientá-los na conformidade das instruções emanadas do Conselho Superior;

- e) – Redigir o relatório anual de todos os departamentos, assim como efetuar os pagamentos autorizados;
- f) – Registrar e escriturar regularmente as importâncias recebidas para o desenvolvimento dos planos, fornecendo aos departamentos os fundos autorizados;
- g) – Apresentar balancetes trimestrais e balanço anual do movimento financeiro, assim como do movimento associativo da entidade;
- h) – Organizar e manter em dia o fichário social, bem como cuidar da correspondência da entidade na relação com os sócios e com terceiros;
- i) – Designar os diretores-chefes de departamentos.

II – A Diretoria Executiva compor-se-á de 7 (sete) membros, designados o Presidente e o Vice-Presidente na forma da alínea “i” do item V do art. 9º. e os demais pelo primeiro.

III – A Diretoria Executiva se comporá dos seguintes cargos:

- a) – um Presidente;
- b) – um Vice-Presidente;
- c) – um Secretário Geral;
- d) – um 1º. Secretário;
- e) – um 2º. Secretário;
- f) – um 1º. Tesoureiro;
- g) – um 2º. Tesoureiro.

IV – O Presidente da Diretoria Executiva representará a entidade judicial e extra-judicialmente perante terceiros.

V – A Diretoria Executiva se reunirá sempre que houver assuntos de relevância a debater e que exijam um pronunciamento da Associação.

VI – Os órgãos de atuação da Diretoria Executiva serão os Departamentos, ficando desde já criados os seguintes:

- a) – Departamento de Educação e Cultura;
- b) – Departamento de Economia e Finanças;
- c) – Departamento de Assistência Social e Jurídica;
- d) – Departamento de Ação Social;
- e) – Departamento de Divulgação e Propaganda;
- f) – Departamento de Relações Exteriores;
- g) – Departamento de Esportes e Recreação;
- h) – Departamento de Cooperativismo;
- i) – Departamento de Planejamentos.

VII – Fica criada uma Comissão de Sindicância, designada pelo Presidente da Diretoria Executiva e a ele diretamente subordinada.

CAPÍTULO III – DOS SÓCIOS – Seus Direitos e Deveres

Art. 11º. – Poderão ser admitidos como sócios, aqueles que se enquadrarem dentro das condições exigidas pelo artigo segundo.

Art. 12º. – São as seguintes as categorias sociais:

I – Sócios Fundadores – os que ingressarem no quadro social até 90 dias após a fundação;

II – Sócios Honorários – os que, a critério da Assembléia Geral e por proposta do Conselho Superior, fizerem jus ao título por serviços prestados à entidade ou à coletividade em geral;

III – Sócios Beneméritos – os que auxiliarem o desenvolvimento da entidade de modo tão relevante que ao título façam jus;

IV – Sócios Contribuintes – os inscritos no quadro social da entidade.

§ 1º. – Os sócios contribuintes ficam divididos em duas sub-categorias:

- a) – Sócio Familiar.
- b) – Sócio Individual.

§ 2º. – Somente aos sócios enquadrados nos itens I e IV deste artigo poderão votar e ser votados para os cargos eletivos da administração da sociedade.

§ 3º. – A inscrição como sócio será feita por meio de proposta preenchida pelo candidato e subscrita por um sócio, cabendo à Diretoria Executiva aceitá-la, ou rejeitá-la, ouvida a Comissão de Sindicância, no prazo de 30 dias, com recurso ao Conselho Superior.

§ 4º. – Os sócios das categorias I e IV ficam obrigados ao pagamento de taxas e mensalidades estipuladas pelo Estatuto e Regimento Interno.

Art. 13º. – São DIREITOS dos sócios:

- a) – gozar dos benefícios e regalias concedidos pela Associação;
- b) – votar e ser votado para os cargos eletivos da entidade;
- c) – propor novos sócios;
- d) – desempenhar comissões e encargos nos departamentos sociais;
- e) – requerer a Assembléia Geral na conformidade do disposto na alínea “a” do item II do artigo oitavo;
- f) – recorrer para o Conselho Superior contra as decisões da Diretoria Executiva, ou quando sentir-se prejudicado.

Parágrafo Único – Os sócios gozarão dos direitos do presente artigo depois de 30 dias, exceto quanto à alínea “d”, que passará a ter direito tão logo seja admitido e alínea “b”, quando é necessário o interstício de 90 dias.

Art. 14º. – São DEVERES dos sócios:

- a) – contribuir pontualmente com as taxas e mensalidades;
- b) – comparecer às reuniões e Assembléias Gerais;
- c) – zelar pelo bom nome da entidade, pela defesa do patri-

- mônio social e promover a propaganda e defesa dos seus princípios;
- d) – frequentar a sede social, comunicando aos órgãos de administração as irregularidades que notar;
 - e) – auxiliar os planos em execução, procurando colaborar efetivamente nas campanhas encetadas.

Art. 15º. – A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO NEGRO estabelece as seguintes PENALIDADES:

I – Advertência verbal;

II – Advertência por escrito;

III – Suspensão dos direitos até 90 dias;

IV – Eliminação do quadro social

§ 1º. – As penas dos itens I, II e III serão aplicadas aos sócios que:

- a) – não observarem a devida compostura nos recintos sociais ou onde a entidade se faça representar;
- b) – faltarem com o respeito a qualquer Diretor ou Consócio;
- c) – infringirem os Estatutos e regulamentos ou portarias sociais.

§ 2º. – Cominar-se-á a pena do item IV aos sócios que:

- a) – se tornarem indignos do quadro social;
- b) – por meio de atos caluniosos procurarem desmoralizar os membros diretores da sociedade e consócios;
- c) – cederem seus documentos a terceiros para que estes gozem de direitos e regalias só cabíveis aos sócios;
- d) – se constituírem em elementos de desprestígio para a entidade;
- e) – extraviarem valores, documentos ou bens pertencentes à entidade.

§ 3º. – Todas as penas terão caráter executivo, ficando assegurado ao associado o direito de ampla defesa, no prazo máximo de 30 dias ante o Conselho Superior.

§ 4º. – O atraso de duas penalidades consecutivas importa na suspensão dos direitos e o de três mensalidades consecutivas acarretará a pena de eliminação se não houver justificação por escrito e a critério do Conselho Diretor.

§ 5º. – A aplicação das penalidades não interrompe o dever de contribuição mensal até final deliberação dos órgãos diretivos.

CAPÍTULO IV – DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 16º. – A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO NEGRO terá o seu patrimônio constituído de rendas de qualquer natureza, inclusive doações, e de todos os bens reais móveis ou imóveis que vier a adquirir.

Art. 17º. – As arrecadações à execução de planos específicos serão escrituradas em livros próprios e depositadas em conta especial em nome da entidade pelo Conselho Superior.

Parágrafo Único – Os depósitos acima referidos serão levantados de conformidade com o que dispuser a regulamentação do respectivo plano diretor.

Art. 18º. – Os bens imóveis da ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO NEGRO só poderão ser alienados por decisão de 2/3 da Assembléia Geral, devendo a proposta ser subscrita por 2/3 do Conselho Superior devidamente fundamentada.

Art. 19º. – Os bens móveis só poderão ser alienados por decisão de 2/3 do Conselho Superior.

Art. 20º. – O tesoureiro não poderá ter em caixa importância superior a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), devendo depositar em estabelecimento bancário indicado pelo Conselho Superior e em nome da entidade as quantias superiores à mencionada.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS e TRANSITÓRIAS

Art. 21º. – Tratando-se de entidade que agirá sob planejamento, reunir-se-ão:

- a) – A Diretoria e Departamentos duas vezes por mês;
- b) – O Conselho Superior uma vez por mês.

Art. 22º. – Os sócios, nem mesmo subsidiariamente, respondem pelos compromissos sociais, porém, no exercício de cargos e comissões, são responsáveis moral, material e judicialmente pelos seus atos.

Art. 23º. – Em caso de dissolução, a Assembléia Geral será convocada com 30 dias de antecedência devendo nela comparecer em primeira convocação, 2/3 dos associados quites e em segunda convocação, 15 dias após, o número que comparecer, devendo a deliberação ser por maioria de 2/3, em escrutínio secreto.

Art. 24º. – Os membros da Comissão Organizadora passam a pertencer ao Conselho Superior da Associação, se a isso aquiescerem.

Art. 25º. – As taxas e mensalidades serão afixadas pela Assembléia Geral.

Parágrafo Único – Fica estabelecida provisoriamente até a primeira Assembléia Geral ordinária, a contribuição mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) para os sócios individuais.

Art. 26º. – Estes Estatutos poderão ser reformados ou alterados depois de transcorridos cinco anos, em Assembléia Geral Especial, obedecendo qualquer reforma aos interesses sociais e determinados pela experiência, o que será considerado pelo Conselho Superior.

Art. 27º. – Os casos omissos serão resolvidos pelo direito consuetudinário e pelo Conselho Superior, ouvida a Diretoria Executiva, quando for o caso.

Art. 28º. – À Diretoria Executiva eleita pelo primeiro Conselho Superior cabe o registro dos presentes Estatutos.

São Paulo, em 1º. de fevereiro de 1955.

Aprovados em 10 de fevereiro de 1955.³³

JORGE PRADO TEIXEIRA
Relator

Notas

¹ SKIDMORE, Thomas. *O Brasil visto de fora*. São Paulo. Trad. Susan Semler et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 148.

² Por algum motivo desconhecido, o Estatuto foi registrado sem a alínea “g”.

³ Associação Cultural do Negro. Registro n. 5255, do livro A de pessoas jurídicas. Cartório 3º. Ofício de Registro de Títulos e Documentos. Coleção Associação Cultural do Negro – SP. Pasta 7, Conselho Superior, Assembleia, Estatuto. Acervo da Unidade Especial de Informação e Memória da Universidade Federal de São Carlos.



Sobre os autores:

LUCIA MARIA PASCHOAL GUIMARÃES possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1970), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990), doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1994), e realizou estágio de pós-doutorado na Cátedra Jaime Cortesão da FFLCH/USP (2005-6). Atualmente é professora titular de Teoria da História e Historiografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, lecionando no curso de graduação e no Programa de Pós-Graduação de História Política.

MARIA LUCIA ABAURRE GNERRE é Doutora em História Social pela Unicamp, tendo desenvolvido sua tese de mestrado justamente sobre a obra de Caio Prado Jr., **Formação do Brasil Contemporâneo**. Atualmente, é professora do Promed (Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio, desenvolvido em parceria entre a Unicamp e o ministério da Educação – MEC).

RICARDO LUIZ DE SOUZA é doutor em história pela UFMG e professor da UNIFEMM - Centro Universitário de Sete Lagoas.

PATRÍCIA FERREIRA DOS SANTOS é mestre em História Social/ Universidade de São Paulo.

LUCIANO RODRIGUES COSTA é sociólogo (UFMG), mestre em Extensão Rual (UFV), doutorando em Ciências Sociais (UNICAMP)

LAURINDO MÉKIE PEREIRA é professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes/ Doutorando em História pela Universidade de São Paulo – USP.

CLAUDIA MORAES DE SOUZA é mestre em história social- FFLCH/USP; doutoranda da Universidade de São Paulo na área de história social – FFLCH/USP. Pesquisadora do laboratório de estudos sobre a intolerância/lei – USP. Professora de Teoria da História do UNIFIEO.

PETRÔNIO DOMINGUES é doutor em História/USP, professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS).



Normas para publicação

- Os artigos devem ser acompanhados de resumo, abstract ou Résumé entre 250 a 300 palavras, espaço simples, em parágrafo único e de três (03) palavras-chave, key-words ou Mots clés que caracterizam o seu conteúdo.
- As resenhas devem ser apresentadas em no máximo seis (06) laudas.
- O autor deverá encaminhar, para o endereço abaixo, três cópias impressas, sendo que em duas das cópias não deverá constar nome do(s) autor (es), o da instituição à qual está (estão) filiado(s), ou qualquer outro tipo de referência que possa identificá-lo(s), e, na terceira, o nome e a instituição de filiação deverão estar presentes.
- Universidade Federal de Ouro Preto - ICHS
- Departamento de História - LPH – Revista de História
- Rua do Seminário, s/nº - Centro - Cep: 35.420-000
- Mariana – MG
- O autor deverá encaminhar também o arquivo digital para o endereço eletrônico da revista (lph@ichs.ufop.br).
- O artigo deverá ser submetido sem numeração de páginas.

1. O TEXTO DEVERÁ TER AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES:

Fonte Times New Roman

Tamanho da Fonte: 12

Título: 12, centralizado, sem caixa alta, observando maiúsculas e minúsculas.

Nome do autor: 12, com entrada pelo sobrenome (SOBRENOME, Nome1), na margem direita do texto. A titulação e demais informações sobre o autor e /ou co-autor deverá constar em nota de rodapé, pelo sistema numérico arábico.

Subtítulos: 12, em caixa alta sem negrito, à margem esquerda do texto.

Texto: tamanho da fonte: 12

Configuração de Página (margens): Superior – 3 cm, inferior – 2 cm, esquerda – 3 cm, direita – 2 cm

Espaçamento: No texto entre linhas: espaço duplo

Da margem superior ao título: dois espaços duplos

Do título para o nome do autor: dois espaços duplos

Do nome do autor para o corpo do texto: dois espaços duplos

Do corpo do texto para o subtítulo: dois espaços duplos

Do subtítulo para o corpo do texto: espaço duplo

2. REFERÊNCIAS, CITAÇÕES E OUTROS:

As referências e citações bibliográficas devem aparecer no corpo do texto, conforme normas da ABNT-NBR/out. 2002.

* Citações com até 3 linhas, no corpo do texto, entre aspas, seguidas pela referência, no sistema autor, data, página, entre parêntesis. (SILVA, 1999:32)

* Citações com mais de 3 linhas, em novo parágrafo com recuo de 4 cm, espaço simples, tamanho de letra tamanho 11,

sem aspas, sem itálico, seguidas pela referência, no sistema autor, data, página, entre parêntesis.

Usar o sobrenome do autor em caixa alta, somente ao final de citações que estiverem entre aspas e dentro de parêntesis, o que equivale dizer que no texto, quando aparecer citações de autores, devem ser escritos somente com iniciais maiúsculas.

Ex.: Conforme Silva (1999), o instituto de linguagem...

Empregar itálico somente para títulos de obras.

As subpartes do texto, se numeradas, devem vir à margem esquerda, sem recuo, seguindo as orientações da ABNT-NBR/out. 2002.

As referências bibliográficas devem constar ao final do trabalho, conforme normatização da ABNT-NBR/out. 2002.

As notas deverão ser apenas de caráter explicativo; deverão ser resumidas ao mínimo e colocadas ao final do artigo; e as remissões para o final do artigo devem ser feitas pelo sistema numérico arábico, sobrescrita ao texto a que se refere.



